

Boletim Epidemiológico

NÚMERO ESPECIAL
28 Jan. 2026

Hanseníase | 2026



Boletim Epidemiológico

Ministério da Saúde / Secretaria de Vigilância
em Saúde e Ambiente

Número Especial | Jan. 2026

Hanseníase | 2026



1969 Ministério da Saúde.



Esta obra é disponibilizada nos termos da Licença Creative Commons – Atribuição – Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença 4.0 Internacional. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

A coleção institucional do Ministério da Saúde pode ser acessada, na íntegra, na Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde.

Tiragem: 2026 – versão eletrônica

Boletim Epidemiológico
Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente
Ministério da Saúde
ISSN 2358-9450

Elaboração, distribuição e informações:

MINISTÉRIO DA SAÚDE
Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente
Gabinete da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente
SRTV, Quadra 701, via W5 Norte, lote D, Edifício PO 700, 7º andar
CEP: 70719-040 – Brasília-DF
Site: <https://www.gov.br/saude/pt-br>
E-mail: gabinetesvsa@saude.gov.br

Ministro de Estado da Saúde:

Alexandre Rocha Santos Padilha

Secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente:

Mariângela Batista Galvão Simão

Equipe técnica:

Departamento de Doenças Transmissíveis – DEDT/SVSA/MS
Marília Santini de Oliveira

Coordenação-Geral de Vigilância da Hanseníase e Doenças
em Eliminação – CGHDE/DEDT/SVSA/MS

Jurema Guerrieri Brandão
Janaina de Sousa Menezes
George Jó Bezerra Sousa
Margarida Cristiana Napoleão Rocha
Patrícia Pereira Lima Barbosa
Sebastião Alves de Sena Neto
Bruno Victor Barros Cabral
Vitória Lídia Pereira Sousa

Editoria técnico-científica:

Camila Costa Dias – CGEVSA/Daevs/SVSA/MS
Tais Rondello Bonatti – CGEVSA/Daevs/SVSA/MS
Tatiane Fernandes Portal de Lima – CGEVSA/Daevs/SVSA/MS

Diagramação:

Fred Lobo – CGEVSA/Daevs/SVSA/MS

Revisão:

Tatiane Souza – CGEVSA/Daevs/SVSA/MS

1. Hanseníase 2. Epidemiologia 3. Vigilância

Título para indexação:

Leprosy Epidemiological Record 2026

Lista de figuras

FIGURA 1	Número de casos novos e taxa de detecção de hanseníase, segundo ano do diagnóstico. Brasil, 2015 a 2024	22
FIGURA 2	Proporção de casos de hanseníase, segundo modo de entrada e ano do diagnóstico. Brasil, 2015 a 2024	23
FIGURA 3	Proporção de casos novos de hanseníase, segundo modo de detecção e ano do diagnóstico. Brasil, 2015 a 2024	23
FIGURA 4	Proporção de casos novos de hanseníase com modo de detecção "exame de contatos", segundo unidades da federação de residência. Brasil, 2024	24
FIGURA 5	Proporção de casos novos de hanseníase, segundo sexo e ano do diagnóstico. Brasil, 2015 a 2024	25
FIGURA 6	Proporção de casos novos de hanseníase, segundo faixa etária e ano do diagnóstico. Brasil, 2015 a 2024	25
FIGURA 7	Proporção de casos novos de hanseníase, segundo faixa etária e ano do diagnóstico. Brasil, 2015 a 2024	26
FIGURA 8	Proporção de casos novos de hanseníase, segundo escolaridade e ano do diagnóstico. Brasil, 2015 a 2024	27
FIGURA 9	Taxa de detecção de casos novos de hanseníase (por 100 mil hab.), segundo região de residência e ano do diagnóstico. Brasil, 2015 a 2024	28
FIGURA 10	Taxa de detecção de casos novos de hanseníase (por 100 mil hab.), Segundo unidades da federação de residência. Brasil, 2024	28
FIGURA 11	Distribuição espacial da taxa detecção geral de casos novos de hanseníase (por 100 mil hab.), segundo município de residência. Brasil, 2015 (A) e 2024 (B)	29
FIGURA 12	Proporção de casos novos de hanseníase com grau de incapacidade física avaliado no diagnóstico, segundo região e ano do diagnóstico. Brasil, 2015 a 2024	30
FIGURA 13	Proporção de casos novos de hanseníase com grau de incapacidade física avaliado no diagnóstico, segundo unidades da federação de residência. Brasil, 2024	31
FIGURA 14	Proporção de casos novos de hanseníase, segundo grau de incapacidade física no diagnóstico por ano do diagnóstico. Brasil, 2015 a 2024	31
FIGURA 15	Proporção de casos novos de hanseníase, segundo grau 2 de incapacidade física no diagnóstico por região de residência e ano do diagnóstico. Brasil, 2015 a 2024	32
FIGURA 16	Proporção de casos novos de hanseníase com grau 2 de incapacidade física no momento do diagnóstico, segundo unidades da federação de residência. Brasil, 2024	33
FIGURA 17	Distribuição espacial da proporção de casos novos de hanseníase com grau de incapacidade física avaliada no diagnóstico, segundo município de residência. Brasil, 2015 (A) e 2024 (B)	34
FIGURA 18	Distribuição espacial da proporção de casos novos de hanseníase com grau 2 de incapacidade física no momento do diagnóstico, segundo município de residência. Brasil, 2015 (A) e 2024 (B)	35
FIGURA 19	Proporção de casos novos de hanseníase multibacilares, segundo região de residência e ano do diagnóstico. Brasil, 2015 a 2024	36
FIGURA 20	Proporção de casos novos de hanseníase multibacilares, segundo unidades da federação de residência. Brasil, 2024	37
FIGURA 21	Proporção de casos novos de hanseníase, segundo forma clínica e ano do diagnóstico. Brasil, 2015 a 2024	38

FIGURA 22	Número de baciloscopias realizadas e percentual de positividade em casos novos de hanseníase, segundo ano do diagnóstico. Brasil, 2015 a 2024	38
FIGURA 23	Proporção de cura de hanseníase entre os casos novos de diagnóstico nos anos das coortes, segundo região de residência e ano de avaliação. Brasil, 2015 a 2024	39
FIGURA 24	Proporção de cura de hanseníase entre os casos novos de diagnóstico nos anos das coortes, segundo unidades da federação de residência. Brasil, 2024	40
FIGURA 25	Distribuição espacial da proporção de cura de hanseníase entre os casos novos de diagnóstico nos anos das coortes, segundo município de residência. Brasil, 2015 (A) e 2024 (B)	41
FIGURA 26	Proporção de abandono de hanseníase entre os casos novos de diagnóstico nos anos das coortes, segundo região de residência e ano de avaliação. Brasil, 2015 a 2024	42
FIGURA 27	Proporção de abandono de hanseníase entre os casos novos de diagnóstico nos anos das coortes, segundo unidades da federação de residência. Brasil, 2024	43
FIGURA 28	Distribuição espacial da proporção de abandono de hanseníase entre os casos novos de diagnóstico nos anos das coortes, segundo município de residência. Brasil, 2015 (A) e 2024 (B)	44
FIGURA 29	Proporção de casos novos de hanseníase com grau de incapacidade física avaliado na cura nos anos das coortes, segundo região de residência e ano de avaliação. Brasil, 2015 a 2024	45
FIGURA 30	Proporção de casos novos de hanseníase com grau de incapacidade física avaliado na cura nos anos das coortes, segundo unidades da federação de residência. Brasil, 2024	46
FIGURA 31	Distribuição espacial da proporção de casos novos de hanseníase com grau de incapacidade física avaliado na cura nos anos das coortes, segundo município de residência. Brasil, 2015 (A) e 2024 (B)	47
FIGURA 32	Proporção de contatos examinados de casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes, segundo região de residência e ano de avaliação. Brasil, 2015 a 2024	48
FIGURA 33	Proporção de contatos examinados de casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes, segundo unidades da federação de residência. Brasil, 2024	49
FIGURA 34	Distribuição espacial da proporção de contatos examinados de casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes, segundo município de residência. Brasil, 2015 (A) e 2024 (B)	50
FIGURA 35	Número de casos novos e taxa de detecção de hanseníase em menores de 15 anos, segundo ano do diagnóstico. Brasil, 2015 a 2024	51
FIGURA 36	Taxa de detecção de hanseníase em menores de 15 anos, segundo região de residência e ano do diagnóstico. Brasil, 2015 a 2024	52
FIGURA 37	Taxa de detecção de hanseníase em menores de 15 anos, segundo unidades da federação de residência. Brasil, 2024	52
FIGURA 38	Distribuição espacial da taxa de detecção de hanseníase em menores de 15 anos, segundo município de residência. Brasil, 2015 (A) e 2024 (B)	53
FIGURA 39	Número de casos e proporção de recidivas, segundo ano do diagnóstico. Brasil, 2015 a 2024	54
FIGURA 40	Proporção de recidivas, segundo região de residência e ano do diagnóstico. Brasil, 2015 a 2024	55

FIGURA 41	Proporção de recidivas entre casos notificados no ano, segundo unidades da federação de residência. Brasil, 2024	55
FIGURA 42	Número de registros ativos e taxa de prevalência de hanseníase, segundo ano de avaliação. Brasil, 2015 a 2024	56
FIGURA 43	Taxa de prevalência de hanseníase, segundo região de residência e ano de avaliação. Brasil, 2015 a 2024	57
FIGURA 44	Taxa de prevalência de hanseníase, segundo unidades da federação de residência. Brasil, 2024	57
FIGURA 45	Distribuição espacial da taxa de prevalência de hanseníase, segundo município de residência. Brasil, 2015 (A) e 2024 (B)	58

Lista de quadros

QUADRO 1	Descrição de indicadores epidemiológicos	18
QUADRO 2	Descrição de indicadores operacionais	20

Lista de tabelas (Apêndice)

TABELA 1	Número e proporção de casos de hanseníase, segundo modo de entrada. Brasil, 2015 a 2024	63
TABELA 2	Número e proporção de casos novos de hanseníase, segundo modo de detecção. Brasil, 2015 a 2024	63
TABELA 3	Proporção de casos novos de hanseníase classificados como "exame de contatos" no modo de detecção, segundo região e unidade da Federação de residência. Brasil, 2015 a 2024	64
TABELA 4	Número e proporção de casos novos de hanseníase, segundo sexo. Brasil, 2015 a 2024	65
TABELA 5	Número e proporção de casos novos de hanseníase, segundo faixa etária. Brasil, 2015 a 2024	66
TABELA 6	Número e proporção de casos novos de hanseníase, segundo raça/cor. Brasil, 2015 a 2024	66
TABELA 7	Número e proporção de casos novos de hanseníase, segundo escolaridade. Brasil, 2015 a 2024	67
TABELA 8	Número e taxa de detecção geral de casos novos de hanseníase (por 100 mil hab.), segundo região e unidade da Federação de residência. Brasil, 2015 a 2024	67
TABELA 9	Proporção de casos novos de hanseníase avaliados no momento do diagnóstico quanto ao grau de incapacidade física, segundo região e unidade da Federação de residência. Brasil, 2015 a 2024	69
TABELA 10	Proporção de casos novos de hanseníase com GIF 2 no momento do diagnóstico, segundo região e unidade da Federação de residência. Brasil, 2015 a 2024	70
TABELA 11	Número e proporção de casos novos de hanseníase multibacilares, segundo região e unidade da Federação de residência. Brasil, 2015 a 2024	71
TABELA 12	Número e proporção de casos novos de hanseníase, segundo forma clínica. Brasil, 2015 a 2024	73
TABELA 13	Número e proporção de casos de hanseníase, segundo baciloscopia. Brasil, 2015 a 2024	73
TABELA 14	Proporção de cura de casos novos de hanseníase nos anos das coortes, segundo região e unidade da Federação de residência. Brasil, 2015 a 2024	74

TABELA 15	Proporção casos novos de hanseníase com grau de incapacidade física avaliados na cura nos anos das coortes, segundo região e unidade da Federação de residência. Brasil, 2015 a 2024	75
TABELA 16	Proporção de contatos de casos novos de hanseníase examinados entre os registrados nos anos das coortes, segundo região e unidade da Federação de residência. Brasil, 2015 a 2024	76
TABELA 17	Número e taxa de detecção de casos novos de hanseníase em menores de 15 anos (por 100 mil hab.), segundo região e unidade da Federação de residência. Brasil, 2015 a 2024	78
TABELA 18	Proporção de casos de recidiva entre os casos notificados de hanseníase, segundo região e Unidade de Federação de notificação. Brasil, 2015 a 2024	79

Lista de abreviaturas e siglas

CGHDE	Coordenação-Geral de Vigilância da Hanseníase e Doenças em Eliminação
Cgiae	Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas
Ciedds	Comitê Interministerial para a Eliminação da Tuberculose e de Outras Doenças Determinadas Socialmente
Cnie	Centro Nacional de Inteligência Epidemiológica
Daent	Departamento de Análise Epidemiológica e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis
DataSUS	Departamento de Informática do SUS
DEDT	Departamento de Doenças Transmissíveis
E-SUS VS	E-SUS Vigilância em Saúde
GIF	Grau de incapacidade física
GIF 0	Grau 0 de incapacidade física
GIF 1	Grau 1 de incapacidade física
GIF 2	Grau 2 de incapacidade física
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LAI	Lei de Acesso à Informação
MS	Ministério da Saúde
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial da Saúde
Opas	Organização Pan-Americana da Saúde
PQT	Poliquimoterapia
PQT-U	Poliquimoterapia Única
Sinan	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SVSA	Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente
UF	Unidade da Federação

Sumário

Sumário executivo	9
Links úteis	11
Painéis de monitoramento	12
Introdução	15
<hr/>	
Métodos	17
<hr/>	
Resultados	21
<hr/>	
Hanseníase no Brasil	22
Hanseníase na população em geral	22
Grau de incapacidade física	30
Perfil clínico	36
Coortes na hanseníase	39
Cura	39
Abandono do tratamento	42
GIF avaliado na cura	45
Contatos examinados	48
Hanseníase em menores de 15 anos	51
Recidiva	54
Prevalência da hanseníase	56
Considerações finais	59
<hr/>	
Referências	62
Apêndices	63

Sumário executivo

O Boletim Epidemiológico especial 2026 tem como objetivo descrever o perfil epidemiológico e operacional da hanseníase no Brasil, no período de 2015 a 2024, por meio de análises estratificadas por municípios, regiões e unidades da Federação (UF). O boletim aborda a situação da hanseníase na população geral e em menores de 15 anos. Além disso, destacam-se os indicadores sociodemográficos, tais como sexo, raça/cor da pele e escolaridade. O documento também revela dados acerca das incapacidades físicas em decorrência da hanseníase e o perfil clínico dos casos novos. Este boletim analisa o comportamento dos indicadores de cura, de contatos e de avaliação do grau de incapacidade física na cura, de casos novos de hanseníase nos anos das coortes. Por fim, apresenta indicadores importantes do monitoramento da hanseníase como a recidiva e prevalência da doença.

Nesse sentido, destaca-se que:

Durante o período de 2015 a 2024, notificaram-se 301.485 casos de hanseníase no Brasil, dos quais 79,0% (n=238.204) correspondem a casos novos. Em 2024, identificaram-se 22.129 casos novos da doença, com taxa de detecção de 10,41 por 100 mil habitantes. Ademais, a maior proporção de recidivas do período avaliado foi em 2024, ao passo que a menor proporção de casos novos também foi observada no mesmo ano. Destaca-se que a maior proporção de casos identificados por meio do exame de contatos ocorreu no ano de 2024, com 13,3% dos casos. Outros achados importantes são destacados a seguir:

- Em 2024, 4,1% (n=921) dos casos novos foram na população <15 anos, com taxa de 2,19/100 mil hab.
- Em 2024, houve diminuição de 44,6% na proporção de casos na população <15 anos e aumento de 29,7% na proporção de casos novos em pessoas com 60 anos ou mais quando comparado a 2015.
- 72,0% (n=15.855) dos casos novos de hanseníase ocorreram em pessoas autodeclaradas pretas ou pardas.
- Observou-se queda de 31,6% na proporção de pessoas analfabetas, comparado a 2015.
- As Regiões Centro-Oeste e Norte apresentaram as maiores taxas de detecção durante toda a série histórica. Mato Grosso e Tocantins foram as UFs com maiores taxas de detecção em 2024, 121,83 e 57,76 /100 mil hab., respectivamente.
- 2.735 (49,1%) municípios reportaram pelo menos um caso novo de hanseníase em 2024, 9,3% a menos que o número em 2015 (n=3.017).

- Em 2024, 36,5% dos casos novos possuíam grau 1 de incapacidade física e 11,5% já possuíam grau 2 de incapacidade física no momento do diagnóstico.
- Acre e Rio Grande do Sul foram as UFs com maior proporção de grau 2 de incapacidade física no momento do diagnóstico.
- No Brasil, a proporção de casos novos multibacilares cresceu 19,3% ao longo do período de 2015 a 2024.
- Em 2024, houve incremento de 25,8% na proporção de casos classificados com forma "dimorfa" em relação a 2015.
- Foram realizadas 11.544 baciloscopias em 2024 e 45,5% delas tiveram resultado positivo.
- Observou-se queda na proporção de cura de casos novos de hanseníase nos anos das coortes, partindo de 83,5% em 2015 e chegando em 78,0% em 2024.
- O País apresentou aumento na proporção de abandono, passando de 4,6% em 2015 para 7,3% em 2024.
- Em 2024, apenas 70,6% dos casos novos nos anos das coortes foram avaliados quanto ao grau de incapacidade física (GIF) na alta por cura, considerado parâmetro "precário".
- Houve aumento de 2,3% da proporção de contatos examinados de casos novos de hanseníase nos anos das coortes no ano de 2024 em relação a 2015.
- 5,6% (n=1.602) dos casos foram classificados como recidiva em 2024.
- Ao longo da última década, foi observado aumento de 32,5% no número de registros ativos nos anos de avaliação, com elevação da taxa de prevalência da hanseníase de 1,01/10 mil hab. em 2015 para 1,29/10 mil hab. em 2024.

Considerações finais

A hanseníase ainda persiste como um desafio à saúde pública brasileira. Devido à extensão territorial do País, observam-se diversos cenários de endemidade, com perfis epidemiológicos distintos. Dessa forma, as ações para o enfrentamento da doença devem considerar uma abordagem multifacetada que contemple as desigualdades sociais, econômicas e regionais, além das especificidades epidemiológicas das diferentes localidades do País. Ademais, atividades intersetoriais envolvendo redução da fome e pobreza, diminuição de vulnerabilidades e aumento da proteção social são fundamentais.

A hanseníase é uma doença multifatorial e, portanto, exige ações integradas para seu enfrentamento. Além de garantir o diagnóstico precoce, o tratamento adequado e contínuo, a prevenção de incapacidades físicas e o combate ao estigma e à discriminação. É primordial a promoção de ações de conscientização sobre os fatores de risco e o fortalecimento das políticas públicas de saúde, garantindo o acesso ao cuidado e à inclusão social das pessoas afetadas pela doença.

Destaca-se que, embora numéricos, os resultados aqui apresentados mostram a realidade de muitas pessoas em um País ainda desigual. Cada número representa uma pessoa com a hanseníase e suas consequências. O enfrentamento à hanseníase e a melhoria das condições de vida das pessoas afetadas são compromissos contínuos da CGHDE/DEDT/SVSA/MS, visando garantir um futuro inclusivo e equitativo para todos.

Links úteis

Páginas institucionais

Saúde de A a Z – Hanseníase: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/h/hansenia-se>

Boletins epidemiológicos

Boletim epidemiológico v. 57, nº. 1. Hospitalização por hanseníase no Brasil, 2014-2024: características da população, padrões temporais e espaciais: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2026/boletim-epidemiologico-volume-57-no-1.pdf/view>

Boletim epidemiológico v. 57, nº. 2. Perfil dos casos novos de hanseníase detectados por exame de contatos no Brasil entre 2015 e 2024: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2026/boletim-epidemiologico-volume-57-no-2.pdf/view>

Documentos técnicos

Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas da hanseníase – PCDT: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/h/hansenia-se/publicacoes/protocolo-clinico-e-diretrizes-terapeuticas-da-hansenia-se-2022>

Roteiro para uso do Sinan Net hanseníase e manual para tabulação dos indicadores de hanseníase: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/roteiro_uso_sinan_net_hansenia-se.pdf

Instrumentos: ficha de notificação/investigação, instrucional de preenchimento da ficha, dicionário de dados, caderno de análise: <https://portalsinan.saude.gov.br/hansenia-se>

Infográfico

Hanseníase: exames de contatos: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/infograficos/hansenia-se-exames-de-contatos.jpg>

Ferramenta e bases de dados

Tabulação de dados on-line – Tabnet: <https://datasus.saude.gov.br/acesso-a-informacao/casos-de-hansenia-se-desde-2001-sinan/>

Bases de dados – transferência de arquivos: <https://datasus.saude.gov.br/transferencia-de-arquivos/>

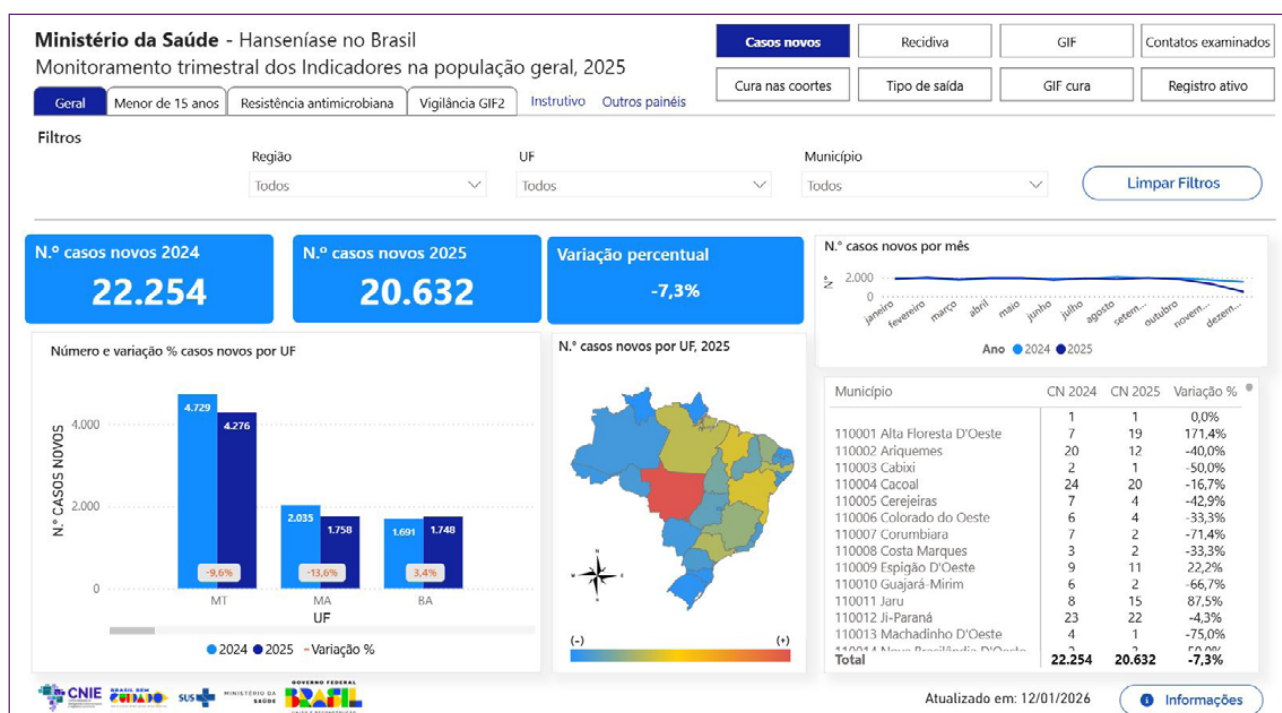
Painéis de monitoramento

Em conformidade com a Lei de Acesso à Informação (LAI), a Coordenação-Geral de Vigilância da Hanseníase e Doenças em Eliminação (CGHDE) oferece um conjunto de painéis para que profissionais, gestores, pesquisadores e sociedade civil possam tanto observar a evolução histórica de indicadores de hanseníase como acompanhar os dados no ano e realizar o download das bases de dados, dos indicadores, entre outros. Em 2026, os dados de hanseníase estão disponíveis em quatro painéis:

Painel de monitoramento de hanseníase

Este painel apresenta dados parciais do ano corrente. Por meio dele é possível comparar a atual situação da doença com a do ano anterior, considerando o mesmo período de atualização. O painel é atualizado trimestralmente pela equipe da CGHDE a partir de dados mais recentes disponíveis no sistema.

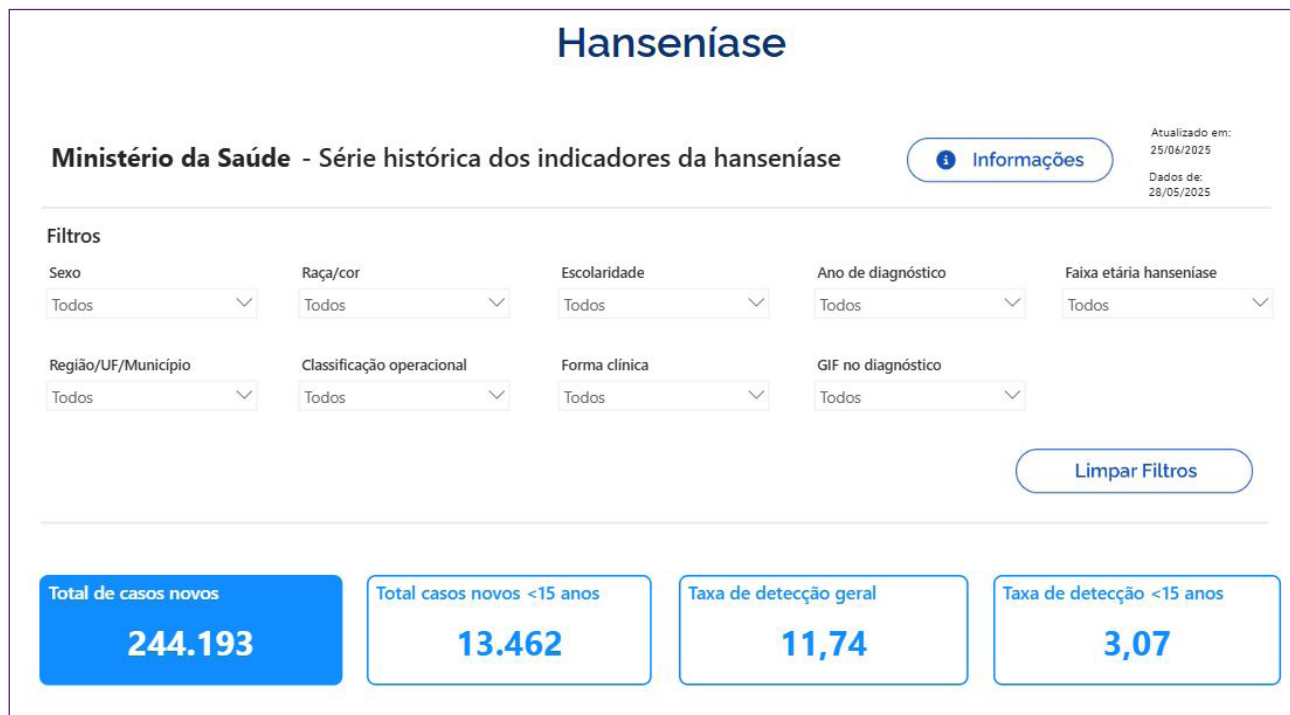
Link: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiz-jk4MGYwODctOGQxZC00MWJjLWI2ZTI0OTMxZDVmMTUzMGIxliwidCI6IjltNTU0YWQzLWI1MmItNDg2Mi1hMzZmLTg0ZDg5MWU1YzZwNSJ9>



Painel de série histórica dos indicadores de hanseníase

Este painel apresenta dados de hanseníase a partir de 2015, consolidados com base nas informações mais recentes disponíveis no sistema. As atualizações são realizadas anualmente pela equipe do Centro Nacional de Inteligência Epidemiológica (Cnie).

Link: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/cnie/painel-hanseníase>



Painel de série indicadores e dados básicos de hanseníase

Este painel apresenta dados históricos de hanseníase, proveniente de bases consolidadas oficialmente, usadas para cálculos de indicadores oficiais do Ministério da Saúde e enviados para a Organização Mundial da Saúde (OMS). Ele possui como diferencial a possibilidade de realização do download dos dados/indicadores

desagregados por municípios, UF, regiões e País. Os cálculos e tabulações são realizados pela equipe da CGHDE e enviados para equipe do Departamento de HIV, Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis (Dathi) atualizar o site. Ele é atualizado anualmente.

Link: <https://indicadoreshanseniaze.aids.gov.br/>

gov.br | Ministério da Saúde Baixar dados de todos os municípios

Departamento de Doenças Transmissíveis - DEDT
Indicadores e Dados Básicos de Hanseníase nos Municípios Brasileiros

Abrangência dos Dados: Dados Regionais e Nacionais | Subcategoria: Brasil **Baixar Dados**

Tabelas | Gráficos

Tabela 1 - Número de casos novos de hanseníase na população geral e em menores de 15 anos

Casos novos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Total	38.132	34.894	33.955	33.303	31.044	31.064	28.761	25.218	26.875	28.656	27.864	17.979	18.318	19.635	22.773	22.129
Menores de 15 anos	2.723	2.461	2.420	2.246	2.439	2.341	2.113	1.696	1.718	1.705	1.545	878	761	836	958	921

FONTE: SINAN/SUS/MS - ESUS/VS/ES, a partir de 2020. Dados finais disponibilizados em 31/05/2025.

Introdução

O Brasil apresenta uma das maiores cargas de hanseníase no mundo, o que torna a doença um desafio relevante para a saúde pública. A doença afeta de forma desproporcional populações em estado de vulnerabilidade e expostas a fatores socioeconômicos que perpetuam o ciclo de pobreza e exclusão. Com um território de dimensões continentais, o Brasil possui distintos cenários de endemicidade, o que exige intervenções epidemiológicas específicas e coordenadas.

No mundo, em 2024, foram registrados 172.717 casos novos da doença, uma redução de 5,5% em relação ao ano anterior. A Índia, o Brasil e a Indonésia foram os únicos países que reportaram mais de 10 mil casos novos, representando 79,8% dos casos novos da detecção global. Além disso, a detecção de casos novos em menores de 15 anos, que indica transmissão ativa da doença, totalizou 9.397 casos novos (5,4% do total de casos novos). Entre os principais países prioritários, o Brasil destacou-se como o segundo lugar em número de casos novos da doença (n=22.129)¹.

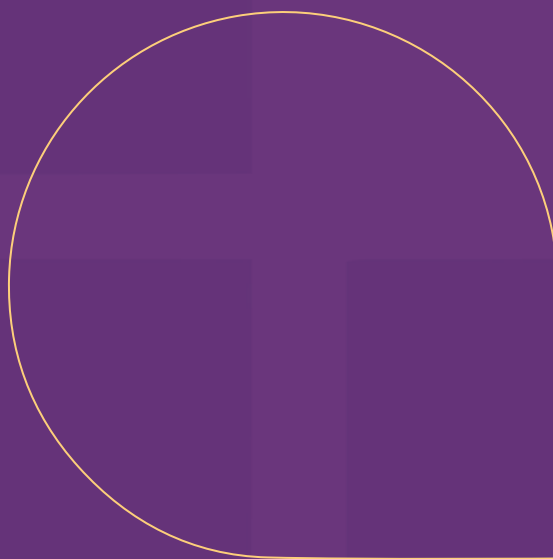
Além disso, o número de casos novos de hanseníase com Grau 2 de incapacidade física (GIF 2) no momento do diagnóstico foi de 9.157 globalmente em 2024. A Índia, o Brasil e a Indonésia também se destacaram como países com maiores números de casos nessa situação. No mundo houve redução de 5,9% de GIF 2 em relação a 2023¹.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) se constituem como chamado para ação para o fim da pobreza e para garantir melhor qualidade de vida até 2030. Entre as metas do Objetivo 3, Saúde e Bem-estar, a meta 3.3 recomenda acabar com as epidemias de aids, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, além de combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis².

Alinhado a esses objetivos e às iniciativas da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), a Coordenação-Geral de Vigilância da Hanseníase e Doenças em Eliminação (CGHDE) desenvolveu uma estratégia nacional para enfrentamento da hanseníase 2024-2030, que visa reduzir a carga da hanseníase no Brasil³. Além disso, devido à alta determinação social da doença, ela foi incluída como parte do Programa Brasil Saudável, coordenado pelo Comitê Interministerial para a Eliminação da Tuberculose e de Outras Doenças Determinadas Socialmente (Ciedds). O objetivo é diminuir a carga de doenças determinadas socialmente no País por meio de ações interministeriais voltadas à mitigação de vulnerabilidades, iniquidades sociais e ao fortalecimento da pesquisa, inovação e ampliação da infraestrutura e do saneamento básico⁴.

Nesse sentido, a CGHDE tem como pilares ampliar e fortalecer a gestão do programa, o diagnóstico precoce por meio da busca ativa de casos e a assistência integral à pessoa acometida pela hanseníase³. Para isso, é imprescindível o uso da informação para subsidiar o planejamento e as intervenções. Assim, este boletim tem como objetivo apresentar os principais indicadores epidemiológicos e operacionais da hanseníase, no País e nas UFs, para o período de 2015 a 2024. Ademais, também estão disponíveis dados parciais de 2025 no painel de monitoramento da hanseníase⁵.

Métodos



Realizou-se um estudo ecológico, tendo a hanseníase como objeto e os indicadores epidemiológicos e operacionais como ferramentas utilizadas para a análise da situação da doença. O período de 2015 a 2024 foi utilizado para análise a fim de identificar padrões da doença na última década. Como fonte de dados, utilizou-se tanto a base de dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) quanto o e-SUS Vigilância em Saúde (e-SUS VS) do Espírito Santo. O e-SUS VS foi utilizado pois, a partir de 2020, o Espírito Santo passou a adotar esse sistema para a notificação de doenças e agravos de notificação compulsória. Os dados foram extraídos em 31 de maio de 2025.

Devido serem utilizadas duas bases de dados, elas foram integradas como rotina de trabalho da CGHDE/DEDT/SVSA. Após união, a base passou por procedimentos de limpeza e uniformização de dados.

Para o cálculo dos indicadores, foram utilizadas as seguintes unidades de análise: País, regiões, UF e municípios. Casos encerrados como "erro diagnóstico" foram removidos das análises. Além disso, os indicadores dos anos de 2015 a 2021 e 2024 utilizaram como base populacional as estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) disponíveis no website do Departamento de Informática do SUS (DataSUS/MS).

Para o cálculo dos indicadores do ano de 2022, utilizou-se população do censo demográfico brasileiro de 2022 disponibilizada por website do IBGE. Para o ano de 2023,

seguir-se recomendação da Nota Técnica n.º 41/2024 da Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas do Departamento de Análise Epidemiológica e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis (Cgiae/Daent/SVSA/MS). Essa nota recomenda que os indicadores de 2023 utilizem como base populacional o ano de 2021. As estimativas populacionais do IBGE podem ser acessadas por meio do seguinte endereço: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?ibge/cnv/popsvsbr.def>.

As proporções de incremento/redução foram obtidas por meio da seguinte fórmula:

$$\frac{\text{valor atual} - \text{valor antigo}}{\text{valor antigo}} \times 100$$

Os dados foram tabulados no programa Tabwin, organizados e analisados no Microsoft Excel 2016. Os mapas temáticos foram elaborados no programa QGIS 3.36.1. Esses mapas foram criados utilizando malhas municipais e estaduais em arquivos do tipo shapefile com Sistema Geodésico do Brasileiro (SIRGAS 2000), disponibilizados em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais.html>.

Os indicadores epidemiológicos e operacionais utilizados neste estudo estão apresentados no Quadro 1 e Quadro 2.

QUADRO 1 Descrição de indicadores epidemiológicos

Indicadores epidemiológicos	Construção	Fator de multiplicação	Utilidade(s)	Parâmetro
Taxa de detecção geral de casos novos de hanseníase	Número de casos novos residentes em determinado local e diagnosticados no ano da avaliação dividido pela população total residente, no mesmo local e ano de avaliação	100.000	Medir a força de morbilidade, magnitude e tendência da endemia	Baixo: <2,00 por 100 mil hab. Médio: 2,00 a 9,99 por 100 mil hab. Alto: 10,00 a 19,99 por 100 mil hab. Muito alto: 20,00 a 39,99 por 100 mil hab. Hiperendêmico: ≥40,00 por 100 mil hab.
Taxa de detecção de casos novos de hanseníase em menores de 15 anos	Número de casos novos em menores de 15 anos de idade residentes em determinado local e diagnosticados no ano da avaliação dividido pela população de 0 a 14 anos de idade no mesmo local e ano de avaliação	100.000	Medir a força da transmissão da endemia e sua tendência	Baixo: <0,50 por 100 mil hab. Médio: 0,50 a 2,49 por 100 mil hab. Alto: 2,50 a 4,99 por 100 mil hab. Muito alto: 5,00 a 9,99 por 100 mil hab. Hiperendêmico: ≥10,00 por 100 mil hab.

continua

conclusão

Indicadores epidemiológicos	Construção	Fator de multiplicação	Utilidade(s)	Parâmetro
Taxa de prevalência de hanseníase	Número de casos em curso de tratamento em determinado local em 31/12 do ano de avaliação dividido pela população total no mesmo local de tratamento e ano de avaliação	10.000	Medir a magnitude da endemia	Baixo: <1,0 por 10 mil hab. Médio: 1,0 a 4,9 por 10 mil hab. Alto: 5,0 a 9,9 por 10 mil hab. Muito alto: 10,0 a 19,9 por 10 mil hab. Hiperendêmico: ≥20,0 por 10 mil hab.
Proporção de casos novos de hanseníase com grau 2 de incapacidade física no momento do diagnóstico	Número de casos novos com grau 2 de incapacidade física no diagnóstico residentes em determinado local e detectados no ano da avaliação dividido pelo total de casos novos com grau de incapacidade física avaliados, residentes no mesmo local e ano da avaliação	100	Avaliar a efetividade das atividades da detecção oportuna e/ou precoce de casos	Baixo: ≤5,0% Médio: 5,0 a 9,9% Alto: ≥10,0%
Proporção de casos novos multibacilares	Número de casos novos de hanseníase multibacilares dividido pelo total de casos novos de hanseníase	100	Avaliar os casos sob risco de desenvolver complicações e orientar o correto reabastecimento de poliquimioterapia (PQT)	Não definido.
Proporção de casos novos de hanseníase, segundo o sexo entre o total de casos novos	Número de casos novos de hanseníase do sexo feminino dividido pelo total de casos novos de hanseníase	100	Medir força de morbididade, magnitude e tendência da endemia por sexo	Não definido.
Proporção de casos novos de hanseníase, segundo a raça/cor	Número de casos novos de hanseníase por raça/cor dividido pelo total de casos novos de hanseníase	100	Medir a proporção de casos novos de hanseníase, segundo raça/cor	Não definido.
Proporção de casos novos de hanseníase, segundo a escolaridade	Número de casos novos de hanseníase por escolaridade dividido pelo total de casos novos de hanseníase	100	Medir a proporção de casos novos de hanseníase, segundo escolaridade	Não definido.

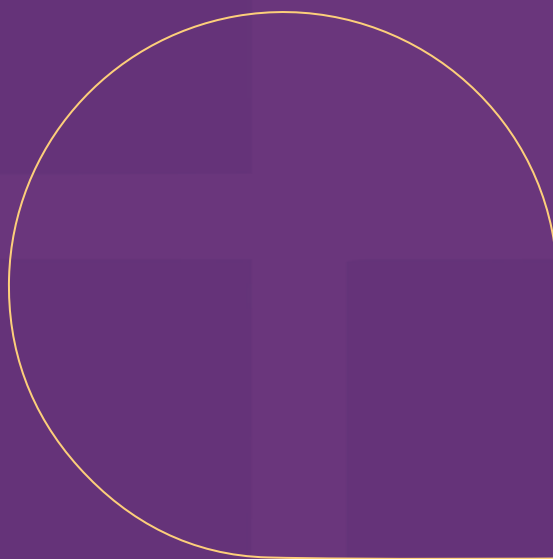
Fonte: Manual para tabulação dos indicadores da hanseníase, 2022⁶.

QUADRO 2 Descrição de indicadores operacionais

Indicadores epidemiológicos	Construção	Fator de multiplicação	Utilidade(s)	Parâmetro
Proporção de contatos examinados de casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes	Número de contatos de casos novos de hanseníase examinados por local de residência e diagnosticados nos anos das coortes (paucibacilares diagnosticados no ano anterior ao ano de avaliação e multibacilares diagnosticados dois anos antes do ano de avaliação) dividido pelo número total de contatos dos casos novos de hanseníase registrados por local de residência atual e diagnosticados nos anos das coortes (paucibacilares diagnosticados no ano anterior ao ano de avaliação e multibacilares diagnosticados dois anos antes do ano de avaliação)	100	Medir a capacidade dos serviços em realizar a vigilância de contatos dos casos novos de hanseníase, aumentando a detecção precoce de casos novos	Bom: ≥90,0% Regular: 75,0 a 89,9% Precário: <75,0%
Proporção de cura de hanseníase entre os casos novos de diagnóstico nos anos das coortes	Número de casos novos de hanseníase residentes e diagnosticados nos anos das coortes (paucibacilares diagnosticados no ano anterior ao ano de avaliação e multibacilares diagnosticados dois anos antes do ano de avaliação) e curados até 31/12 do ano de avaliação dividido pelo total de casos novos residentes em determinado local e diagnosticados nos anos das coortes	100	Avaliar a qualidade da atenção e do acompanhamento dos casos novos diagnosticados nos anos das coortes, bem como a efetividade do tratamento	Bom: ≥90,0% Regular: 75,0 a 89,9% Precário: <75,0%
Proporção de casos novos de hanseníase com grau de incapacidade física avaliado na cura nos anos das coortes	Número de casos novos de hanseníase residentes e diagnosticados nos anos das coortes (paucibacilares diagnosticados no ano anterior ao ano de avaliação e multibacilares diagnosticados dois anos antes do ano de avaliação) e curados com grau de incapacidade física avaliado até 31/12 do ano de avaliação dividido pelo total de casos novos residentes em determinado local, diagnosticados nos anos das coortes e curados até 31/12 do ano de avaliação	100	Medir a qualidade do atendimento dos serviços de saúde	Bom: ≥90,0% Regular: 75,0 a 89,9% Precário: <75,0%
Proporção de casos novos de hanseníase com grau de incapacidade física avaliado no diagnóstico	Número de casos novos de hanseníase com o grau de incapacidade física avaliado no diagnóstico residentes em determinado local e detectados no ano da avaliação dividido pelo número de casos novos de hanseníase residentes no mesmo local e diagnosticados no ano de avaliação	100	Medir a qualidade do atendimento nos serviços de saúde	Bom: ≥90,0% Regular: 75,0 a 89,9% Precário: <75,0%
Proporção de casos de recidiva entre os casos notificados no ano	Número de casos de recidiva de hanseníase notificados dividido pelo total de casos notificados no ano	100	Identificar municípios notificantes de casos de recidiva para monitoramento de falência terapêutica	Não definido

Fonte: Manual para tabulação dos indicadores da hanseníase, 2022⁶.

Resultados



Hanseníase no Brasil

Durante o período de 2015 a 2024, foram notificados 301.475 casos de hanseníase no País. Destes, 79,0% (n=238.204) foram classificados como casos novos da doença. Ao longo da série histórica de casos novos, observa-se queda acentuada na detecção no ano 2019

para 2020, provavelmente devido à pandemia de covid-19. Apesar da retomada, o número de casos não se assemelha ao período pré-pandemia. A taxa de detecção em 2024 foi de 10,41/100 mil habitantes, considerado parâmetro "alto" (Figura 1).

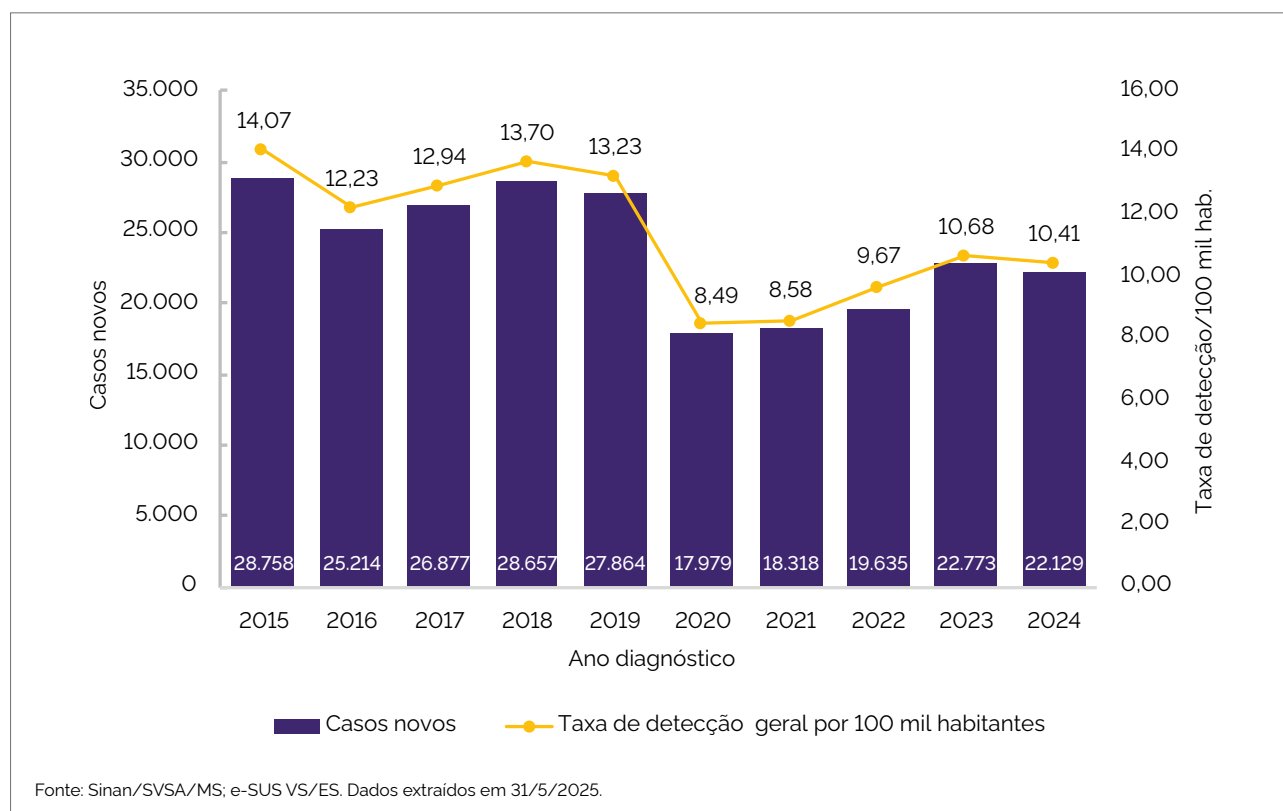
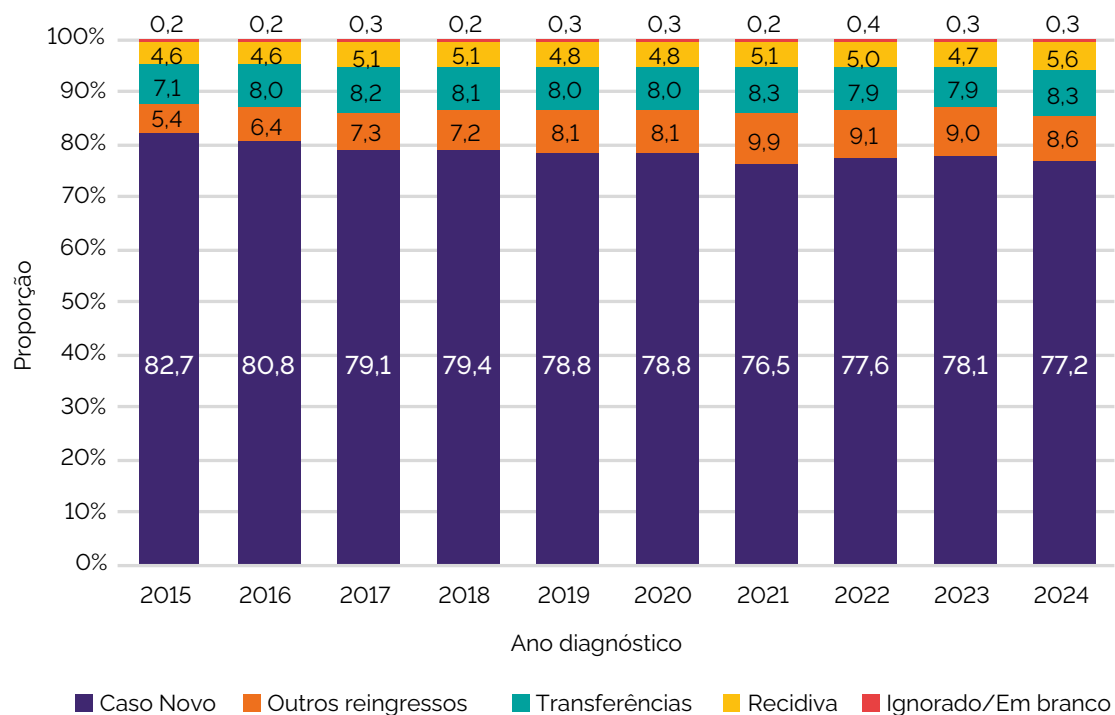


FIGURA 1 Número de casos novos e taxa de detecção de hanseníase, segundo ano do diagnóstico. Brasil, 2015 a 2024

Hanseníase na população em geral

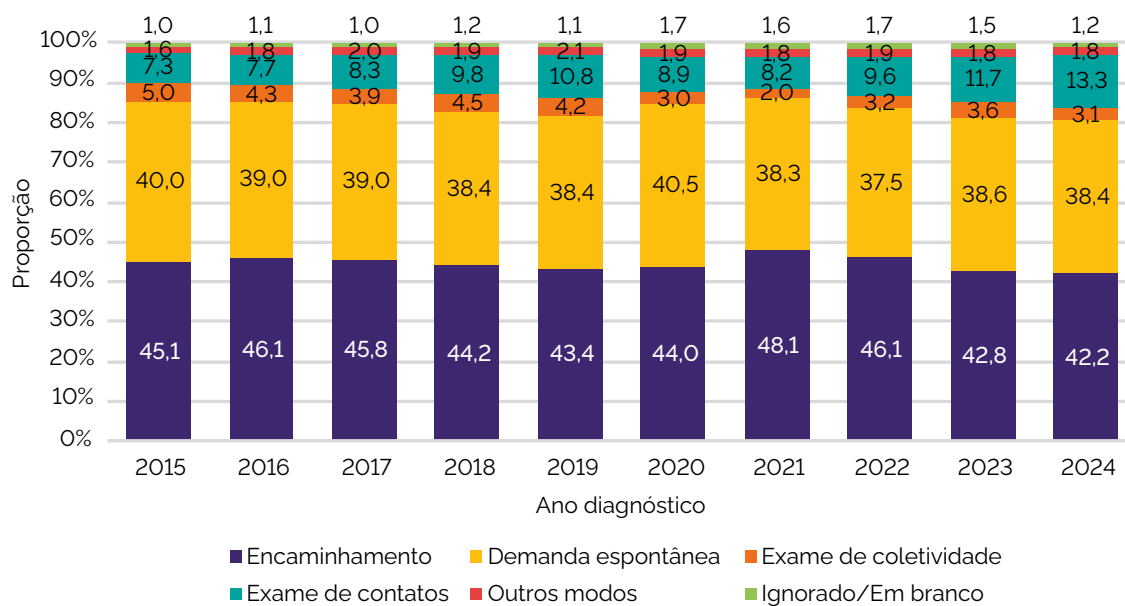
Quanto ao modo de entrada, observou-se que, em 2015, 82,7% (n=28.761) dos casos eram novos, e em 2024 houve redução na proporção para 77,2% (n=22.129). No mesmo período, identificou-se aumento na proporção de casos como "outros reingressos" e "transferências". A maior proporção de casos de "recidivas" ocorreu no ano de 2024, com 5,6% dos casos (Figura 2 e Tabela 1 – Apêndice).

Ao longo dos anos, observou-se queda na proporção de casos novos que foram classificados como "encaminhamento" no modo de detecção (45,1% em 2015 e 42,2% em 2024). No mesmo período (2015 a 2024), foi observado aumento no percentual de indivíduos classificados como "exame de contatos" (7,3% em 2015 e 13,3% em 2024). O modo "demanda espontânea" oscilou durante o período avaliado, com 40,0% em 2015 e 38,4% em 2024 (Figura 3 e Tabela 2 – Apêndice).



Fonte: Sinan/SVSA/MS; e-SUS VS/ES. Dados extraídos em 31/5/2025.

FIGURA 2 Proporção de casos de hanseníase, segundo modo de entrada e ano do diagnóstico. Brasil, 2015 a 2024



Fonte: Sinan/SVSA/MS; e-SUS VS /ES. Dados extraídos em 31/5/2025.

FIGURA 3 Proporção de casos novos de hanseníase, segundo modo de detecção e ano do diagnóstico. Brasil, 2015 a 2024

Em 2024, 13,3% dos casos novos foram detectados por "exame de contatos" (n=2.950/22.129). Das UFs, Acre (36,6%), Mato Grosso (24,0%), Tocantins (21,7%) e São Paulo (21,1%) tiveram maior proporção de casos

novos detectados por meio de exames de contatos. Paraíba (4,0%), Goiás (4,0%) e Ceará (3,4%) apresentaram as menores proporções do País (Figura 4 e Tabela 3 – Apêndice).

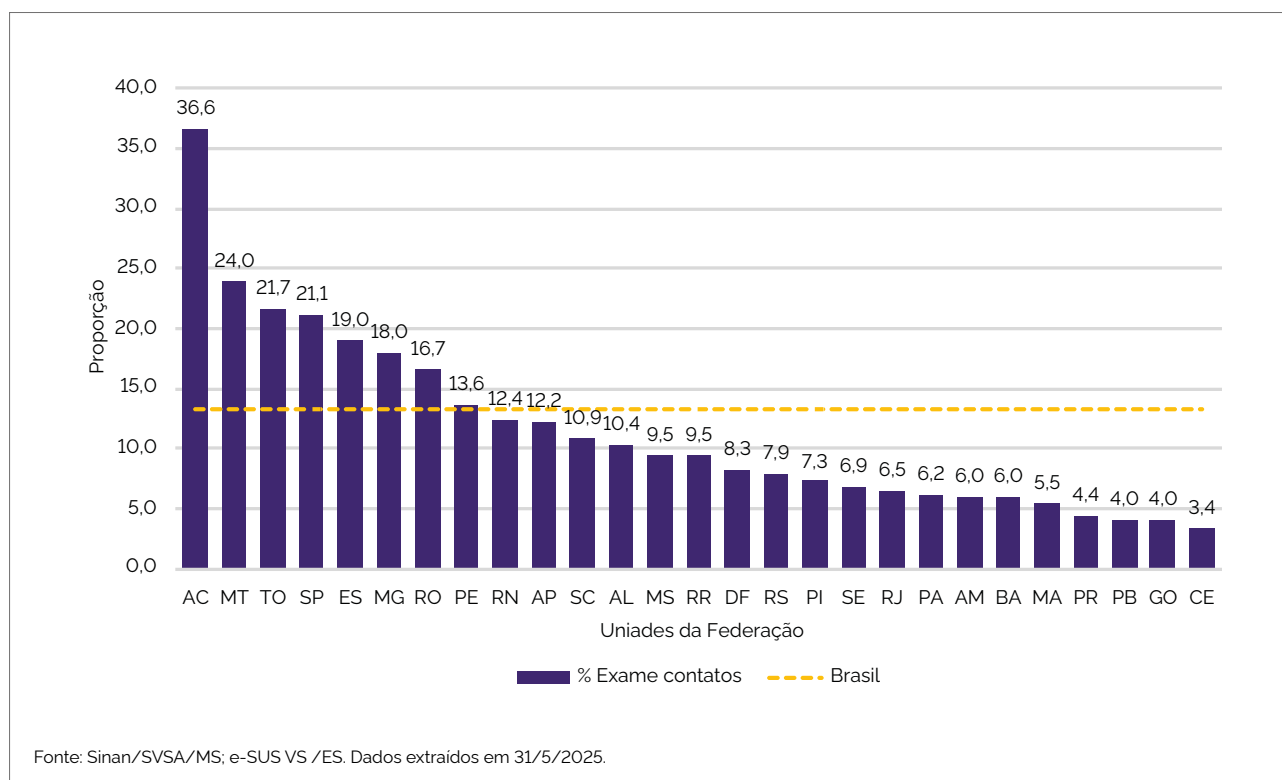
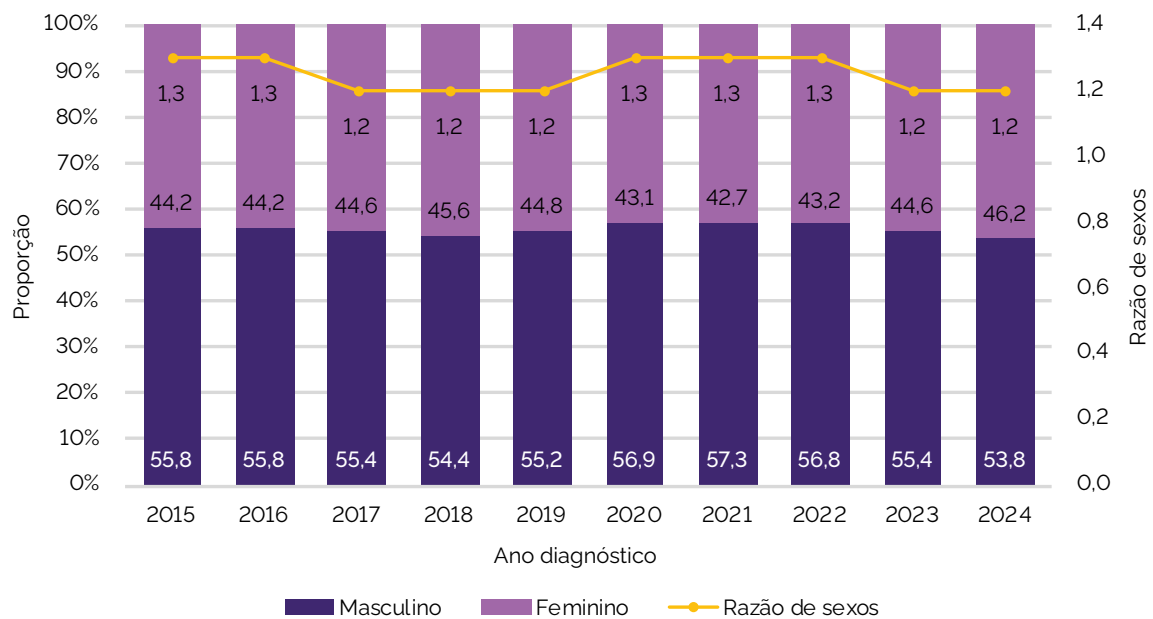


FIGURA 4 Proporção de casos novos de hanseníase com modo de detecção "exame de contatos", segundo unidades da Federação de residência. Brasil, 2024

Dos 22.129 casos novos de hanseníase detectados em 2024, 53,8% (n=11.904) ocorreram em pessoas do sexo masculino. A razão de sexos em 2024 foi de 1,2 (doze homens para cada dez mulheres). Nos últimos 10 anos, a razão de sexos apresentou pouca variação, variando entre 1,2 e 1,3 (Figura 5 e Tabela 4 – Apêndice).

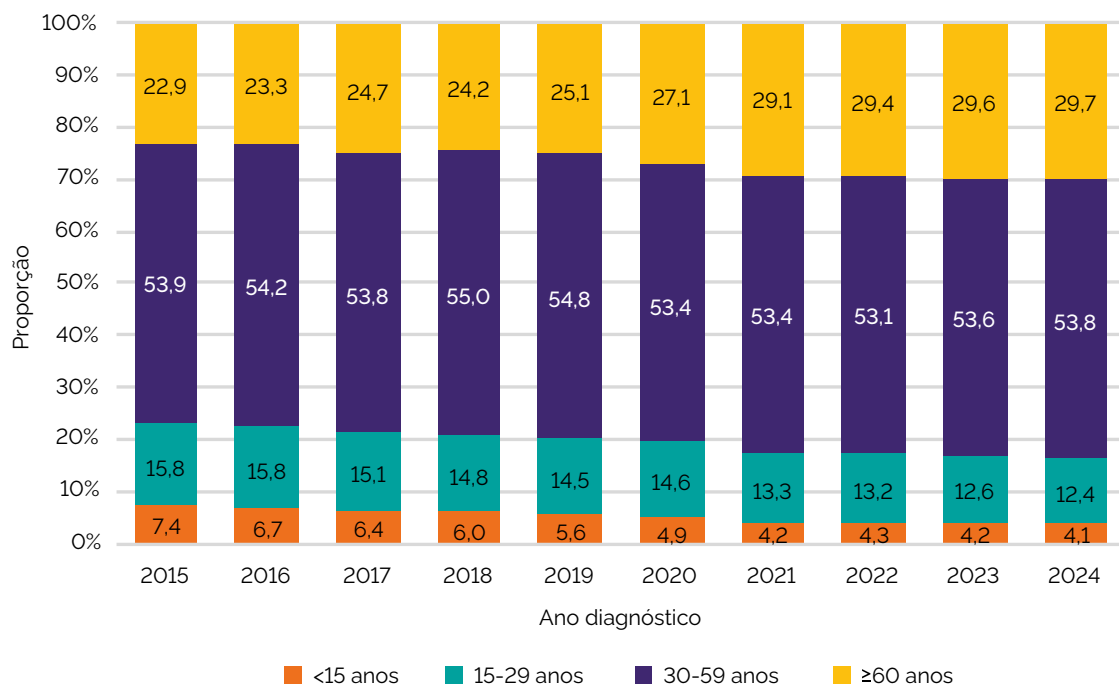
Em 2024, 4,1% (n=921) dos casos novos ocorreram em menores de 15 anos, 12,4% (n=2.744) em indivíduos de 15

a 29 anos, 53,8% (n=11.901) na faixa etária de 30 a 59 anos e 29,7% (n=6.563) em pessoas com ≥60 anos. Ao comparar o ano de 2015 com 2024, identificou-se queda de 44,6% na proporção de casos novos em pessoas com faixa etária <15 anos, diminuição de 21,5% na faixa etária de 15 a 29 anos e aumento de 29,7% na proporção em pessoas com idade ≥60 anos. Nas pessoas com idade entre 30 e 59 anos, a proporção se manteve estável (Figura 6 e Tabela 5 – Apêndice).



Fonte: Sinan/SVSA/MS; e-SUS VS /ES. Dados extraídos em 31/5/2025.

FIGURA 5 Proporção de casos novos de hanseníase, segundo sexo e ano do diagnóstico. Brasil, 2015 a 2024



Fonte: Sinan/SVSA/MS; e-SUS VS /ES. Dados extraídos em 31/5/2025.

FIGURA 6 Proporção de casos novos de hanseníase, segundo faixa etária e ano do diagnóstico. Brasil, 2015 a 2024

Quanto à raça/cor da pele, observa-se que, em 2024, 71,8% (n=15.855) dos casos novos ocorreram em pessoas de cor preta ou parda. Ademais, ao comparar 2015 com 2024, observou-se redução de 24,9% (n=7.173) para 23,4% (n=5.170) de casos em pessoas autodeclaradas como

brancas. Destaca-se que 1,1% (n=237) dos casos em 2024 foi registrado em pessoas autodeclaradas amarelas, e 0,9% (n=206) em indígenas. A categoria "ignorado" compreendeu 2,8% (n=631) dos casos novos de hanseníase em 2024 (Figura 7 e Tabela 6 – Apêndice).

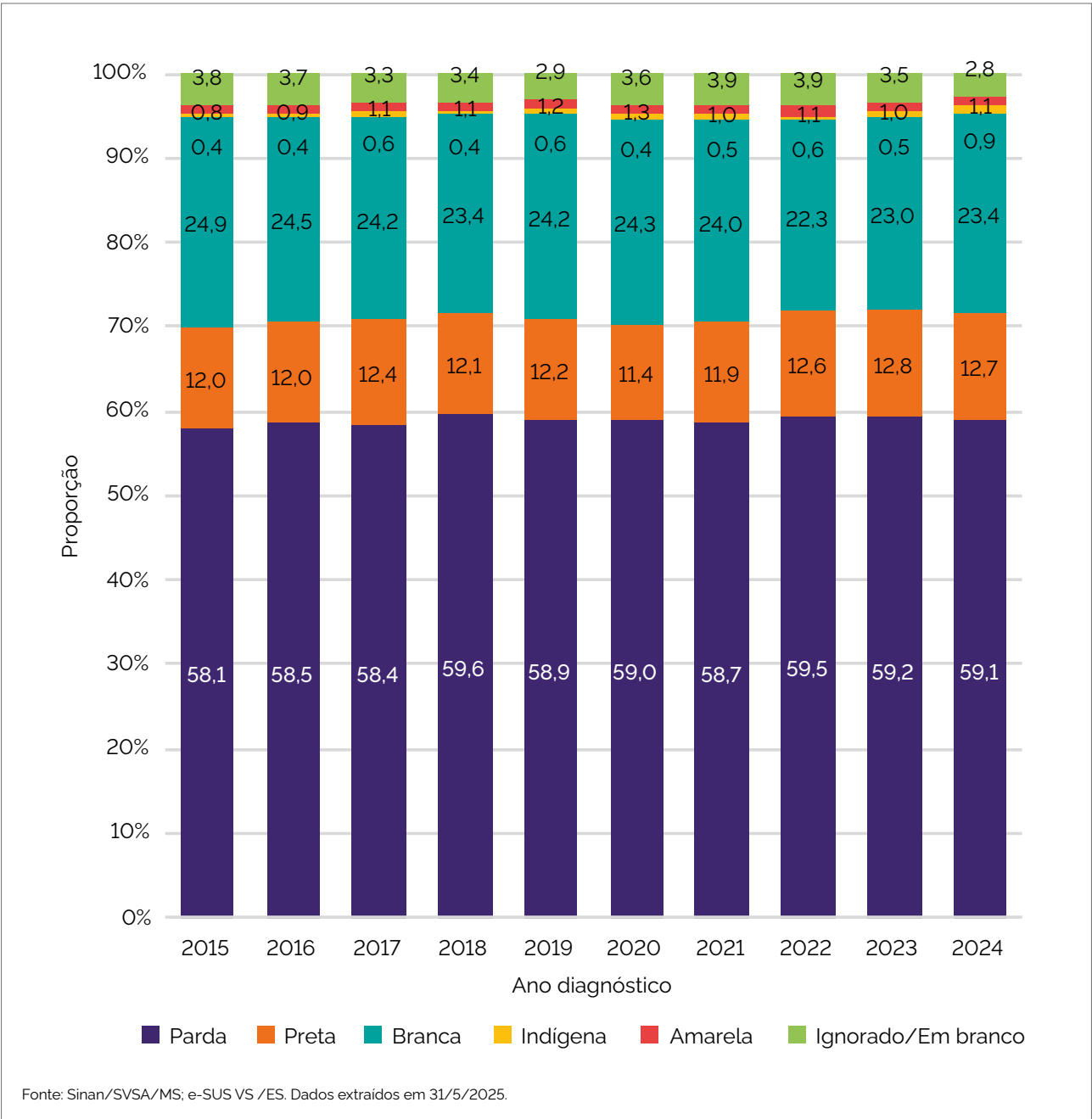
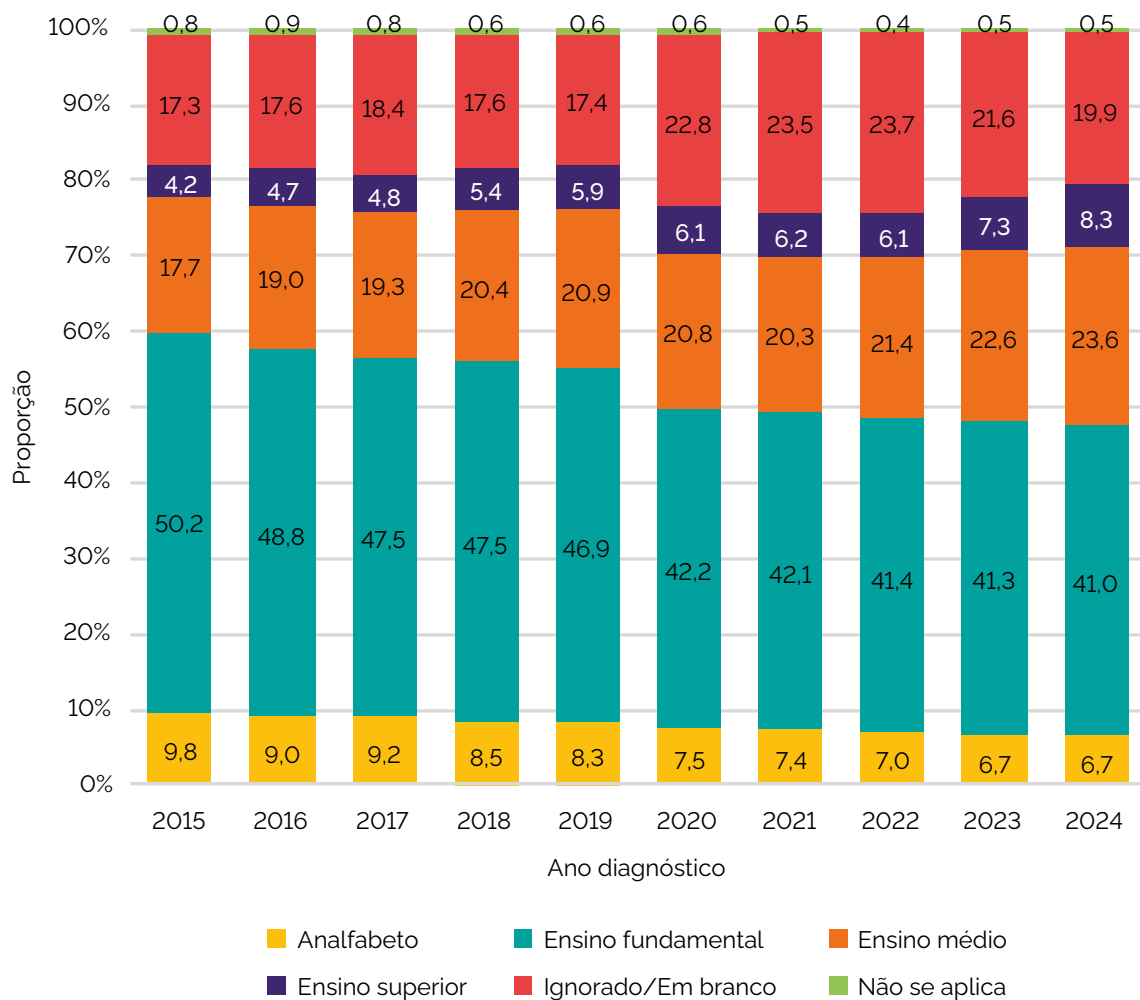


FIGURA 7 Proporção de casos novos de hanseníase, segundo raça/cor da pele e ano do diagnóstico. Brasil, 2015 a 2024

Em relação à escolaridade dos casos novos, identificou-se que, em 2024, 6,7% (n=1.477) dos casos novos eram analfabetos, 41,0% (n=9.074) apresentaram o ensino fundamental incompleto ou completo, 23,6% (n=5.233) tinham o ensino médio completo ou incompleto. Destaca-se que 19,9% (n=4.399) dos registros foram ignorados ou não estavam preenchidos. Ao longo da última década, houve queda de

31,6% na proporção de pessoas analfabetas e de 18,3% na com ensino fundamental; ao passo que houve aumento de 33,3% nos casos com ensino médio e de 97,6% nos com ensino superior. Também é possível observar aumento de 15% no percentual de registros ignorados ou em branco (Figura 8 e Tabela 7 – Apêndice).



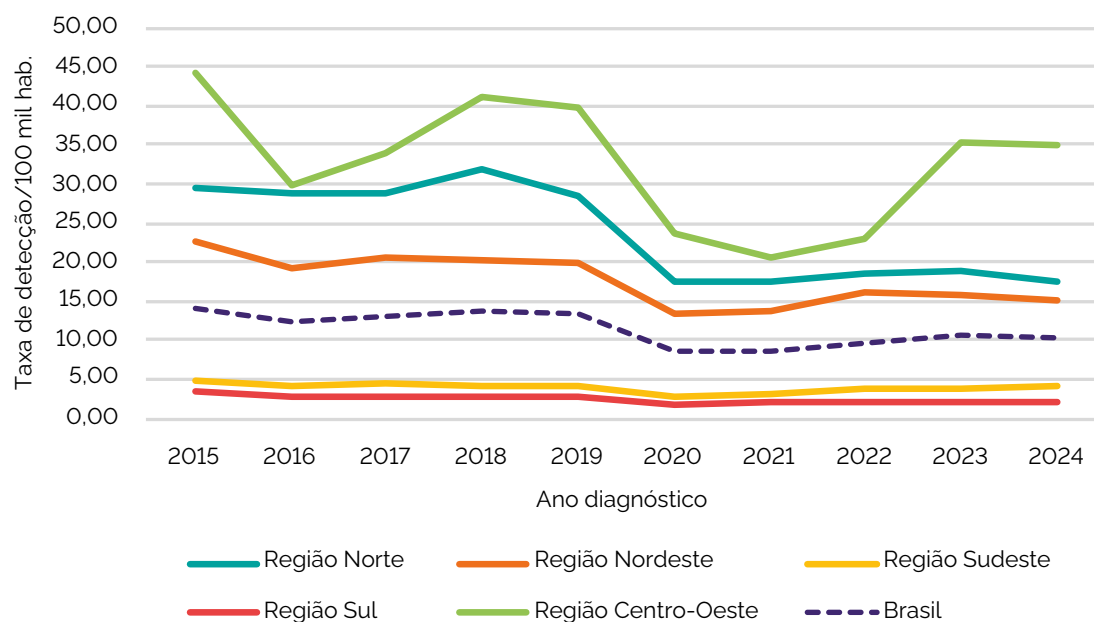
Fonte: Sinan/SVSA/MS; e-SUS VS /ES. Dados extraídos em 31/5/2025.

FIGURA 8 Proporção de casos novos de hanseníase, segundo escolaridade e ano do diagnóstico. Brasil, 2015 a 2024

Quanto à evolução temporal da taxa de detecção nas regiões brasileiras, observa-se queda acentuada da taxa no ano de 2020, principalmente por conta da pandemia de covid-19. A Região Centro-Oeste apresenta a maior taxa de detecção, variando entre

os parâmetros "muito alto" e "hiperendêmico"^a no período de 2015 a 2024. Destaca-se, no período, que todas as regiões apresentaram redução de suas taxas (Figura 9 e Tabela 8 – Apêndice).

^aParâmetros da taxa de detecção na população geral: baixo (<2,00/100 mil hab.), médio (2,00 a 9,99/100 mil hab.), alto (10,0 a 19,99/100 mil hab.), muito alto (20,0 a 39,99/100 mil hab.), hiperendêmico (≥40,0/100 mil hab.).

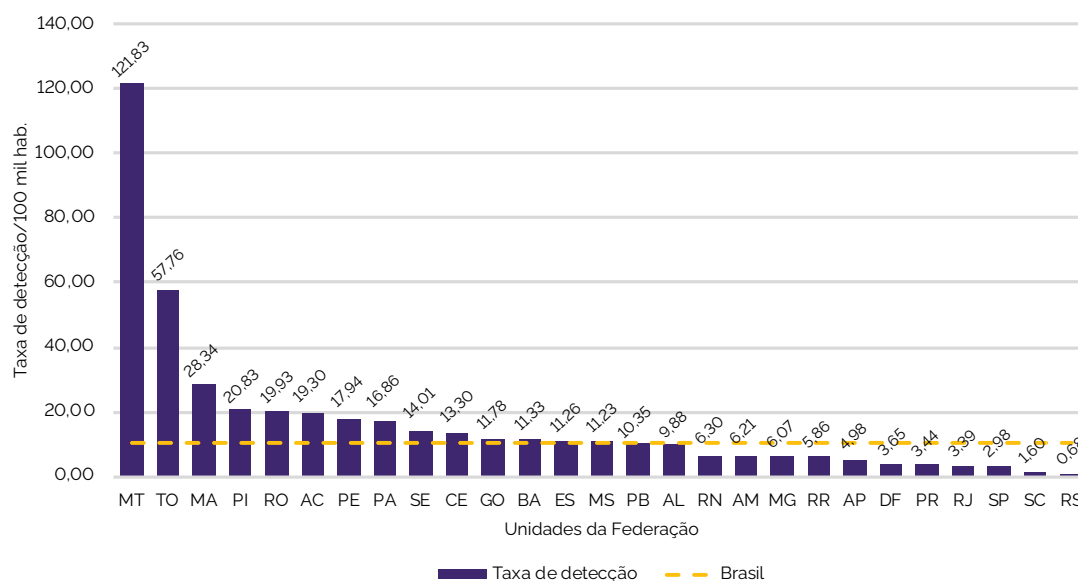


Fonte: Sinan/SVSA/MS; e-SUS VS /ES. Dados extraídos em 31/5/2025.

FIGURA 9 Taxa de detecção de casos novos de hanseníase (por 100 mil hab.), segundo região de residência e ano do diagnóstico. Brasil, 2015 a 2024

Em 2024, a taxa de detecção do Brasil foi 10,41 casos novos por 100 mil hab. Mato Grosso e Tocantins apresentaram as maiores taxas de detecção, com 121,83 e 57,74/ 100 mil hab., respectivamente, sendo os dois únicos estados

considerados hiperendêmicos no País. Em contrapartida, o Rio Grande do Sul apresentou a menor taxa, com 0,68/100 mil hab., o que configura baixa endemicidade (Figura 10 e Tabela 8 – Apêndice).



Fonte: Sinan/SVSA/MS; e-SUS VS /ES. Dados extraídos em 31/5/2025.

FIGURA 10 Taxa de detecção de casos novos de hanseníase (por 100 mil hab.), segundo unidades da Federação de residência. Brasil, 2024

Quanto aos municípios, em 2024, 49,1% (n=2.735) deles reportaram pelo menos um caso novo de hanseníase. Isso representa queda de 9,3% no número de municípios com registros de casos novos de hanseníase. As taxas de detecção em 2024 oscilaram de 0,0 a 3.445,50/100 mil

hab., com 409 municípios considerados hiperendêmicos. Mato Grosso (n=85), Tocantins (n=53), Maranhão (n=45), Goiás (n=38) e Minas Gerais (n=29) foram os estados com o maior número de municípios hiperendêmicos (Figura 11).

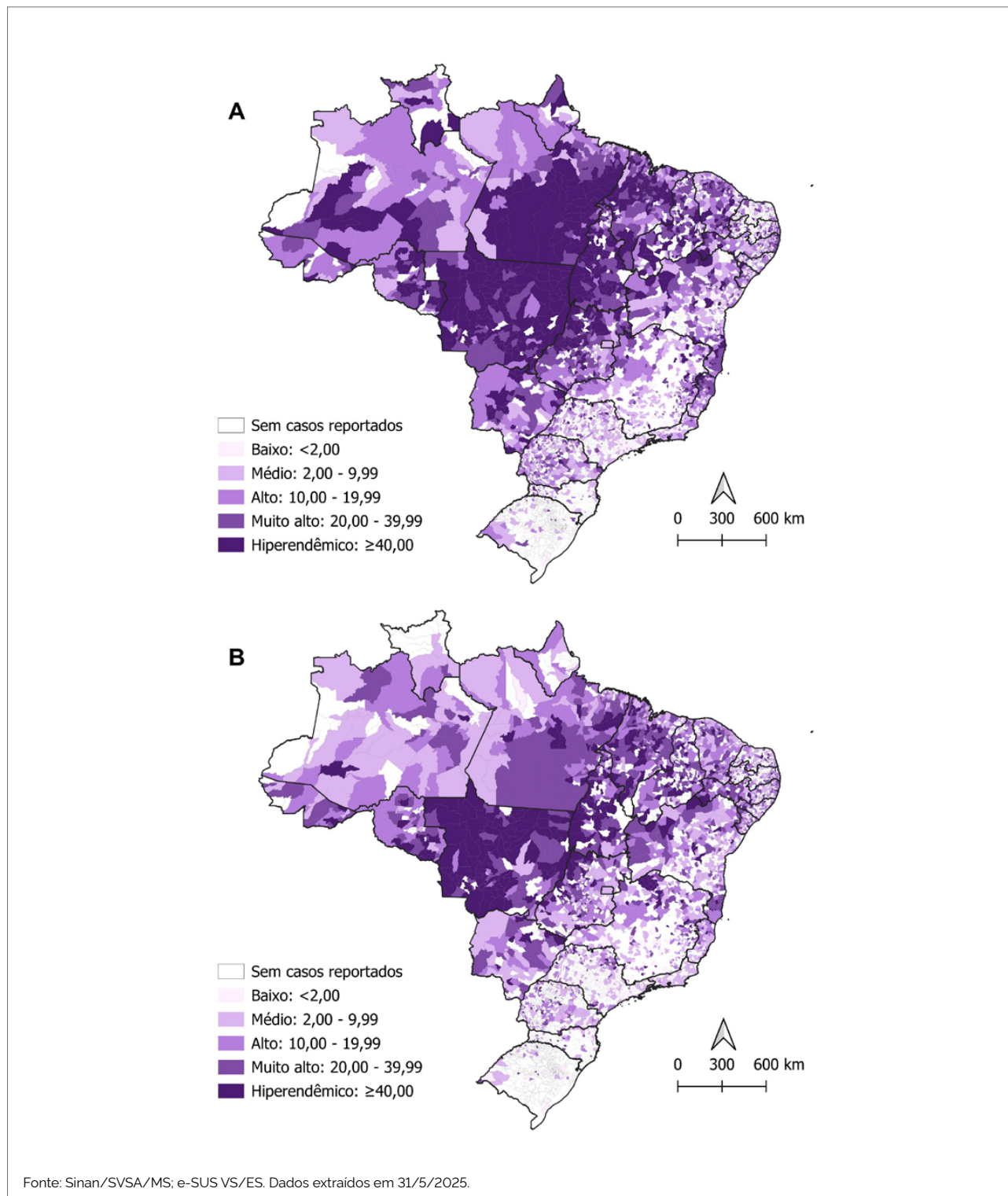


FIGURA 11 Distribuição espacial da taxa detecção geral de casos novos de hanseníase (por 100 mil hab.), segundo município de residência. Brasil, 2015 (A) e 2024 (B)

Grau de incapacidade física

A avaliação do grau de incapacidade física (GIF) no momento do diagnóstico é uma atividade que visa identificar a qualidade do serviço de saúde e a detecção precoce de casos. De 2015 a 2024, o País apresentou aumento de 1,1% na proporção de GIF avaliado no diagnóstico, partindo de 87,1% em 2015 para 88,1% em

2024. A Região Centro-Oeste apresentou aumento de 5,4% na proporção considerando todo o período, partindo de 86,3% em 2015 e chegando em 91,0% em 2024. Já a Região Sul apresentou queda de 3,5% na proporção de avaliados, partindo de 91,3% em 2015 para 88,1% em 2024 (Figura 12 e Tabela 9 – Apêndice).

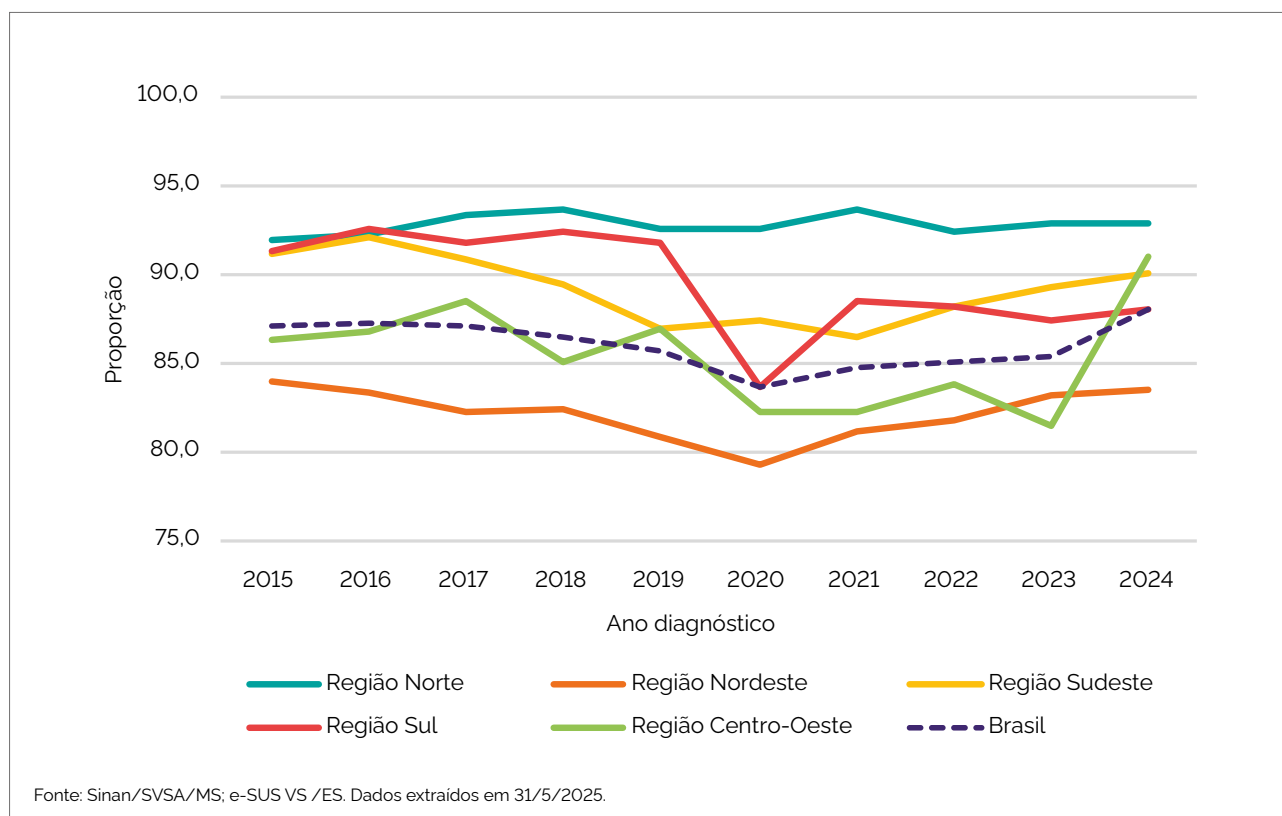


FIGURA 12 Proporção de casos novos de hanseníase com grau de incapacidade física avaliado no diagnóstico, segundo região e ano do diagnóstico. Brasil, 2015 a 2024

Além disso, em 2024, 14 das 27 UF's apresentaram proporção de casos novos de hanseníase com GIF avaliado no diagnóstico igual ou superior à média nacional^b. Amapá (97,5%), Minas Gerais (95,4%), Sergipe (94,7%) e Goiás (94,5%) obtiveram o maior percentual de avaliação do grau de incapacidade física no diagnóstico. Os menores percentuais foram observados em Rio Grande do Norte (62,2%), Bahia (78,7%) e Ceará (78,7%) (Figura 13 e Tabela 9 – Apêndice).

Ademais, ao comparar o ano de 2015 com 2024 em todo o Brasil, verificou-se diminuição de 23,1% nos diagnósticos com GIF 0, acompanhado de aumento de 46,6% nos casos com GIF 1 e de 53,3% nos casos com GIF 2. Em 2024, mais da metade dos casos (52,0%) foi diagnosticada com GIF 0, enquanto 36,5% apresentaram GIF 1 e 11,5% GIF 2 (Figura 14 e Tabelas 9 e 10 – Apêndice).

^bParâmetros para avaliação do grau de incapacidade física no diagnóstico: bom ($\geq 90,0\%$), regular (75,0 a 89,9%), precário ($< 75,0\%$).

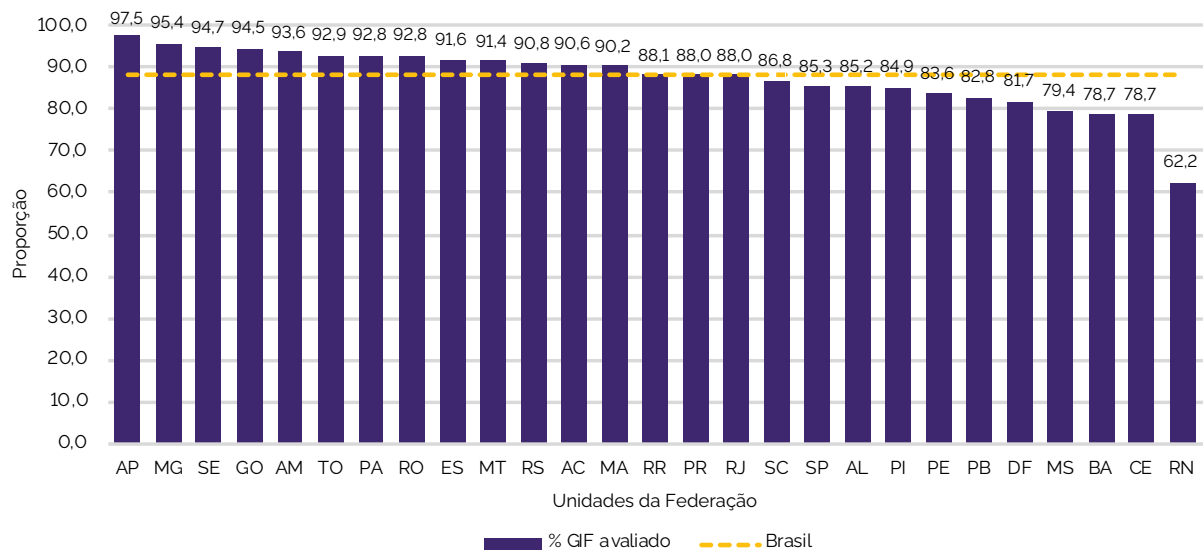


FIGURA 13 Proporção de casos novos de hanseníase com grau de incapacidade física avaliado no diagnóstico, segundo unidades da Federação de residência. Brasil, 2024

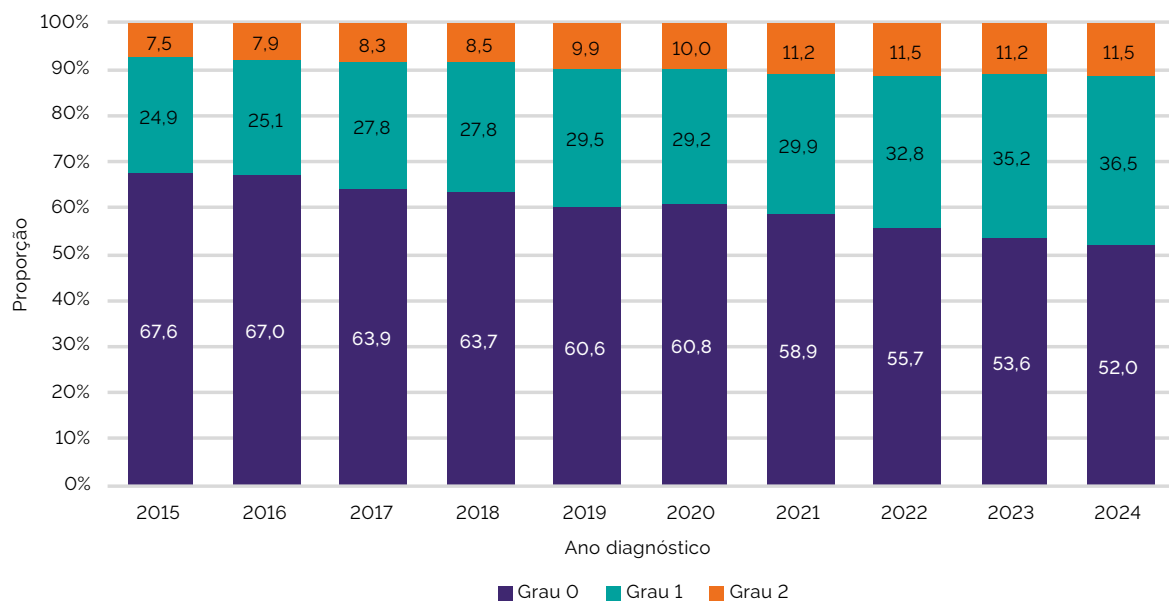


FIGURA 14 Proporção de casos novos de hanseníase, segundo grau de incapacidade física no diagnóstico por ano do diagnóstico. Brasil, 2015 a 2024

Nas regiões brasileiras, também foi observado uma elevação do percentual GIF 2 no diagnóstico, especialmente na Região Centro-Oeste, que, em 2024, apresentou acréscimo de 110,8%, partindo de 6,5% em

2015 para 13,7% em 2024^c. A Região Sul também se destaca com aumento de 46,5% na proporção de GIF 2, partindo de 9,9% em 2015 e culminando em 14,5% em 2024 (Figura 15 e Tabela 10 – Apêndice).

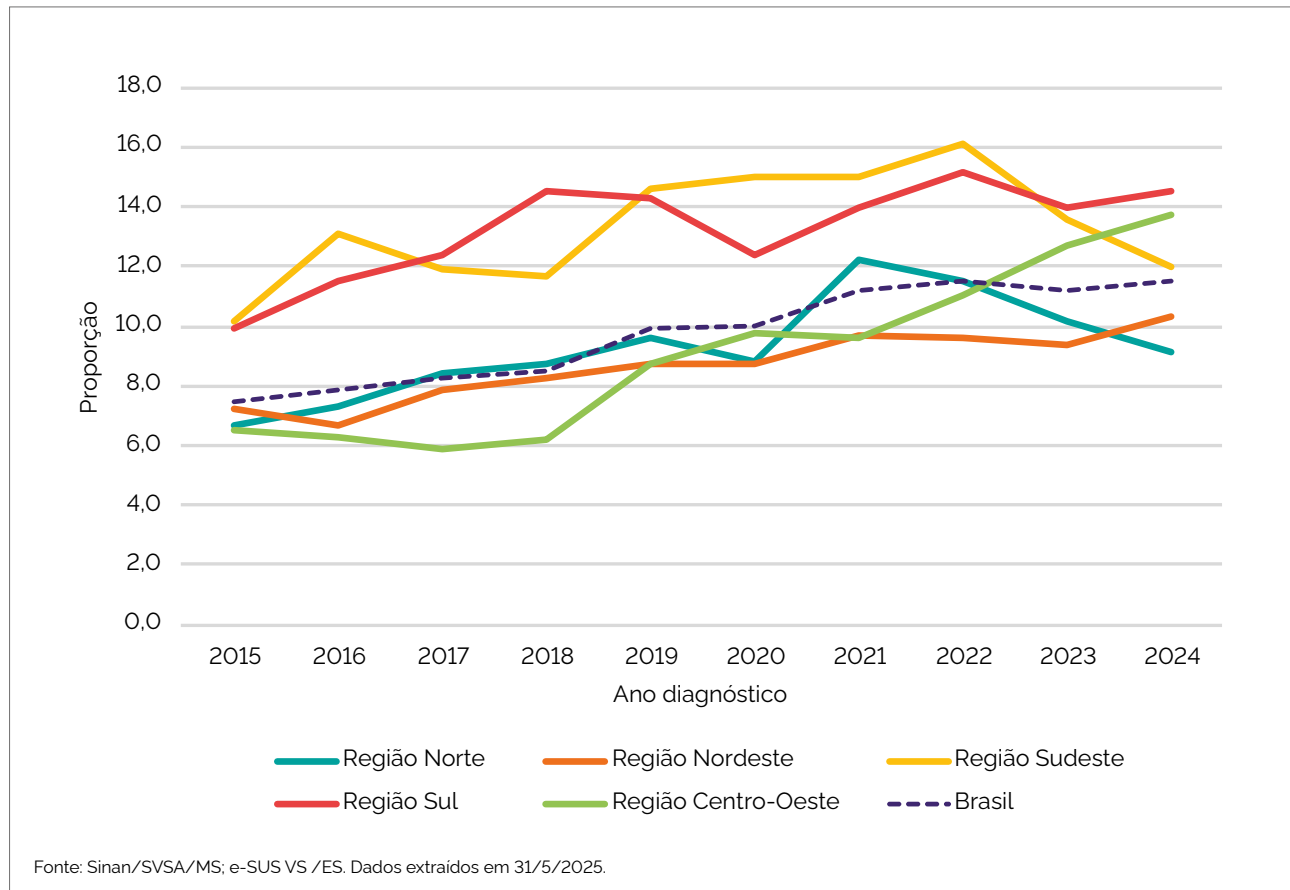


FIGURA 15 Proporção de casos novos de hanseníase, segundo grau 2 de incapacidade física no diagnóstico por região de residência e ano do diagnóstico. Brasil, 2015 a 2024

^cParâmetros para proporção de GIF 2 no diagnóstico: alto ($\geq 10,0\%$), médio (5,0 a 9,9%), baixo ($< 5,0\%$).

Entre as UFs, Acre (18,8%), Rio Grande do Sul (17,4%), Roraima (16,2%), Santa Catarina (16,1%) e Distrito Federal (15,7%) apresentaram as maiores proporções de GIF 2 no diagnóstico. Já os estados de Rondônia (5,3%), Tocantins

(7,2%), Maranhão (7,4%), Amapá (7,7%) e Goiás (8,6%) apresentaram as menores proporções de GIF 2 no diagnóstico (Figura 16 e Tabela 10 – Apêndice).

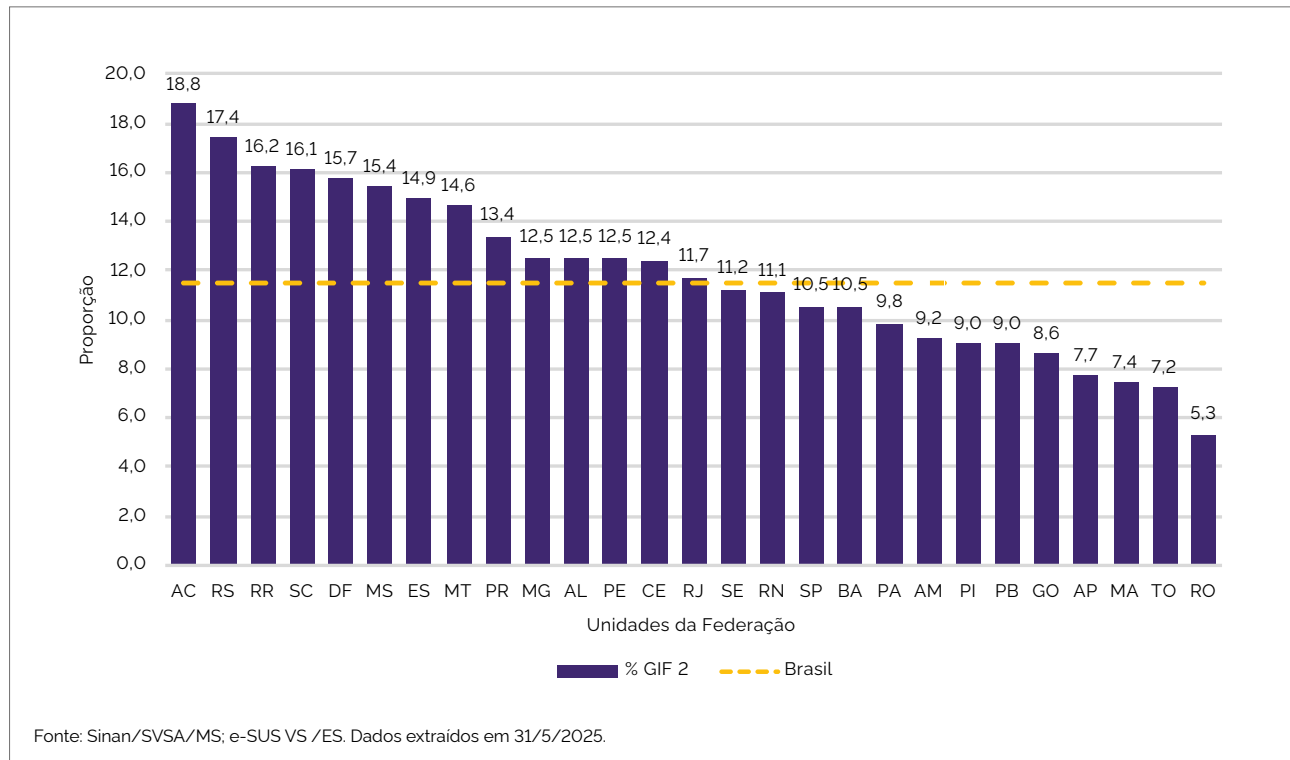
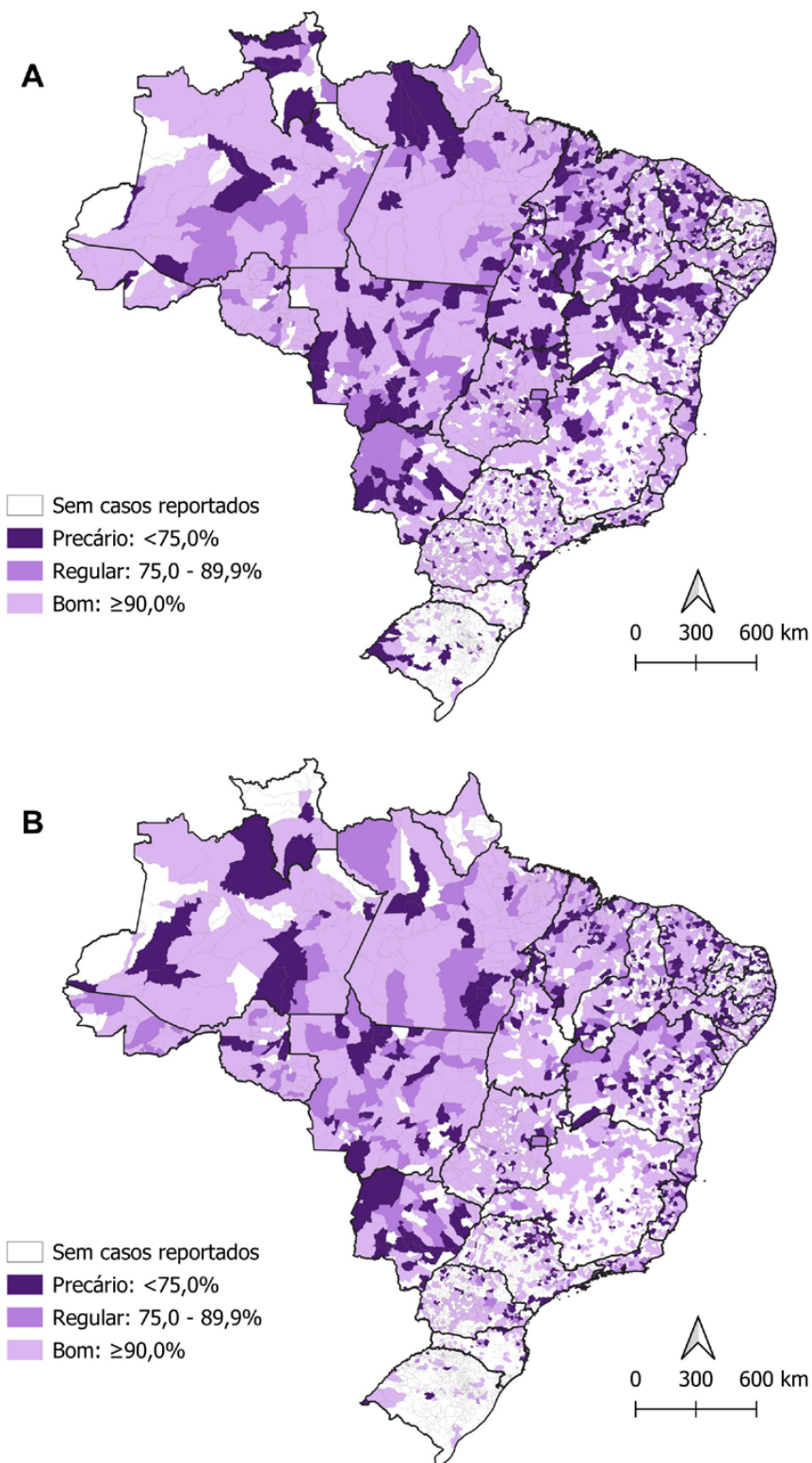


FIGURA 16 Proporção de casos novos de hanseníase com grau 2 de incapacidade física no momento do diagnóstico, segundo unidades da Federação de residência. Brasil, 2024

Ao comparar os municípios brasileiros quanto à avaliação do GIF no diagnóstico, em 2015, dos municípios com casos registrados, 944 (31,3%) municípios apresentaram os parâmetros "precário" ou "regular" ao passo que 2.073

(68,7%) apresentaram o parâmetro "bom". Já em 2024, 908 (33,2%) municípios apresentavam parâmetros "precário" ou "regular", e 1.827 (66,8%) tiveram parâmetro "bom" (Figura 17).



Fonte: Sinan/SVSA/MS; e-SUS VS/ES. Dados extraídos em 31/5/2025.

FIGURA 17 Distribuição espacial da proporção de casos novos de hanseníase com grau de incapacidade física avaliada no diagnóstico, segundo município de residência. Brasil, 2015 (A) e 2024 (B)

Em 2024, 778 municípios do Brasil tiveram casos novos com GIF 2 no momento do diagnóstico, 54 municípios a menos que em 2015 (n=832). Dos municípios com GIF 2 em 2024, 670 apresentaram parâmetro "alto" na proporção

de GIF 2 no momento do diagnóstico. Entre os estados com maior número de municípios com parâmetro "alto" foram Minas Gerais (n=71), Bahia (n=58), São Paulo (n=52), Mato Grosso (n=51) e Ceará (n=50) (Figura 18).

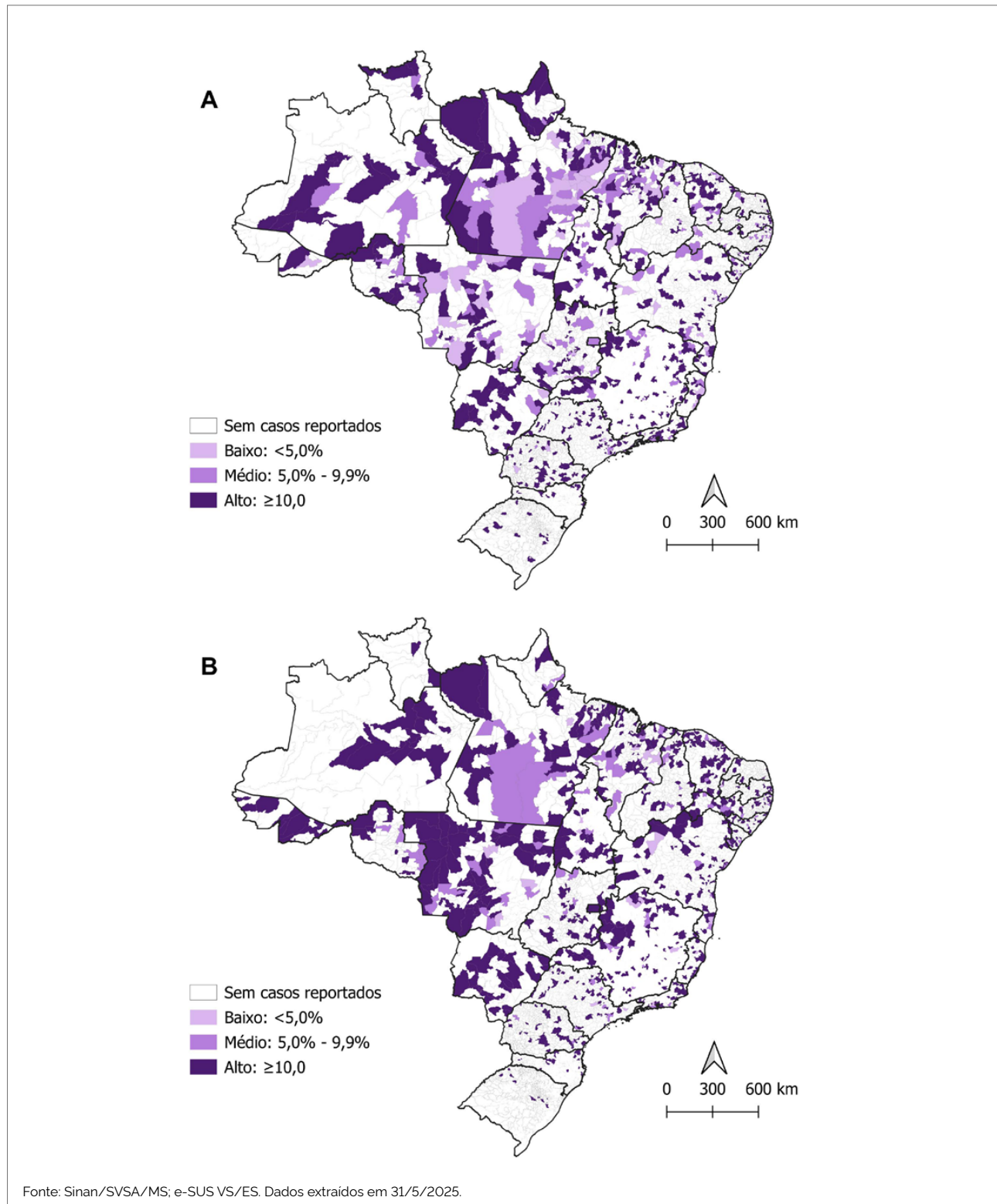


FIGURA 18 Distribuição espacial da proporção de casos novos de hanseníase com grau 2 de incapacidade física no momento do diagnóstico, segundo município de residência. Brasil, 2015 (A) e 2024 (B)

Perfil clínico

A proporção de casos novos multibacilares cresceu 19,3% ao comparar o ano de 2015 com 2024, em que 68,9% dos casos eram multibacilares em 2015 e, em 2024, eram 82,2%. A avaliação das regiões brasileiras mostra que todas seguem o mesmo padrão do País.

Em 2024, a Região Centro-Oeste apresentou 94,1% de casos com essa classificação, a maior do País. Seguido à Região Centro-Oeste, têm-se as Regiões Sul (83,3%), Norte (81,6%), Sudeste (79,5%) e Nordeste (75,3%) (Figura 19 e Tabela 11 – Apêndice).

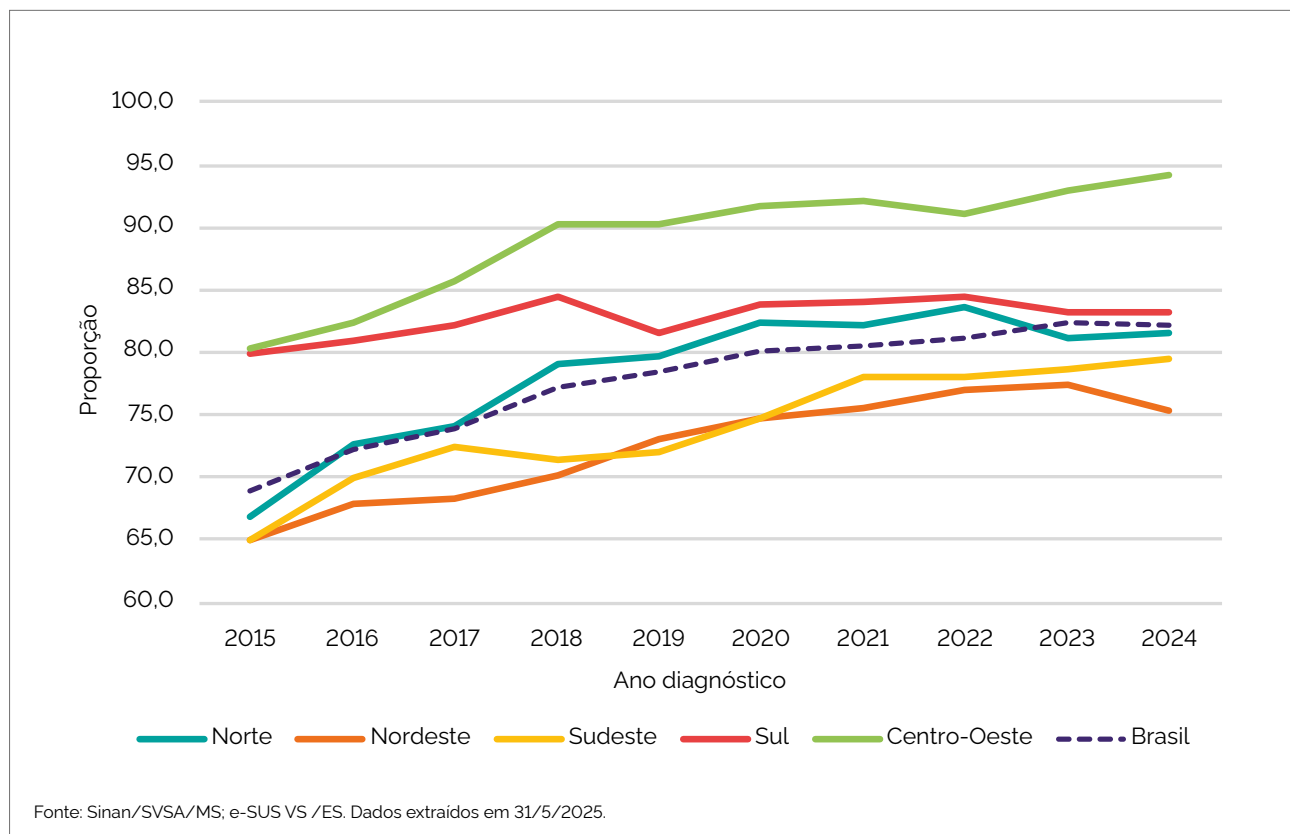


FIGURA 19 Proporção de casos novos de hanseníase multibacilares, segundo região de residência e ano do diagnóstico. Brasil, 2015 a 2024

Quanto às UF, oito apresentaram percentual de casos multibacilares acima do observado no Brasil em 2024. Destacam-se Mato Grosso (97,5%) e Acre (90,6%), ambos com valores superiores a 90%. As menores participações

de casos multibacilares ocorreram em Rio Grande do Norte (62,2%), Paraíba (65,7%) e Amazonas (66,9%) (Figura 20 e Tabela 11 – Apêndice).

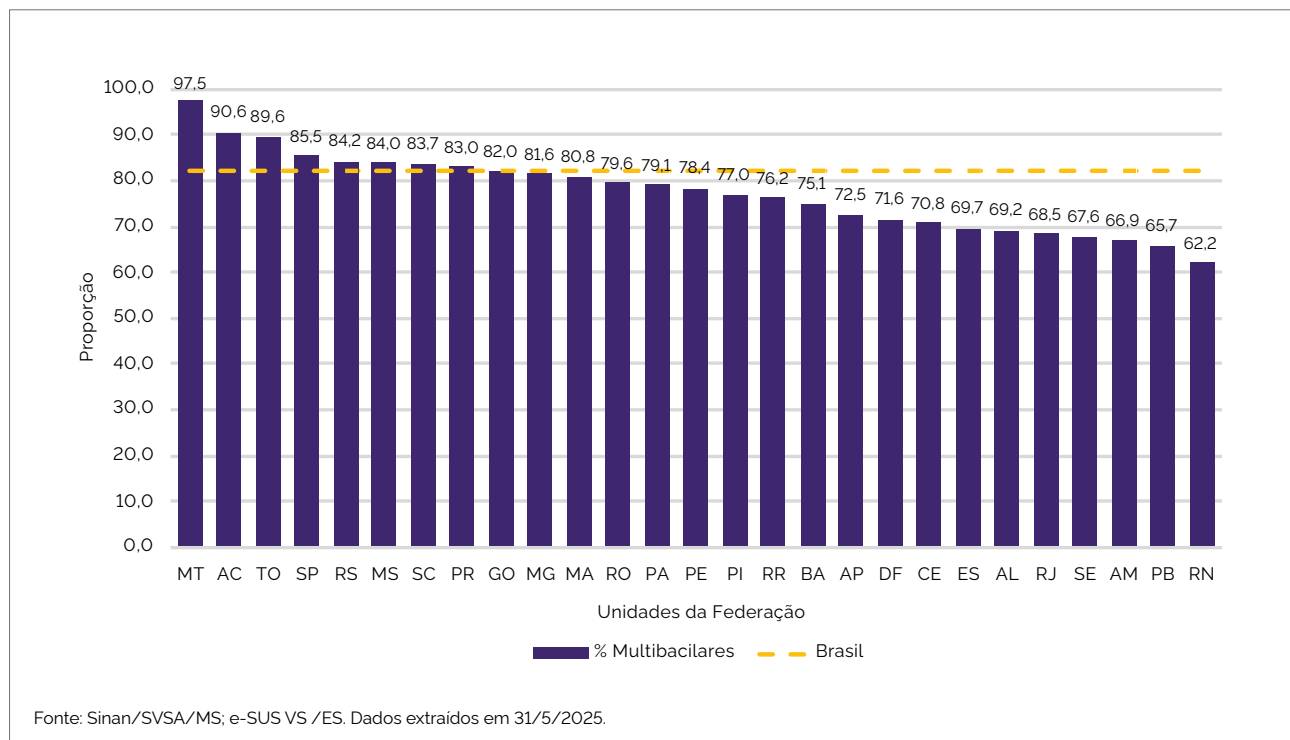
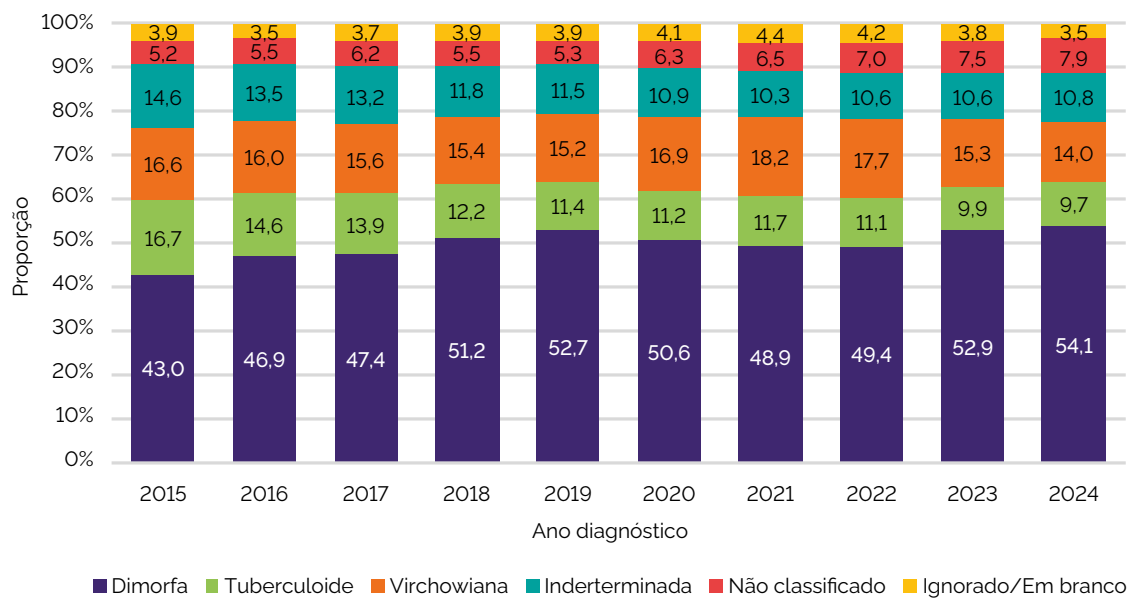


FIGURA 20 Proporção de casos novos de hanseníase multibacilares, segundo unidades da Federação de residência. Brasil, 2024

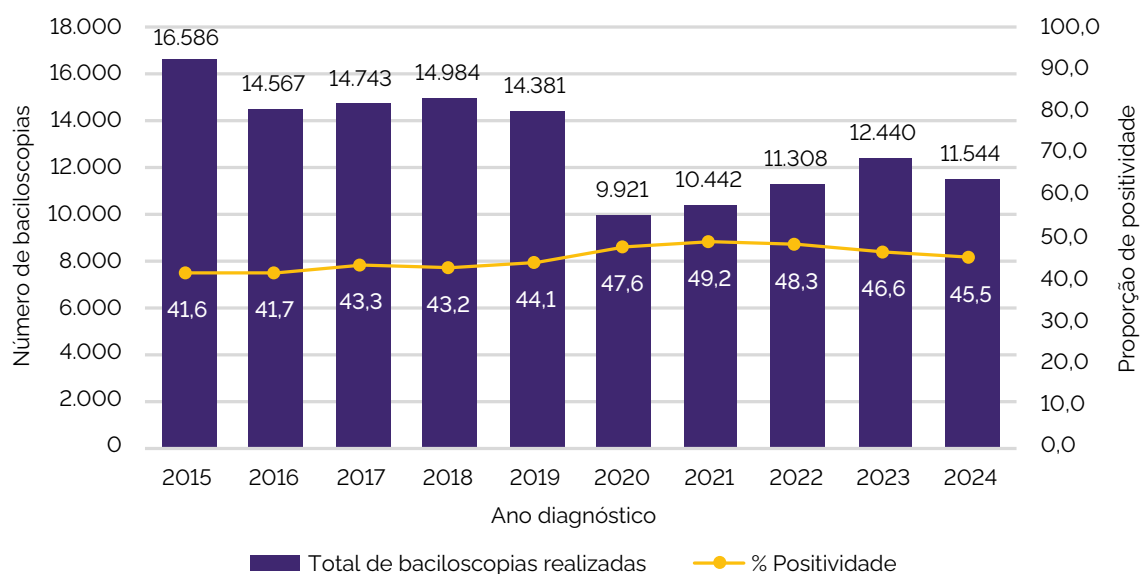
Em relação à forma clínica, em 2024, 54,1% (n=11.973) dos casos novos de hanseníase foram classificados como dimorfos, 14,0% (n=3.099) como virchowianos, 9,7% (n=2.151) como tuberculoides e 10,8% (n=2.392) como indeterminados. Os casos não classificados corresponderam a 7,9% (n=1.739), enquanto os registros ignorados/em branco representaram 3,5% (n=775). Observou-se aumento de 25,8% nos casos classificados como dimorfos e de 51,9% nos não classificados ao comparar o ano de 2015 com 2024. Em contrapartida, houve redução de 41,9% nos casos tuberculoides, de 17,5% nos virchowianos e de 26,0% nos indeterminados (Figura 21 e Tabela 12 – Apêndice).

Ademais, em 2024, foram realizadas 11.544 baciloscopias, das quais 45,5% (n=5.255) resultaram positivas. Houve queda de 30,4% no número de baciloscopias realizadas do período de 2015 a 2024. Observou-se aumento de 9,5% na proporção de resultados positivos em 2024 (45,5%) em relação ao ano de 2015 (41,6%) (Figura 22 e Tabela 13 – Apêndice).



Fonte: Sinan/SVSA/MS; e-SUS VS /ES. Dados extraídos em 31/5/2025.

FIGURA 21 Proporção de casos novos de hanseníase, segundo forma clínica e ano do diagnóstico. Brasil, 2015 a 2024



Fonte: Sinan/SVSA/MS; e-SUS VS/ES. Dados extraídos em 31/5/2025.

FIGURA 22 Número de baciloscopias realizadas e percentual de positividade em casos novos de hanseníase, segundo ano do diagnóstico. Brasil, 2015 a 2024

Coortes na hanseníase

Cura

O indicador de cura da hanseníase entre os casos novos diagnosticados nos anos das coortes avalia a qualidade da atenção e do acompanhamento, bem como a efetividade do tratamento^d. Entre 2015 e 2024,

observou-se redução de 6,6%, com queda de 83,5% para 78,0%, permanecendo no parâmetro "regular". Todas as regiões do País apresentaram diminuição desse indicador, com destaque para a Região Centro-Oeste, que passou de 82,6% em 2015 para 74,7% em 2024, correspondendo à redução de 9,6% (Figura 23 e Tabela 14 – Apêndice).

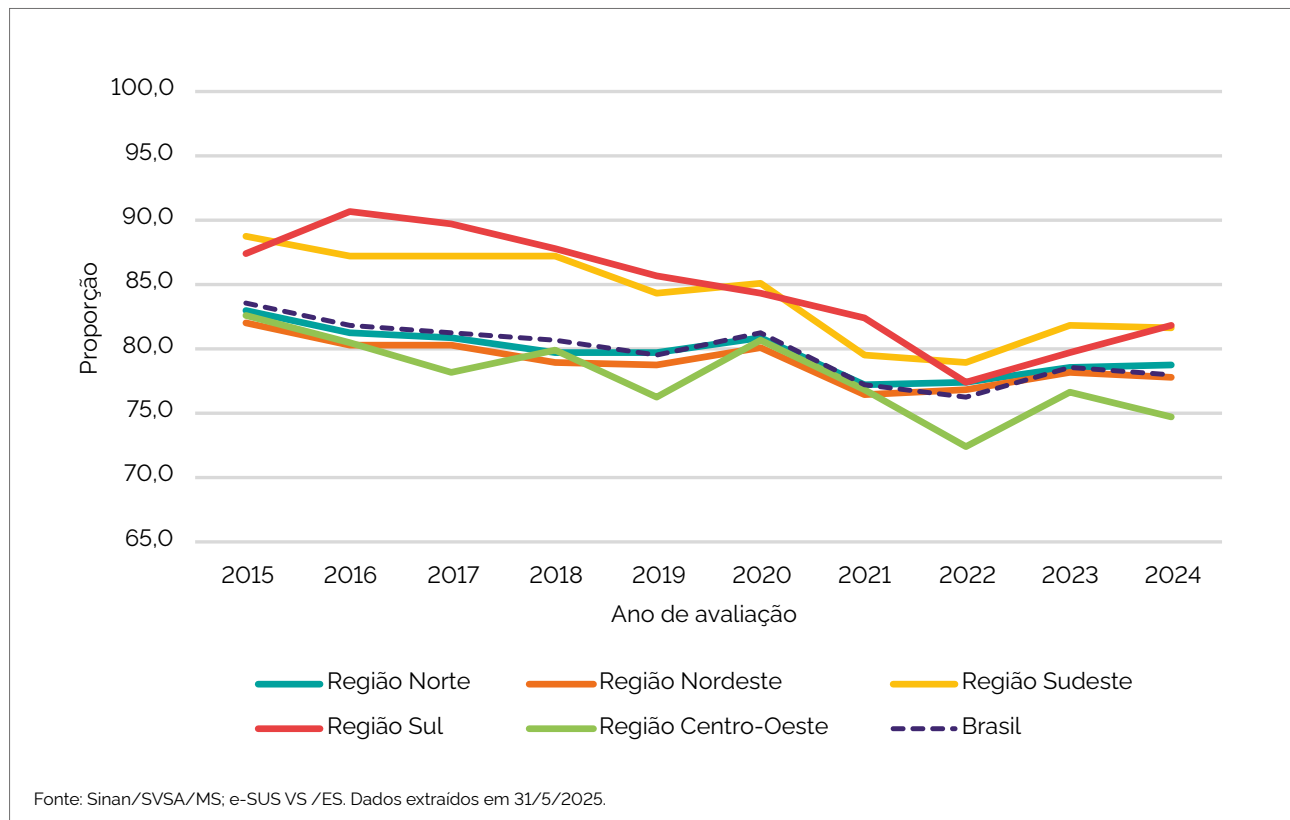


FIGURA 23 Proporção de cura de hanseníase entre os casos novos de diagnóstico nos anos das coortes, segundo região de residência e ano de avaliação. Brasil, 2015 a 2024

Em relação à cura nas UFs, em 2024, somente Sergipe (92,0%) e Amapá (91,3%) apresentaram parâmetro "bom", isto é, $\geq 90\%$ de cura. Por outro lado, Pernambuco (65,8%), Roraima (68,2%), Mato Grosso (69,5%), Mato Grosso do

Sul (71,7%) e Minas Gerais (73,6%) foram classificados com o parâmetro "precário", ou seja, $< 75\%$ de cura (Figura 24 e Tabela 14 – Apêndice).

^dParâmetros para cura nos anos da coorte: bom ($\geq 90,0\%$), regular (75,0 a 89,9%), precário ($< 75,0\%$).

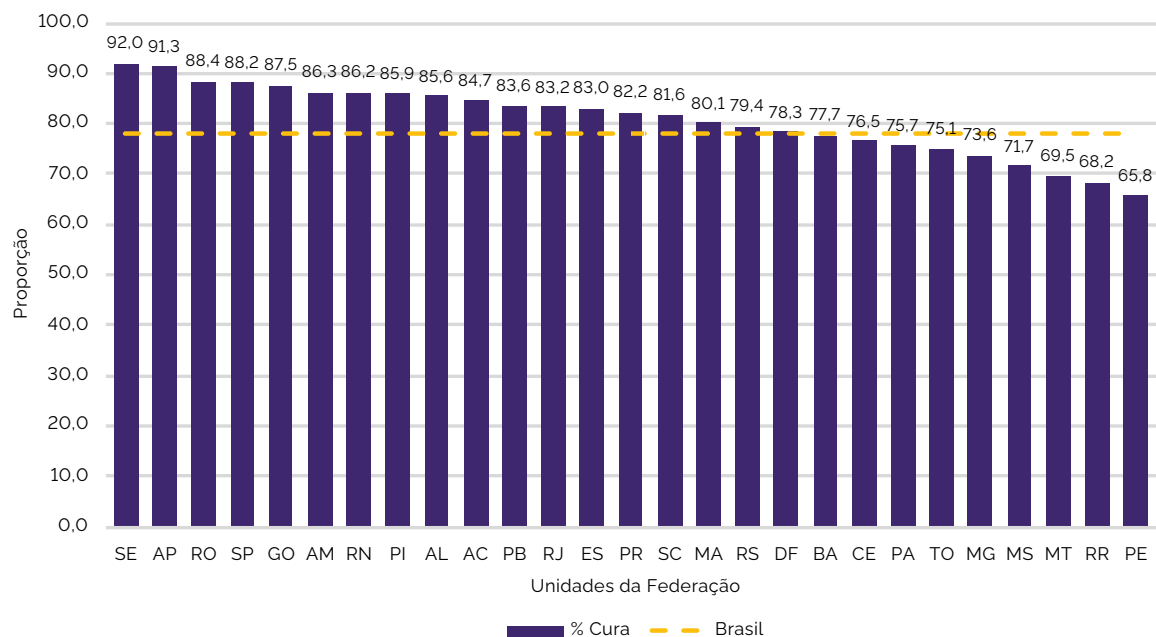
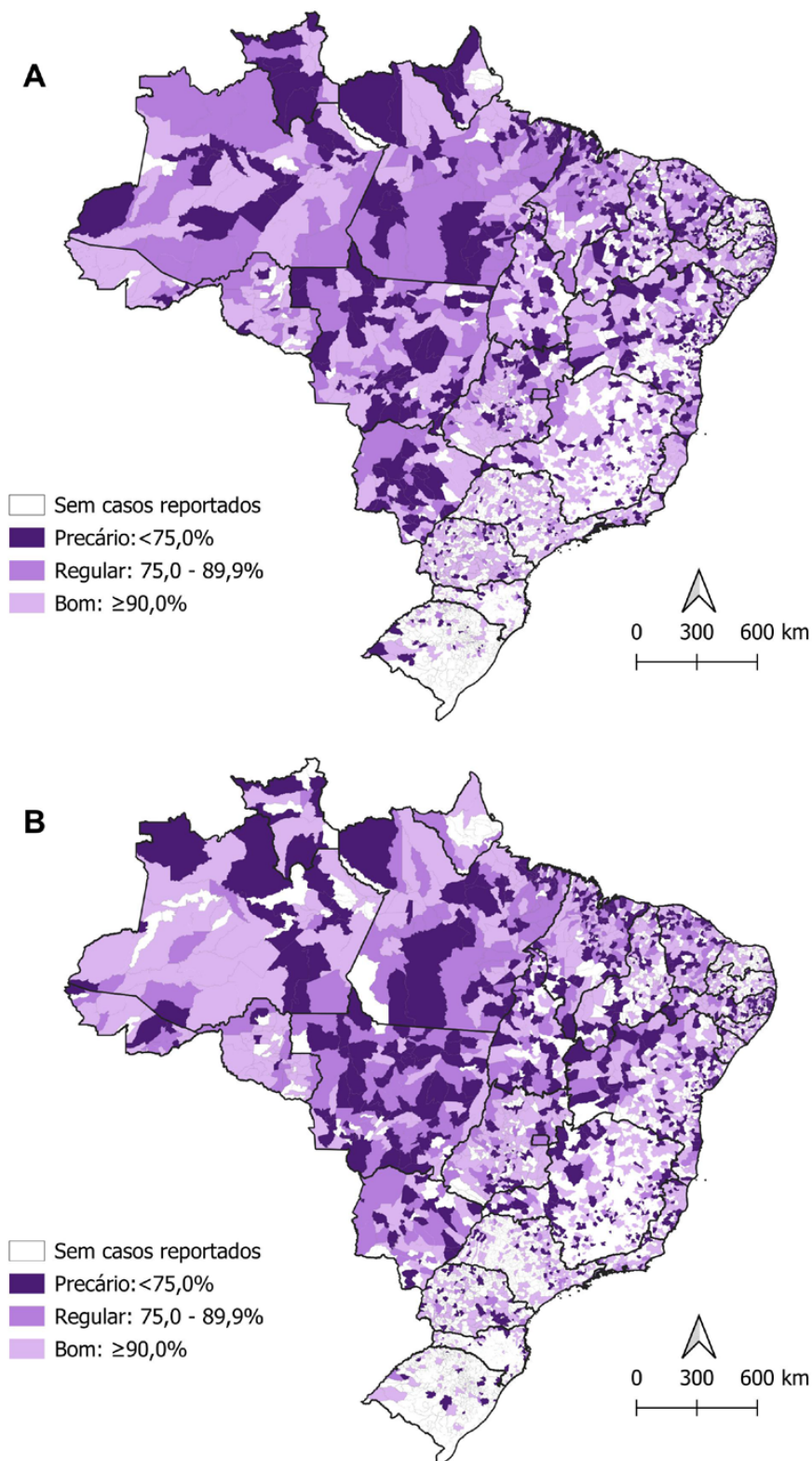


FIGURA 24 Proporção de cura de hanseníase entre os casos novos de diagnóstico nos anos das coortes, segundo unidades da Federação de residência. Brasil, 2024

Em 2015, 3.014 municípios brasileiros notificaram casos novos nas coortes. Destes, 1.778 (59,0%) foram classificados com o parâmetro "bom", 467 (15,5%) como "regular" e 769 (25,5%) como "precário" no indicador de cura. Já em 2024, 2.606 municípios registraram casos novos nas coortes, o que representa redução de 13,5% em relação a 2015. Destes, 1.443 (55,4%) foram classificados como

"bom", 352 (13,5%) como "regular" e 811 (31,1%) como "precário". Esses resultados apontam que em um período de dez anos houve redução em 5,3% na proporção de municípios com parâmetro "bom" e em 12,9% no parâmetro "regular". Por outro lado, observou-se aumento em 22,0% na proporção de municípios com parâmetro "precário" (Figura 25).



Fonte: Sinan/SVSA/MS; e-SUS VS/ES. Dados extraídos em 31/5/2025.

FIGURA 25 Distribuição espacial da proporção de cura de hanseníase entre os casos novos de diagnóstico nos anos das coortes, segundo município de residência. Brasil, 2015 (A) e 2024 (B)

Abandono do tratamento

O indicador referente à proporção de casos de hanseníase em abandono de tratamento entre os casos novos diagnosticados nos anos das coortes avalia a qualidade da atenção e do acompanhamento dos casos novos diagnosticados^e. Na última década, o País apresentou crescimento anual nesse indicador, passando de 4,6%

em 2015 para 7,3% em 2024. Além disso, observou-se crescimento no percentual de abandono em todas as regiões brasileiras no ano de 2024 em comparação a 2015. Os destaques estão nas Regiões Sudeste (3,4% em 2015 e 6,9% em 2024), Centro-Oeste (4,9% em 2015 e 8,3% em 2024) e Nordeste (4,5% em 2015 e 7,0% em 2024) (Figura 26).

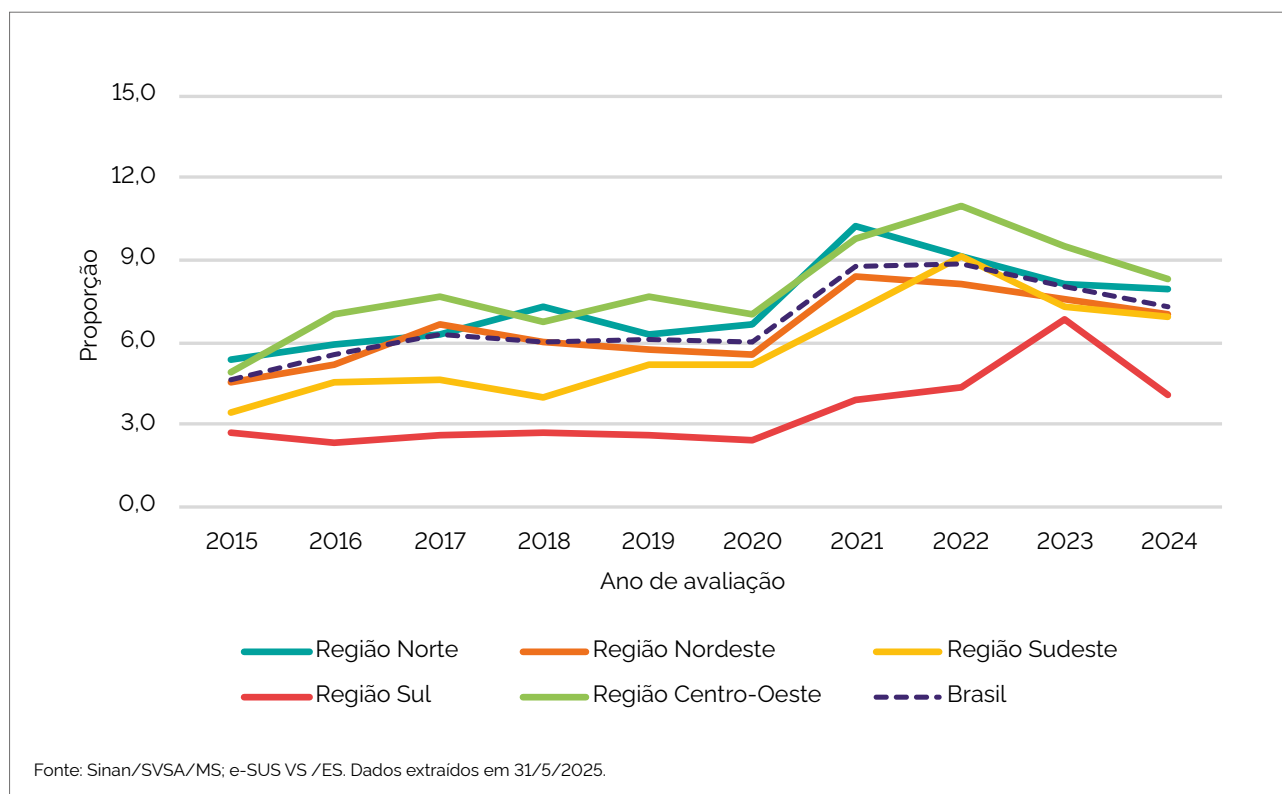


FIGURA 26 Proporção de abandono de hanseníase entre os casos novos de diagnóstico nos anos das coortes, segundo região de residência e ano de avaliação. Brasil, 2015 a 2024

Quanto às UFs, em 2024, Santa Catarina (11,8%), Amazonas (10,8%), Mato Grosso (10,5%) e Pernambuco (10,5%) apresentaram >10% de seus casos encerrados como abandono, classificados como parâmetro "regular". As

demais UFs foram classificadas com o parâmetro "bom" por apresentarem percentual de abandono <10%, com destaque a Rio Grande do Sul (1,5%), Paraná (1,7%) e Sergipe (2,4%) (Figura 27).

^eParâmetros para abandono do tratamento nos anos das coortes: bom (<10,0%), regular (10,0 a 24,9%), precário (≥25,0%).

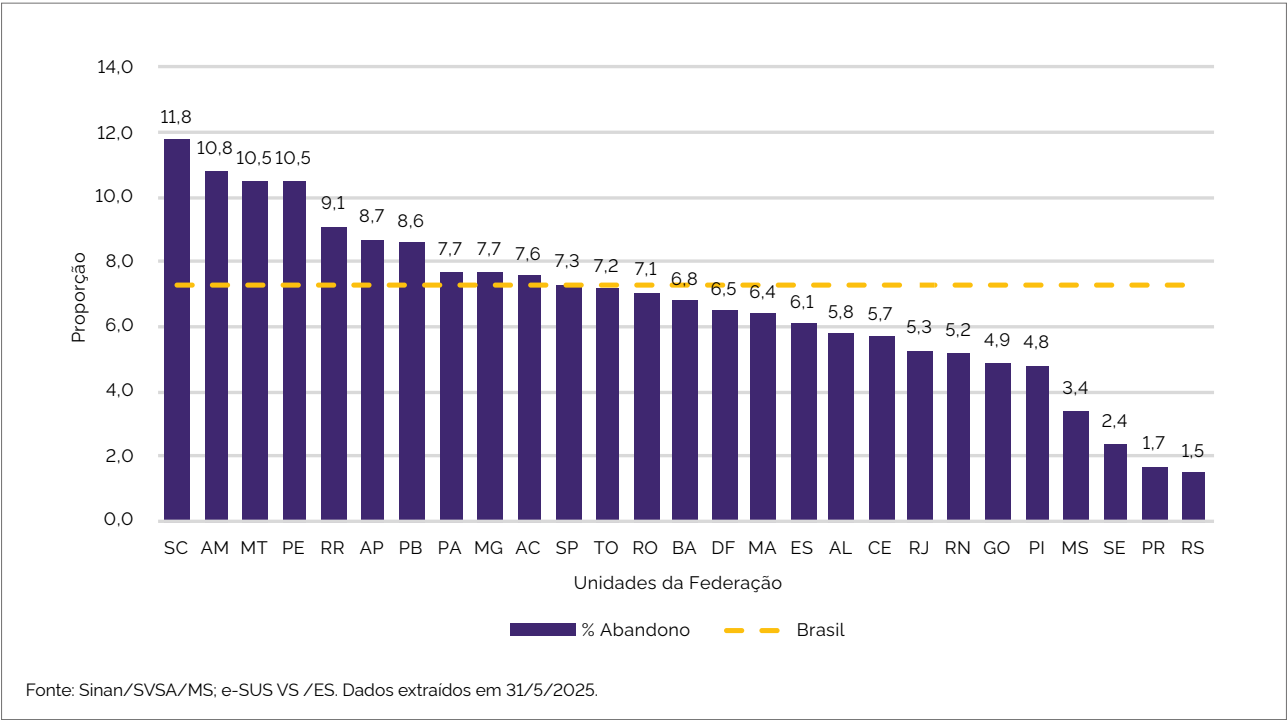
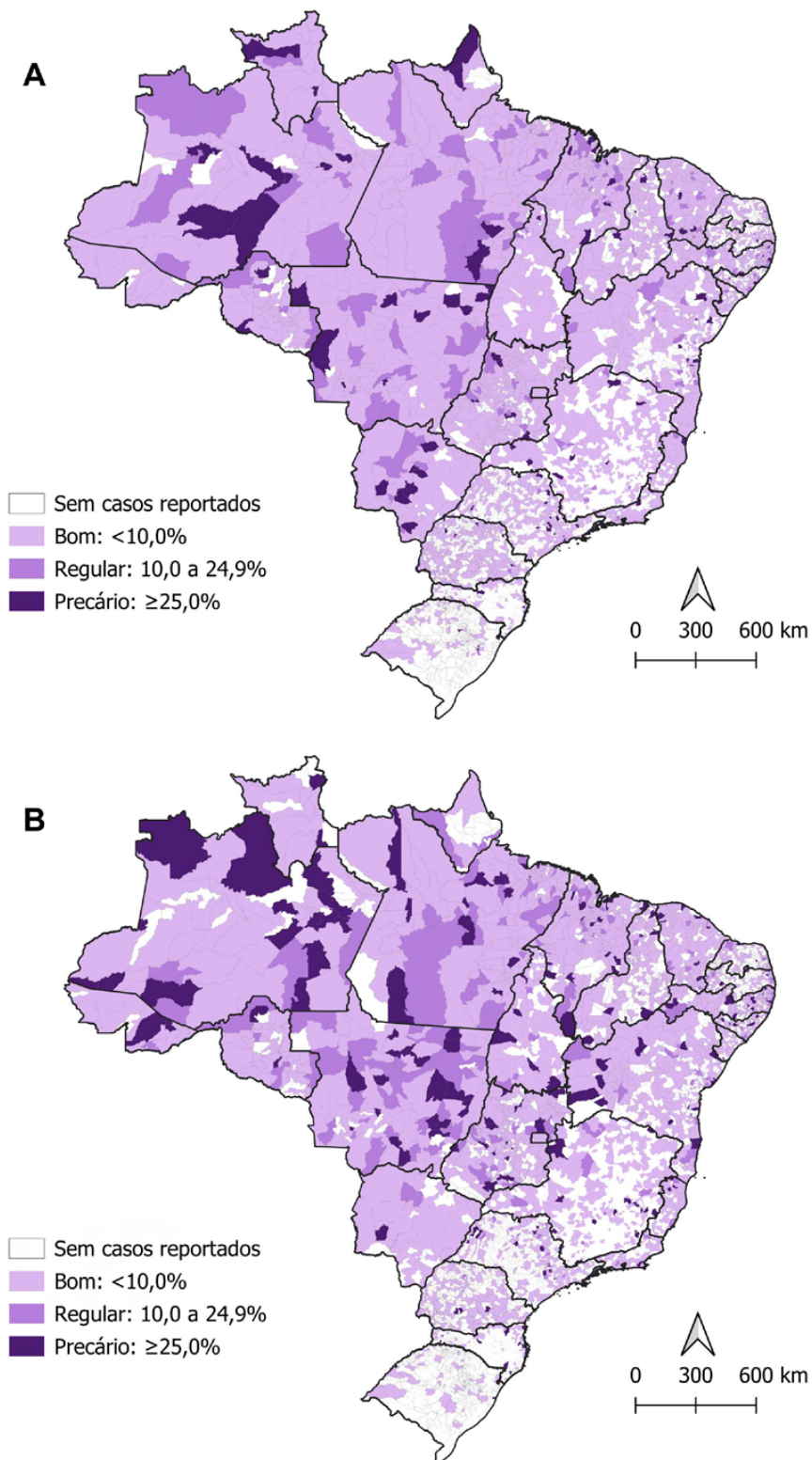


FIGURA 27 Proporção de abandono de hanseníase entre os casos novos de diagnóstico nos anos das coortes, segundo unidades da Federação de residência. Brasil, 2024

Quanto ao abandono dos casos novos de hanseníase em relação aos municípios, observou-se que, em 2015, 2.751 municípios foram classificados com o parâmetro "bom",

168 como "regular" e 114 como "precário". Já em 2024, identificaram-se 2.245 municípios com parâmetro "bom", 169 como "regular" e 192 como "precário" (Figura 28).



Fonte: Sinan/SVSA/MS; e-SUS VS/ES. Dados extraídos em 31/5/2025.

FIGURA 28 Distribuição espacial da proporção de abandono de hanseníase entre os casos novos de diagnóstico nos anos das coortes, segundo município de residência. Brasil, 2015 (A) e 2024 (B)

GIF avaliado na cura

O indicador de proporção de casos novos de hanseníase com GIF avaliado na cura nos anos das coortes é usado para medir a qualidade do atendimento dos serviços de saúde^f. Em 2015, o Brasil apresentava 71,2% dos casos novos avaliados na cura, classificado como parâmetro "precário". Já em 2024, observou-se que 70,6% dos casos foram avaliados, representando

decréscimo de 0,8% na proporção e permanecendo na mesma condição. Das regiões brasileiras, a Sul apresentou aumento de 4,7%, elevando-se de 76,4% em 2015 para 80,0% em 2024, dentro do patamar "regular". Já a Região Sudeste apresentou queda de 11,5% no parâmetro, passando de 85,3% em 2015 para 75,5% em 2024 (Figura 29 e Tabela 15 – Apêndice).

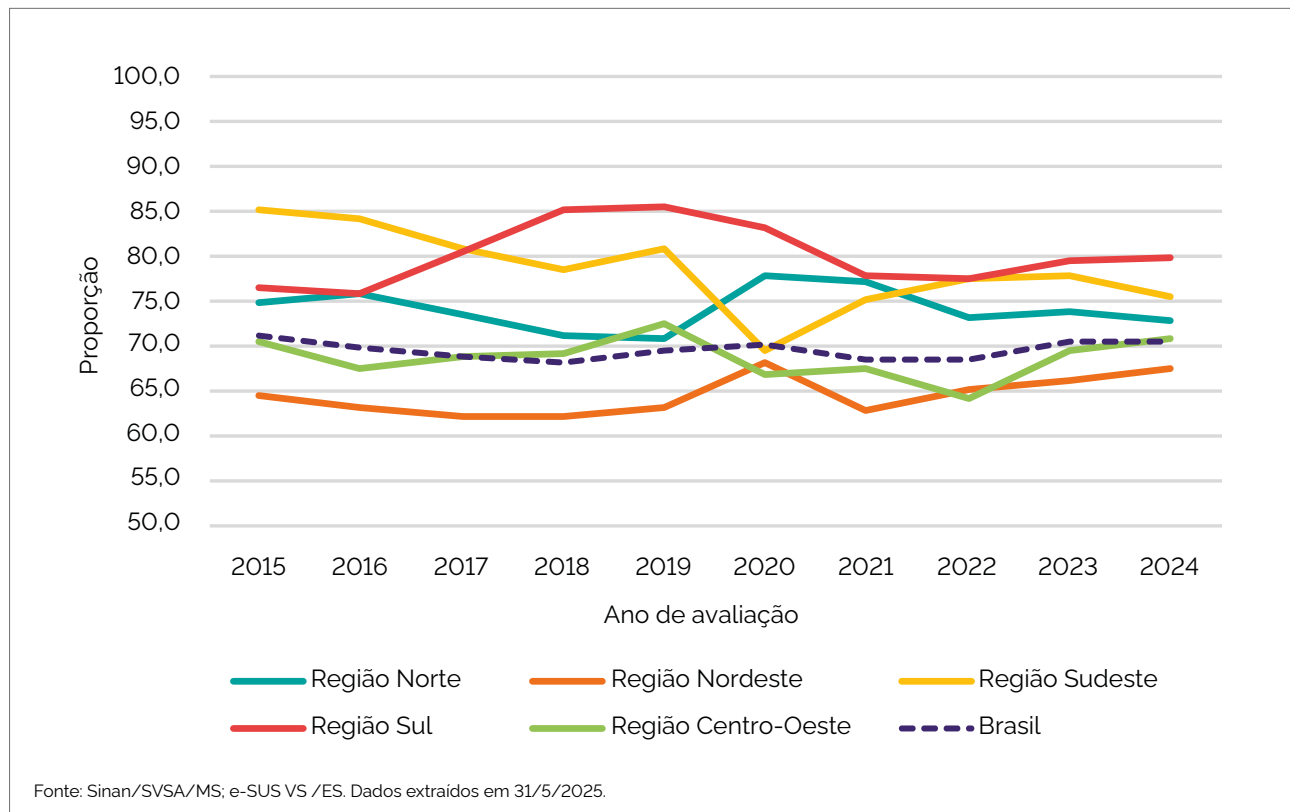


FIGURA 29 Proporção de casos novos de hanseníase com grau de incapacidade física avaliado na cura nos anos das coortes, segundo região de residência e ano de avaliação. Brasil, 2015 a 2024

Ademais, 18 das 27 UF's tiveram proporção de casos novos de hanseníase com GIF avaliado na cura, nos anos das coortes, acima do resultado nacional. Delas, Rio de Janeiro (89,5%), Sergipe (83,8%) e Paraná (83,7%) apresentaram as maiores proporções no ano de 2024,

todas foram classificadas no parâmetro "regular". Acre (47,7%), Pernambuco (49,7%) e Paraíba (56,6%) tiveram as menores proporções de avaliados no ano, com parâmetro "precário" (Figura 30 e Tabela 15 – Apêndice).

^fParâmetros para GIF avaliado nos anos das coortes: bom ($\geq 90,0\%$), regular (75,0 a 89,9%), precário ($< 75,0\%$).

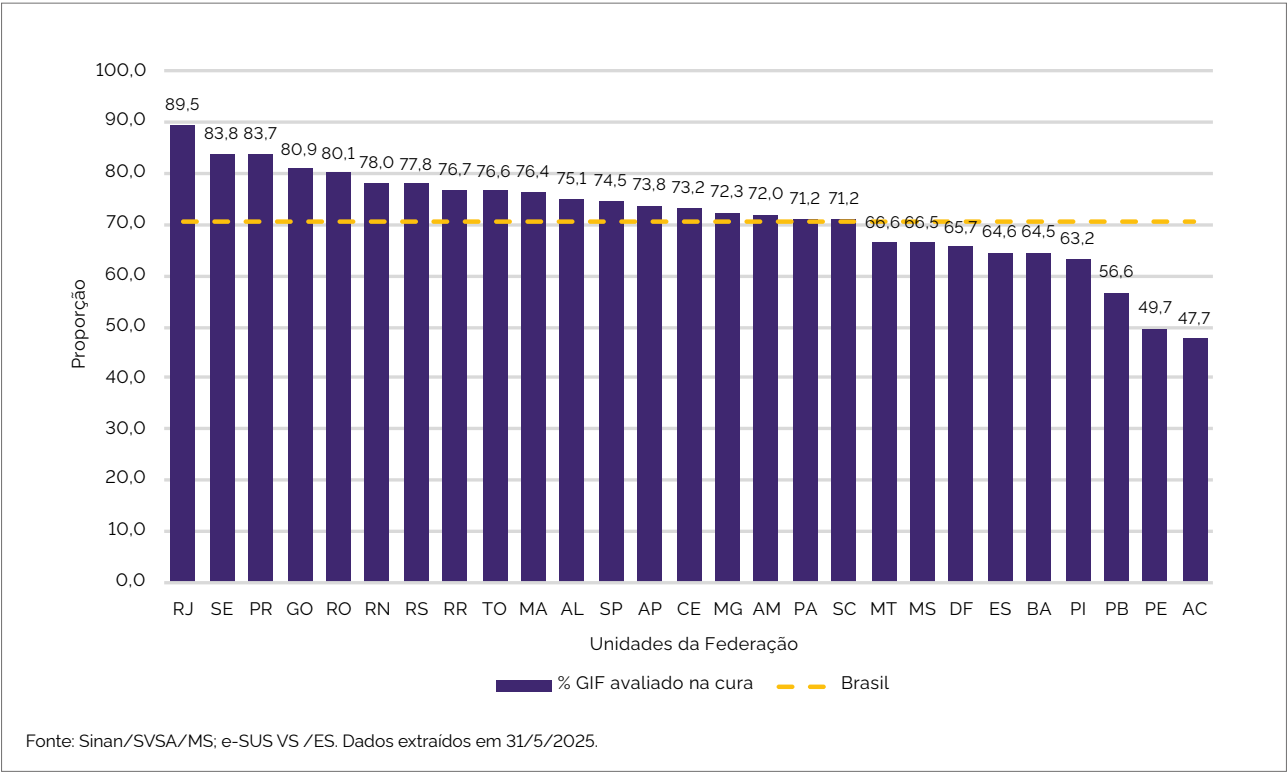
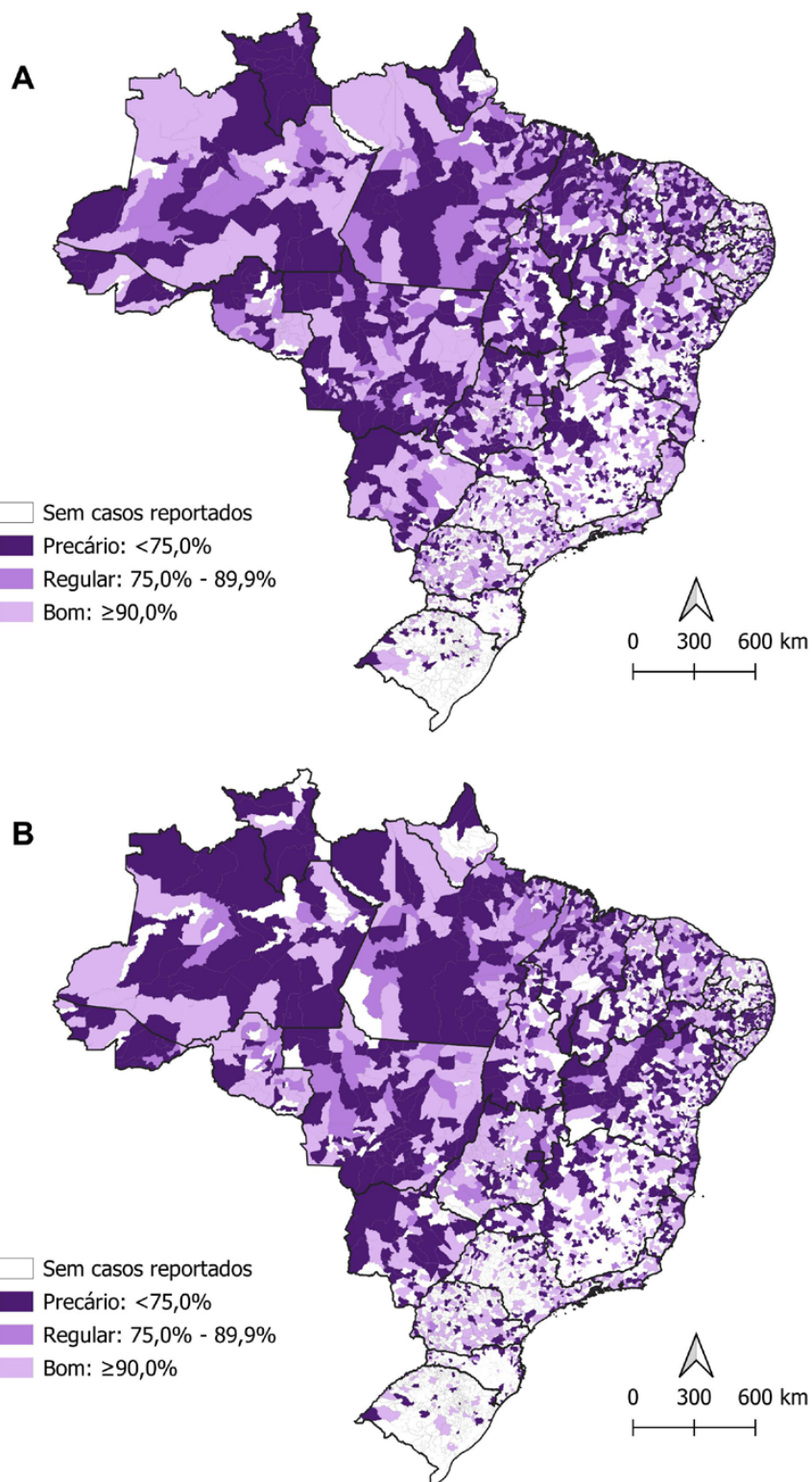


FIGURA 30 Proporção de casos novos de hanseníase com grau de incapacidade física avaliado na cura nos anos das coortes, segundo unidades da Federação de residência. Brasil, 2024

Em 2015, 3.014 municípios brasileiros registraram pelo menos um caso novo de hanseníase com avaliação do grau de incapacidade física na cura. Em 2024, esse total foi de 2.606 municípios. No que se refere à classificação municipal, em 2015, 1.283 municípios encontravam-se na

condição "precária", 280 na condição "regular" e 1.451 na condição "boa". Em 2024, esses quantitativos corresponderam a 1.257, 169 e 1.180 municípios, respectivamente (Figura 31).



Fonte: Sinan/SVSA/MS; e-SUS VS/ES. Dados extraídos em 31/5/2025.

FIGURA 31 Distribuição espacial da proporção de casos novos de hanseníase com grau de incapacidade física avaliado na cura nos anos das coortes, segundo município de residência. Brasil, 2015 (A) e 2024 (B)

Contatos examinados

O indicador de contatos examinados entre os casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes refere-se ao acompanhamento dos contatos no âmbito da vigilância da doença. Nesse sentido, foi observado aumento de 2,3% nesta proporção no ano de 2024 em relação a 2015, passando de 78,2% para

80,0%, ambos com parâmetro "regular"⁹. Destaca-se a Região Nordeste, que apresentou 8,2% de aumento na proporção de contatos examinados, com 73,1% em 2015 e 79,1% em 2024, mudando de padrão "precário" para "regular". A Região Sul (87,4%) apresentou maior percentual de contatos examinados no ano de 2024 (Figura 32 e Tabela 16 – Apêndice).

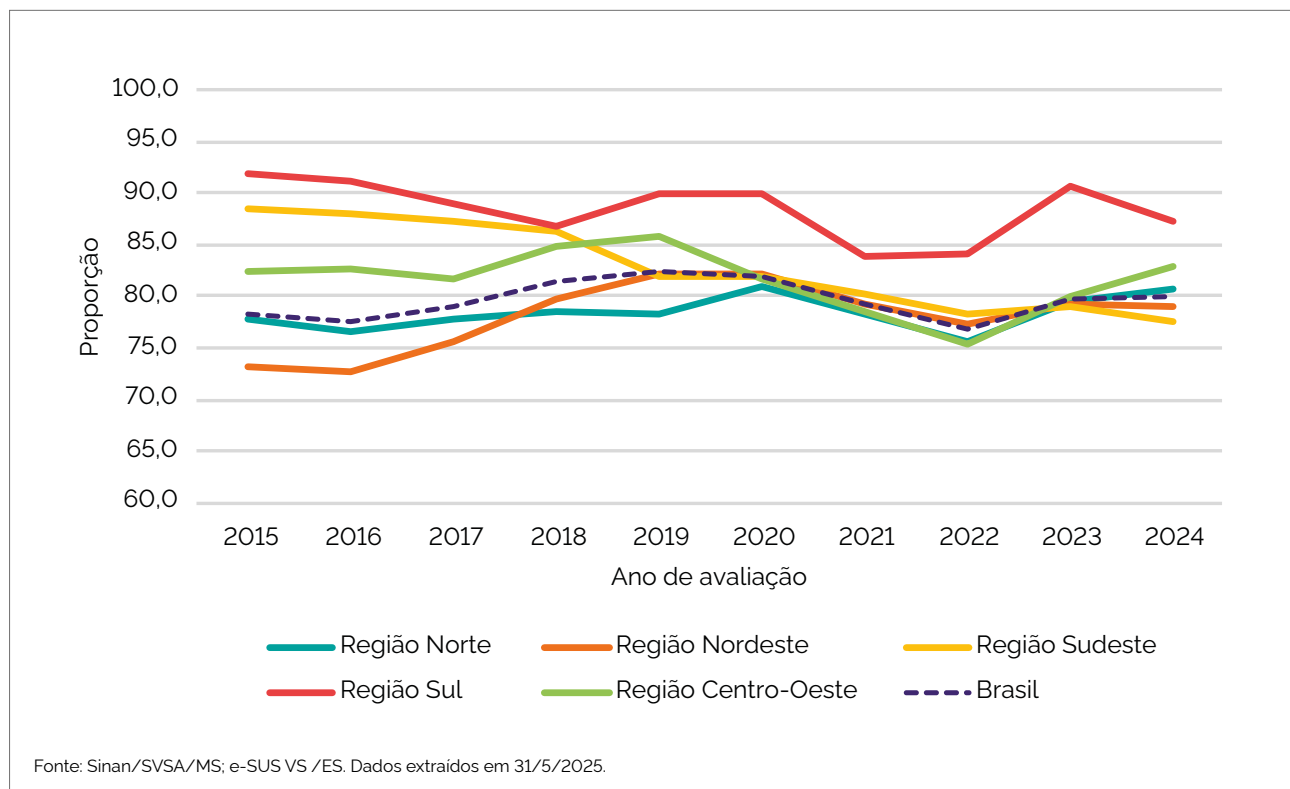


FIGURA 32 Proporção de contatos examinados de casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes, segundo região de residência e ano de avaliação. Brasil, 2015 a 2024

⁹Parâmetros para contatos examinados de casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes: bom ($\geq 90,0\%$), regular (75,0 a 89,9%), precário ($< 75,0\%$).

Quanto às UFs, foi observado, em 2024, que Acre (92,0%), Goiás (91,2%), Sergipe (91,1%) e Paraná (90,3%) foram as que alcançaram parâmetro "bom" para este indicador. Por outro lado, Bahia (65,9%), Piauí (67,4%), Amapá (67,5%),

Minas Gerais (68,2%), Rio Grande do Norte (69,3%) e Pará (72,7%) foram classificadas como "precário" por atingirem menos de 75% da avaliação (Figura 33 e Tabela 16 – Apêndice).

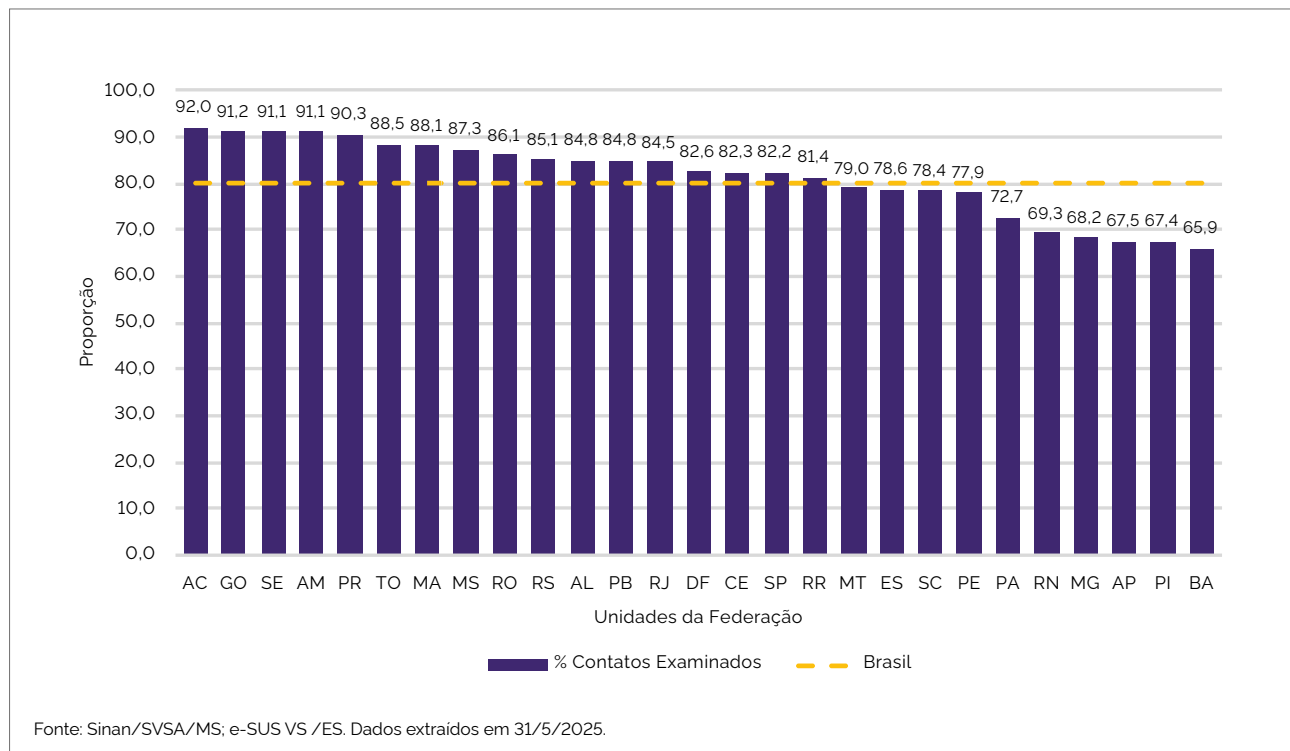
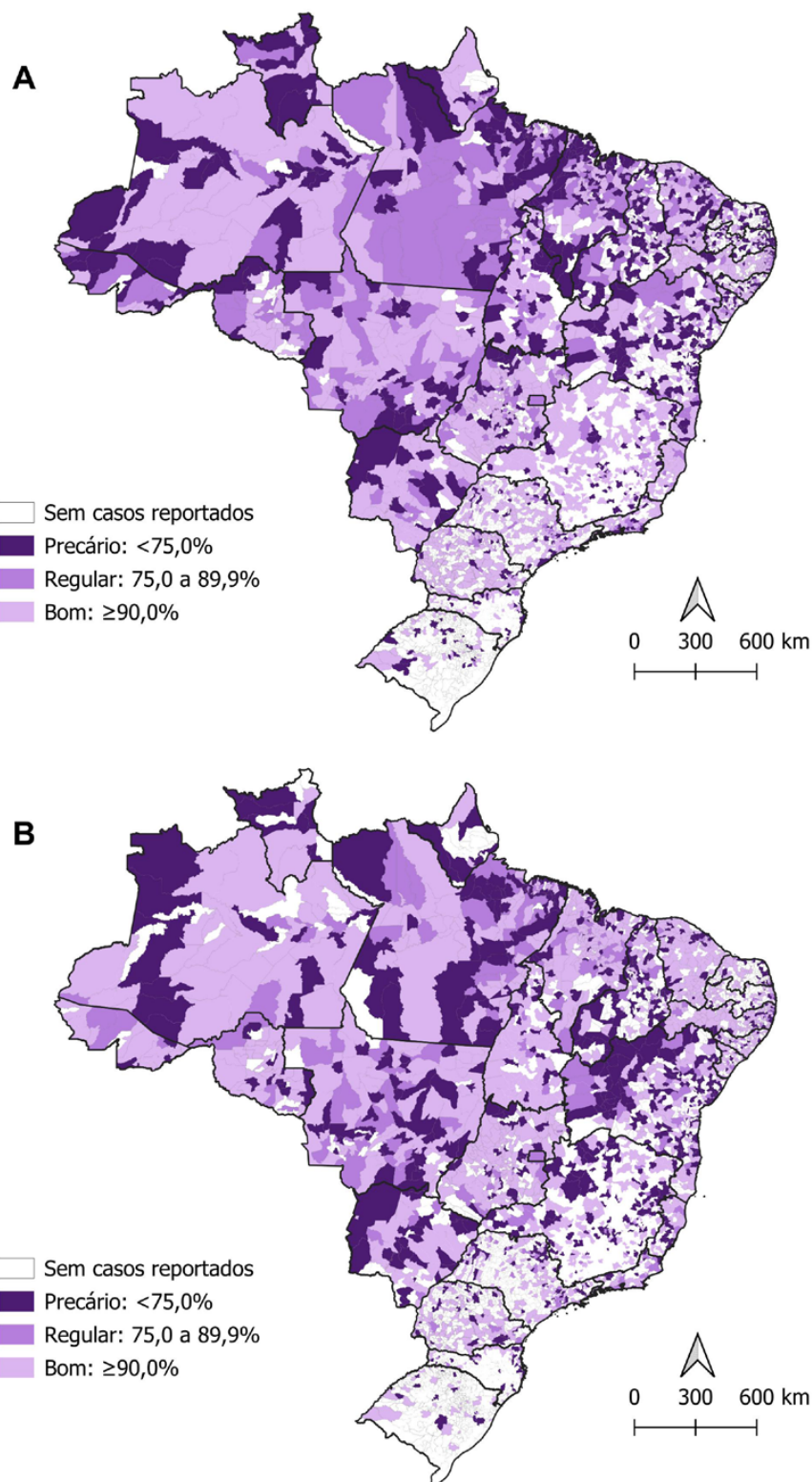


FIGURA 33 Proporção de contatos examinados de casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes, segundo unidades da Federação de residência. Brasil, 2024

Em relação aos municípios brasileiros, observou-se que, daqueles com pelo menos um contato registrado em 2015, 28,8% (n=867/3.014) foram considerados com parâmetro "precário", enquanto em 2024 essa proporção foi de 31,7% (n=823/2.606), representando aumento de 10,1%. No mesmo período, houve queda de 28,8% na proporção de

municípios classificados como "regular", sendo que 12,5% (n=377/3.014) municípios tinham esse parâmetro em 2015 e 8,9% (n=233/2.606) em 2024. Houve também aumento de 1,2% na proporção de municípios com parâmetro "bom", partindo de 58,7% (n=1.770/3.014) em 2015 e chegando em 59,4% (n=1.549/2.606) em 2024 (Figura 34).



Fonte: Sinan/SVSA/MS; e-SUS VS/ES. Dados extraídos em 31/5/2025.

FIGURA 34 Distribuição espacial da proporção de contatos examinados de casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes, segundo município de residência. Brasil, 2015 (A) e 2024 (B)

Hanseníase em menores de 15 anos

A taxa de detecção de hanseníase em pessoas menores de 15 anos é utilizada para medir a força da transmissão recente da endemia e sua tendência^h. Durante o período de 2015 a 2024, 13.131 casos novos da doença nessa faixa etária foram detectados. Observou-se queda de 56,4% do número de casos novos (2.113 em 2015 e 921 em 2024). Como esperado, houve reflexo na taxa de detecção nessa população, com redução de 50,9% no valor do indicador (4,46/100 mil hab. em 2015 e 2,19/100 mil hab. em 2024). Isso significa mudança no parâmetro "alto" para "médio" em 10 anos (Figura 35 e Tabela 17 – Apêndice).

Em todas as regiões do Brasil foi observada queda da taxa de detecção em menores de 15 anos. As principais reduções foram observadas na Região Norte, em 59,4% na taxa (10,11/100 mil hab. em 2015 e 4,10/100 mil hab. em 2024), e na Nordeste, em 56,0% (7,64/100 mil hab. em 2015 e 3,36/100 mil hab. em 2024), ambas no parâmetro "alto". Em 2024, a Região Sudeste foi classificada como parâmetro "médio" e a Sul como "baixo". Destaca-se que a Região Centro-Oeste apresentou maior valor dessa taxa, com 5,83/100 mil hab. em 2024, considerado padrão "muito alto" (Figura 36 e Tabela 17 – Apêndice).

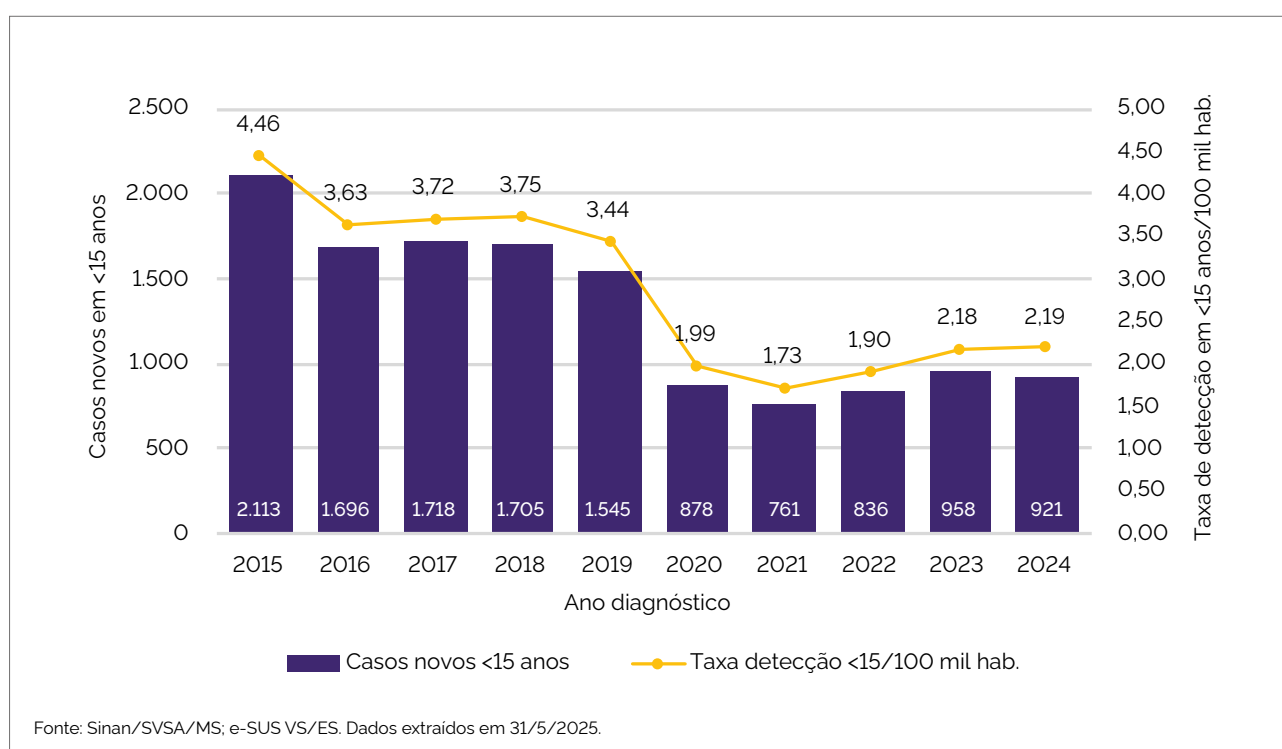


FIGURA 35 Número de casos novos e taxa de detecção de hanseníase em menores de 15 anos, segundo ano do diagnóstico. Brasil, 2015 a 2024

Quanto às UFs, em 2024, Mato Grosso e Tocantins foram classificadas com o parâmetro "hiperendêmico", com taxas de 21,16/100 mil hab. e 17,22/100 mil hab., respectivamente. Já Rio Grande do Sul (0,05/100 mil hab.), Paraná

(0,13/100 mil hab.) e Santa Catarina (0,26/100 mil hab.) foram classificadas com o parâmetro "baixo". No ano de 2024 não foram registrados casos em <15 anos no Distrito Federal (Figura 37 e Tabela 17 – Apêndice).

^hParâmetros da taxa de detecção na população <15 anos: baixo (<0,50/100 mil hab.), médio (0,50 a 2,49/100 mil hab.), alto (2,50 a 4,99/100 mil hab.), muito alto (5,00 a 9,99/100 mil hab.), hiperendêmico (≥10,0/100 mil hab.).

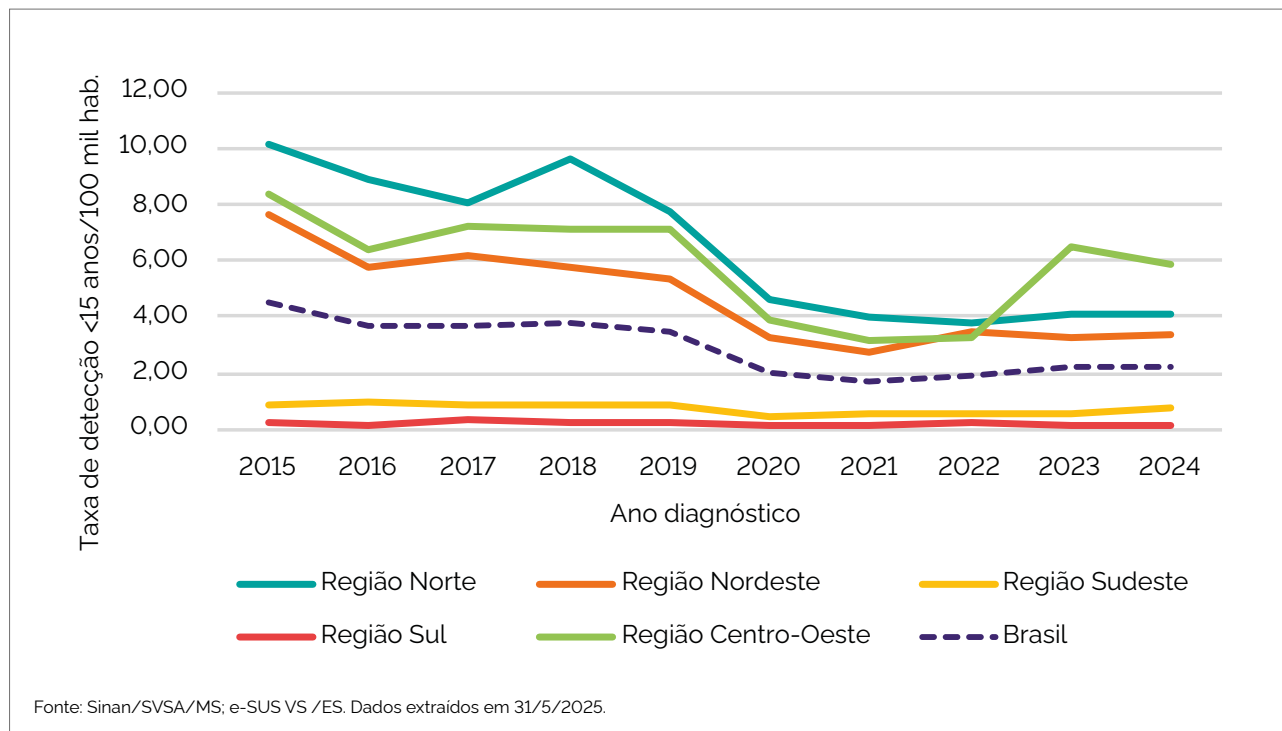


FIGURA 36 Taxa de detecção de hanseníase em menores de 15 anos, segundo região de residência e ano do diagnóstico. Brasil, 2015 a 2024

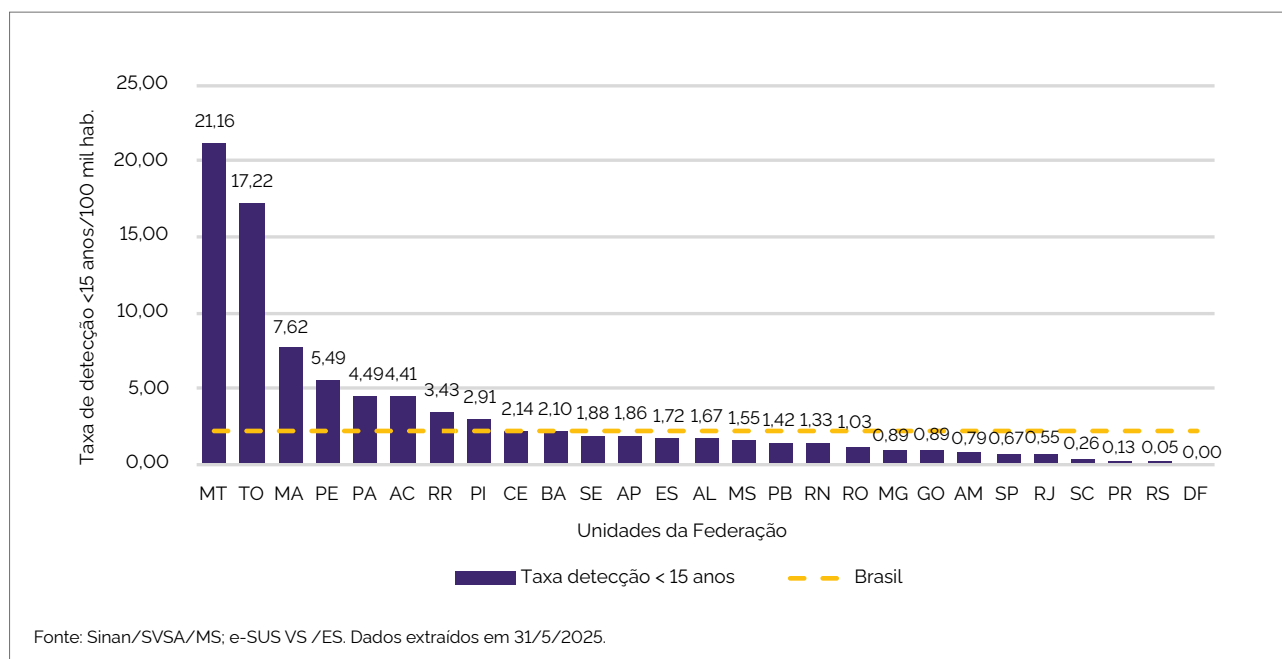
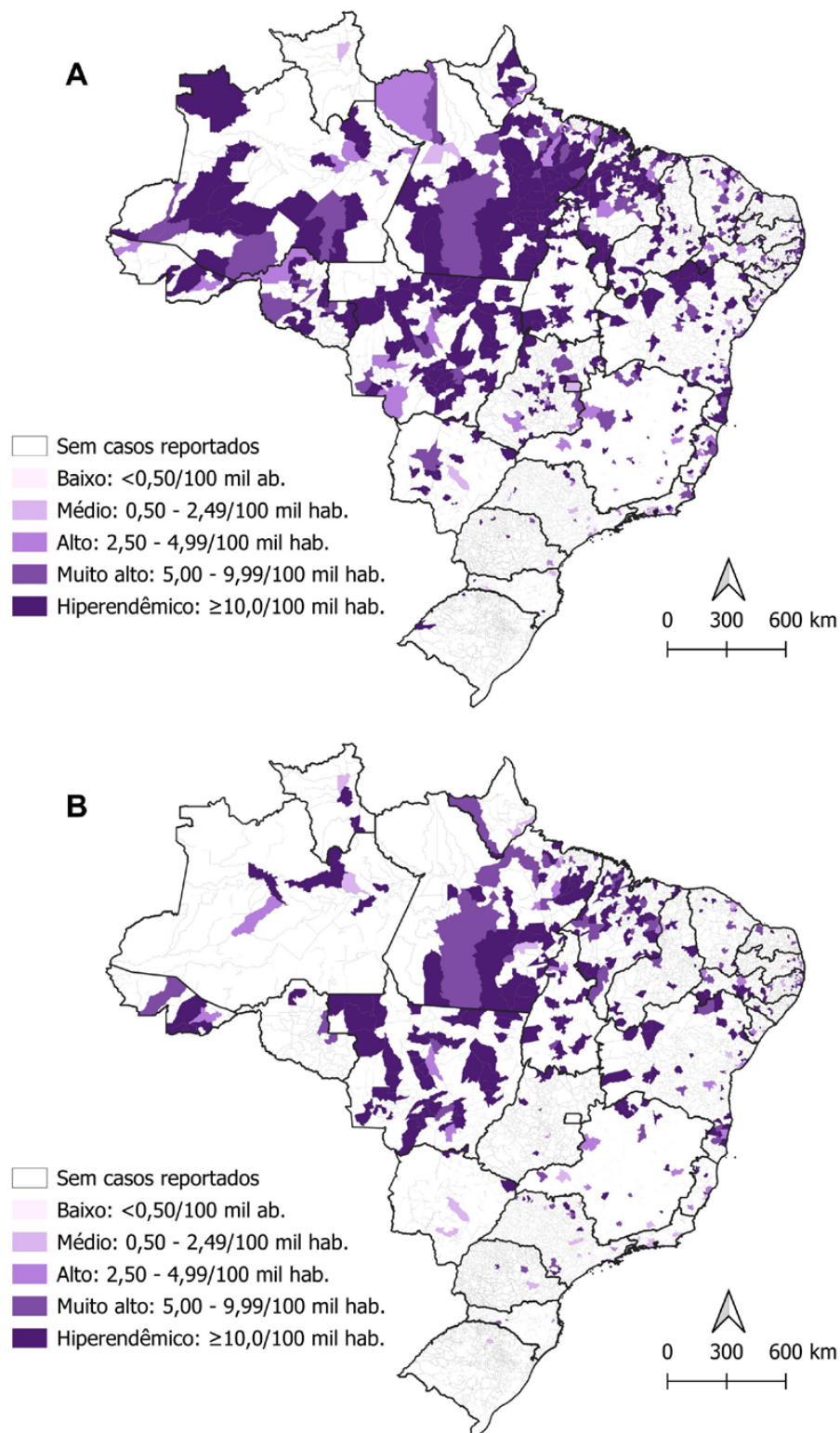


FIGURA 37 Taxa de detecção de hanseníase em menores de 15 anos, segundo unidades da Federação de residência. Brasil, 2024

Em relação ao número de municípios que detectaram casos novos em menores de 15 anos, observou-se queda de 41,1%, uma vez que 682 municípios reportaram casos novos em 2015 e 402 em 2024. Destes, em 2024, foram

identificados dois municípios com baixa endemia, 38 com média endemia, 40 com alta endemia, 61 com endemia muito alta e 259 municípios hiperendêmicos (Figura 38).



Fonte: Sinan/SVSA/MS; e-SUS VS/ES. Dados extraídos em 31/5/2025.

FIGURA 38 Distribuição espacial da taxa de detecção de hanseníase em menores de 15 anos, segundo município de residência. Brasil, 2015 (A) e 2024 (B)

Recidiva

A proporção de recidivas entre os casos notificados no ano é utilizada para monitorar a resistência antimicrobiana. Assim, observou-se aumento tanto no número de casos classificados como recidivas (1.589 em 2015 e 1.602 em 2024) como na proporção desses casos (4,6% em 2015 e 5,6% em 2024) (Figura 39 e Tabela 18 – Apêndice).

Entre as regiões brasileiras, somente a Região Sudeste apresentou redução na proporção de recidivas, com queda de 6,2% em 2015 para 5,0% em 2024, correspondendo a um decréscimo de 19,4%. Nas demais regiões, houve aumento na proporção de recidivas no período. Destaca-se a Região Nordeste com acréscimo de 52,5% na proporção, elevando-se de 4,0% em 2015 para 6,1% em 2024 (Figura 40 e Tabela 18 – Apêndice).

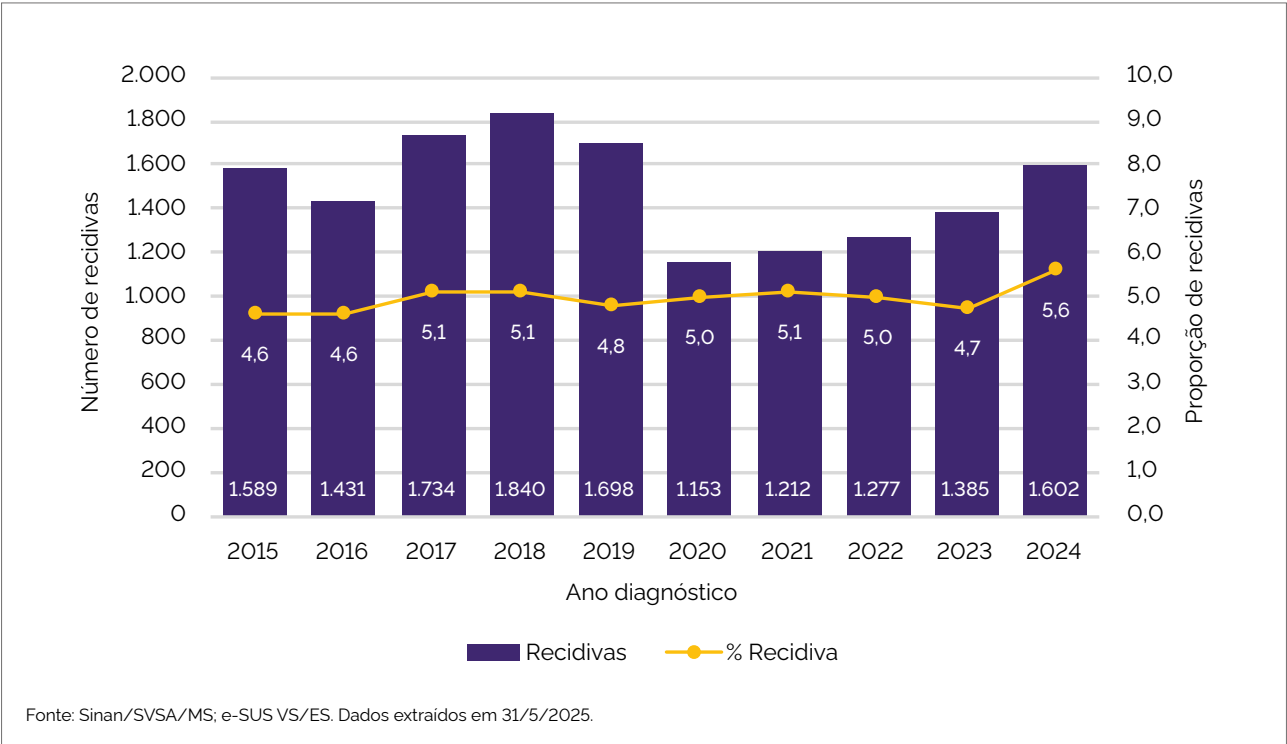


FIGURA 39 Número de casos e proporção de recidivas, segundo ano do diagnóstico. Brasil, 2015 a 2024

Quanto às UFs, observou-se que, em 2024, 16 das 27 UF tiveram proporção de recidiva igual ou acima da nacional. Destas, Roraima (11,9%) foi a única que apresentou proporção >10%. Além dessa, Acre (9,9%), Amapá (9,8%), Paraná (9,7%) e Distrito Federal (9,7%)

também apresentaram altas proporções. Por outro lado, Rio Grande do Norte (2,7%), Goiás (2,3%) e Rondônia (1,6%) foram as UFs com a menor proporção de recidivas do Brasil em 2024 (Figura 41 e Tabela 18 – Apêndice).

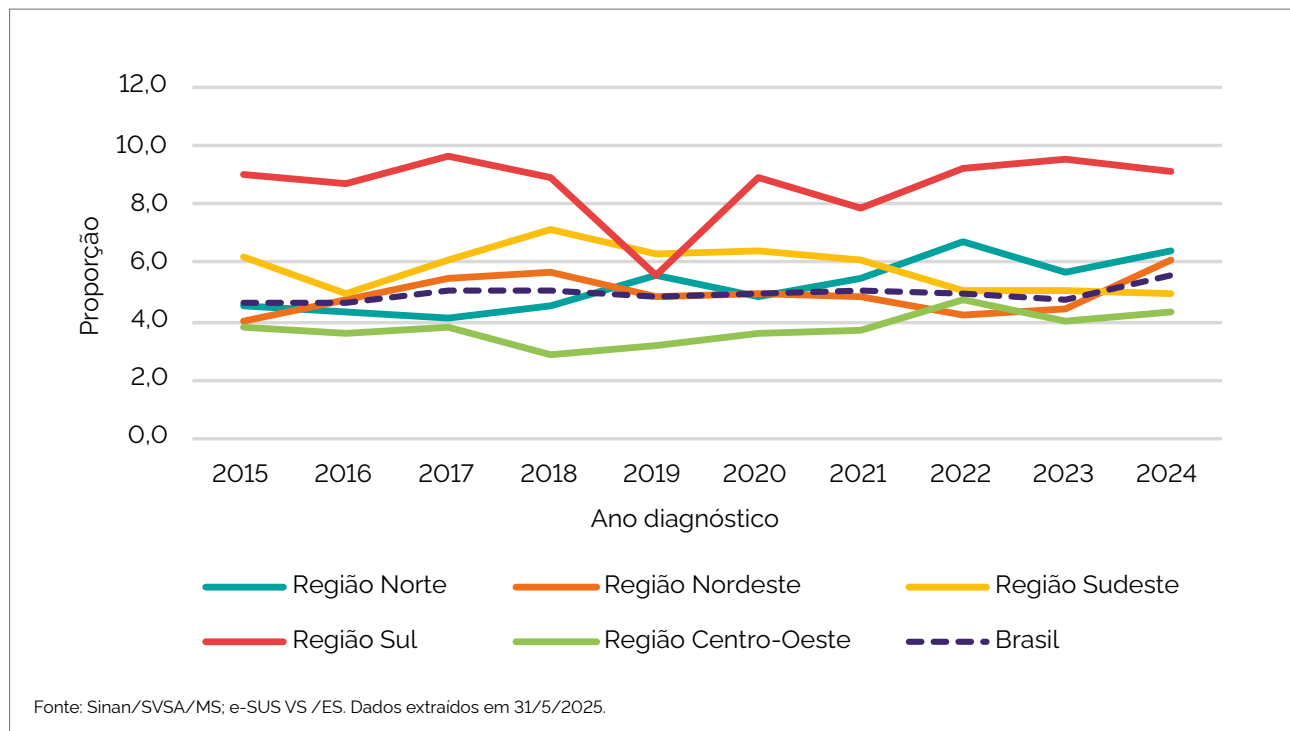


FIGURA 40 Proporção de recidivas, segundo região de residência e ano do diagnóstico. Brasil, 2015 a 2024

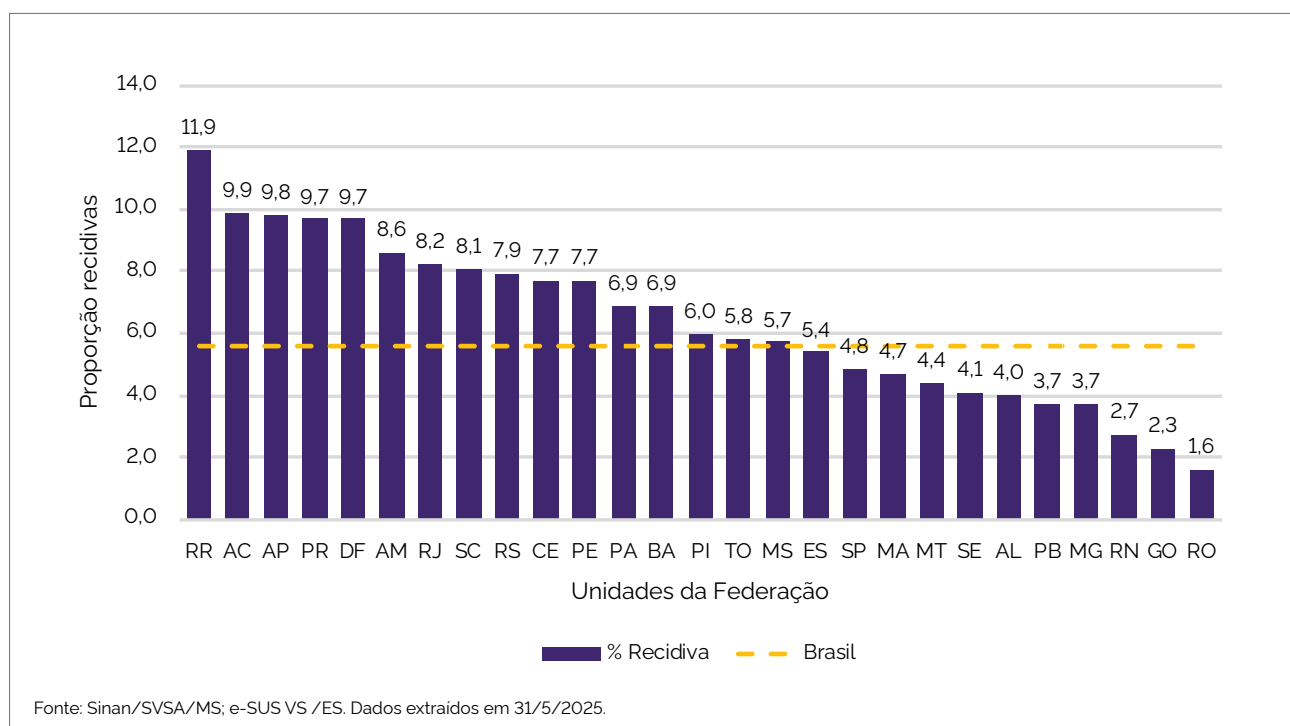


FIGURA 41 Proporção de recidivas entre casos notificados no ano, segundo unidades da Federação de residência. Brasil, 2024

Prevalência da hanseníase

A prevalência de hanseníase indica a capacidade de detecção e de manejo de casos, sendo útil para mensurar a necessidade de medicamentos¹. Esse indicador reflete a carga da doença e é utilizado para monitorar o impacto das ações de controle e a situação epidemiológica no País. É importante destacar que a prevalência não mede a ocorrência de casos novos, mas sim a quantidade de pessoas que ainda necessitam de acompanhamento e

tratamento, sendo influenciada pelo tempo médio de tratamento e pela eficiência das estratégias de cura e alta. Ao longo da última década, foi observado aumento de 32,5% no número de registros ativos nos anos de avaliação, partindo de 20.702 em 2015 para 27.432 em 2024. Da mesma forma, a taxa de prevalência elevou-se de 1,01/10 mil hab. em 2015 para 1,29/10 mil hab. em 2024 (Figura 42).

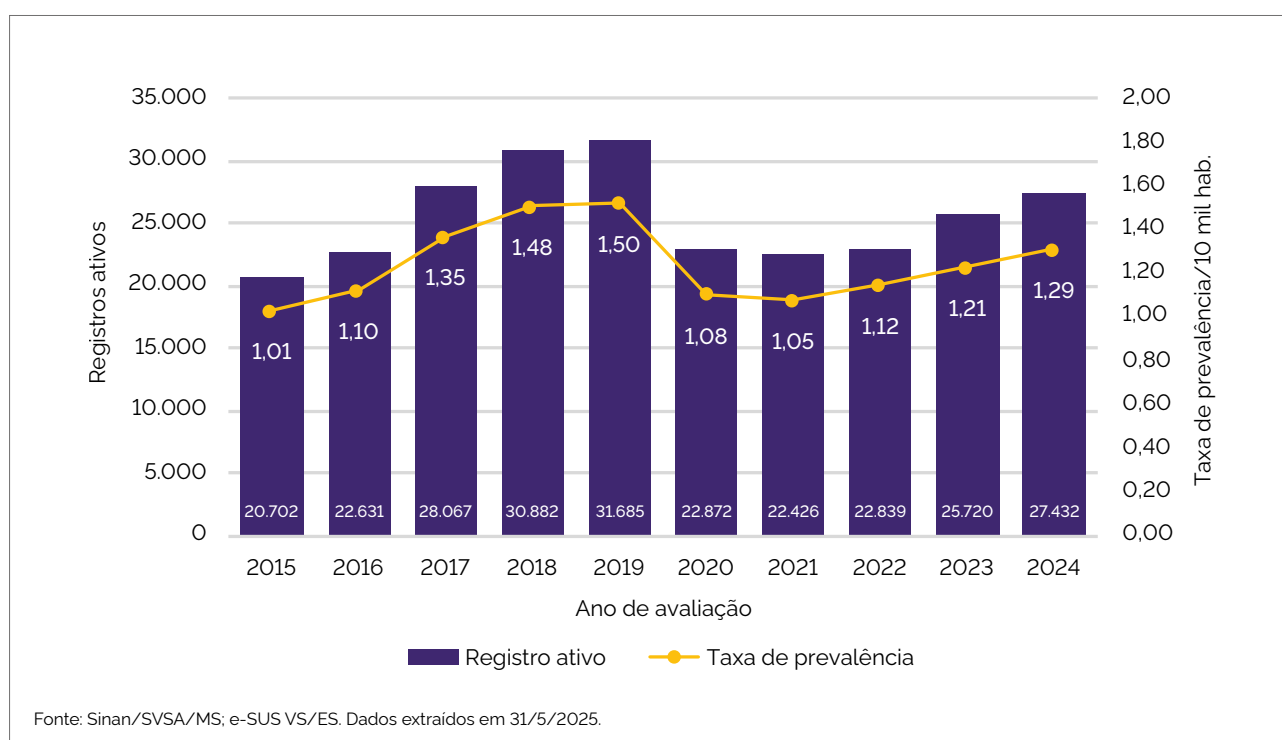


FIGURA 42 Número de registros ativos e taxa de prevalência de hanseníase, segundo ano de avaliação. Brasil, 2015 a 2024

Quanto às regiões brasileiras, a Sul apresentou apenas pequenas flutuações no período e apresentou taxa de 0,29/10 mil hab., tanto em 2015 quanto em 2024. Identificou-se aumento na taxa nas Regiões Centro-Oeste (3,49/10 mil hab. em 2015 e 4,62/10 mil hab. em 2024), Nordeste (1,58/10 mil hab. em 2015 e 1,88/10 mil hab. em 2024) e Sudeste (0,34/10 mil hab. em 2015 e 0,50/10 mil hab. em 2024). A Região Norte foi a única que apresentou decréscimo da taxa no período analisado (2,00/10 mil hab. em 2015 para 1,84/10 mil hab. em 2024) (Figura 43).

Em relação às UF's, no ano de 2024, 12 das 27 apresentaram prevalência igual ou maior que a nacional, com destaque para Mato Grosso, que foi o único classificado com o parâmetro "muito alto" com taxa de 17,05/10 mil hab. Rio de Janeiro (0,35/10 mil hab.), São Paulo (0,35/10 mil hab.), Santa Catarina (0,20/10 mil hab.) e Rio Grande do Sul (0,08/10 mil hab.) apresentaram as menores prevalências em 2024 (Figura 44).

¹Parâmetro da taxa de prevalência da hanseníase: baixo (<1,00/10 mil hab.), médio (1,00 a 4,99/10 mil hab.), alto (5,00 a 9,99/10 mil hab.), muito alto (10,00 a 19,99/10 mil hab.), hiperendêmico (≥20,00/10 mil hab.).

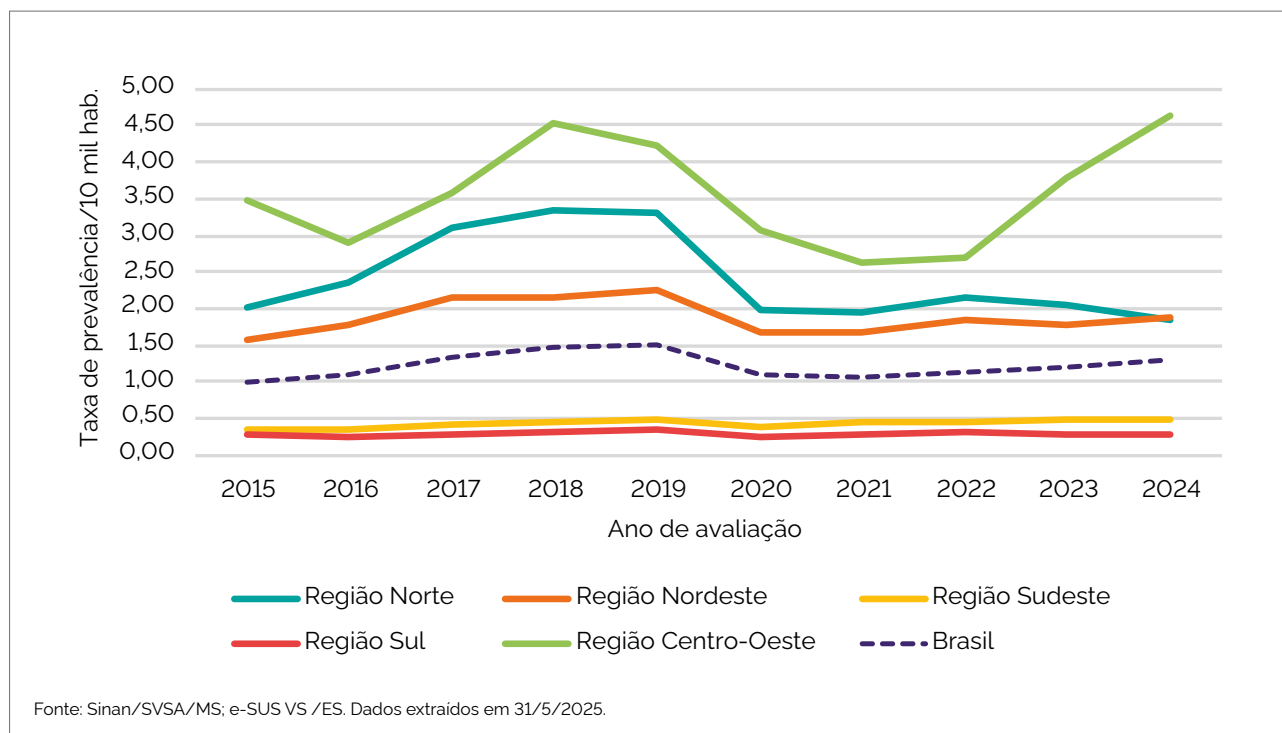


FIGURA 43 Taxa de prevalência de hanseníase, segundo região de residência e ano de avaliação. Brasil, 2015 a 2024

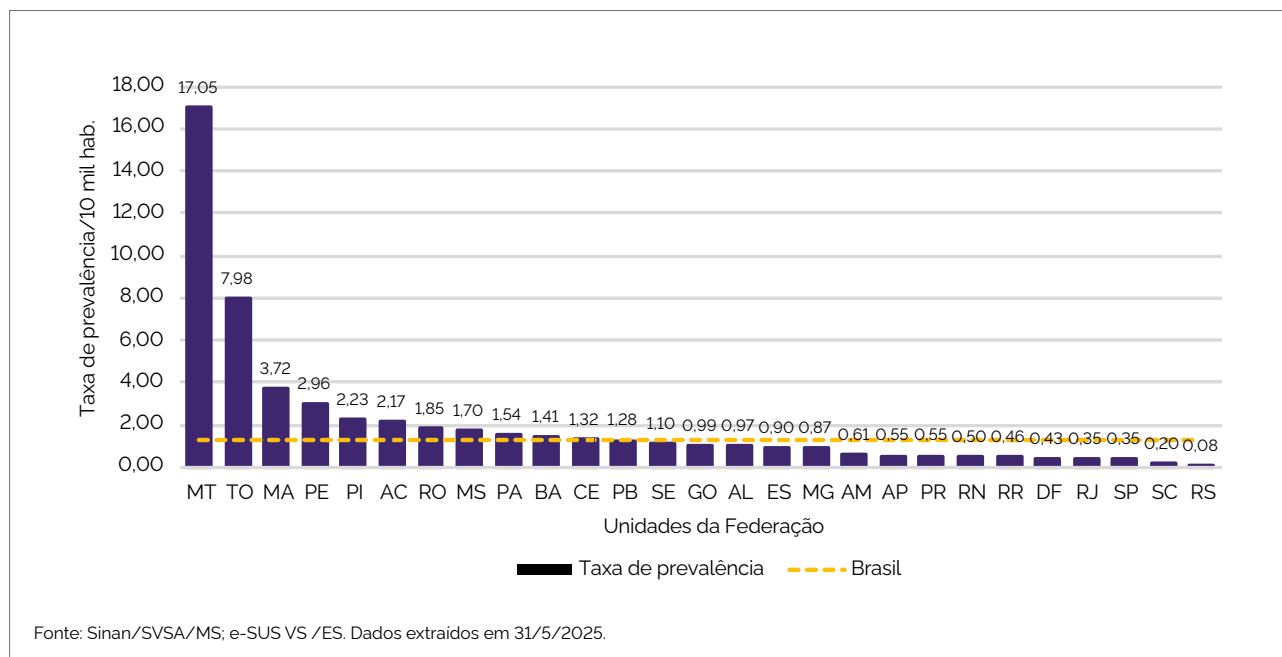
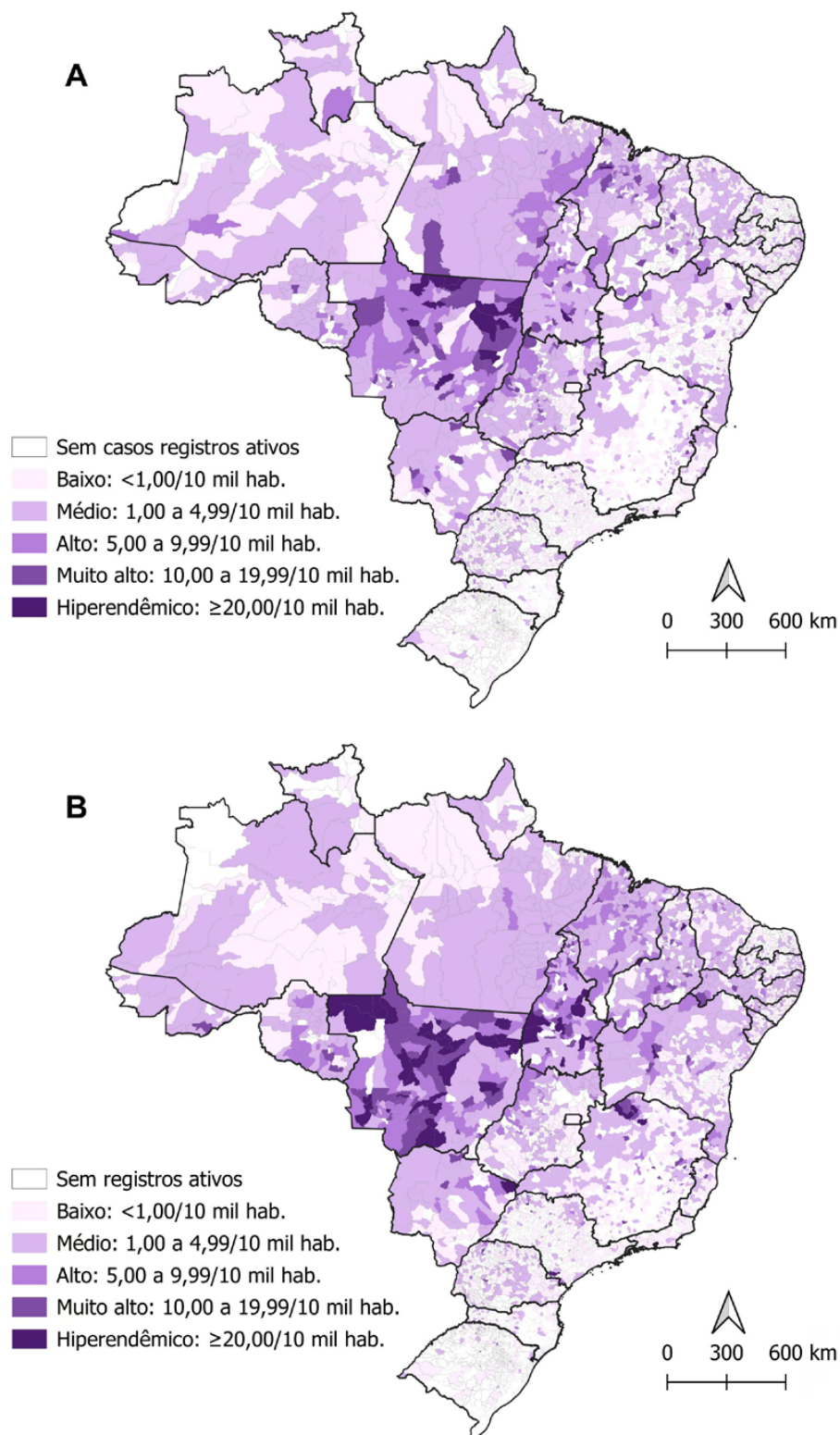


FIGURA 44 Taxa de prevalência de hanseníase, segundo unidades da Federação de residência. Brasil, 2024

Além disso, observou-se aumento de 17,5% no número de municípios com pelo menos um registro ativo de hanseníase, passando de 2.689 em 2015 para 3.110 em 2024. Dos municípios com registro ativo em 2024, 1.033

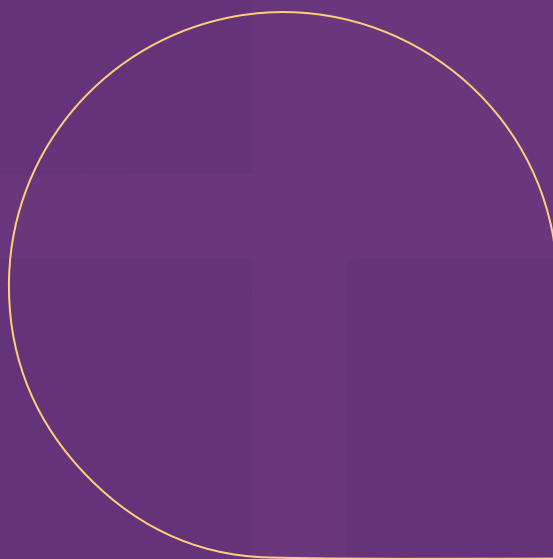
foram classificados com baixa endemia, 1.648 com média endemia, 278 com alta endemia, 100 com endemia muito alta e 48 como hiperendêmicos (Figura 45).



Fonte: Sinan/SVSA/MS; e-SUS VS/ES. Dados extraídos em 31/5/2025.

FIGURA 45 Distribuição espacial da taxa de prevalência de hanseníase, segundo município de residência. Brasil, 2015 (A) e 2024 (B)

Considerações finais



A análise dos indicadores da hanseníase no Brasil ao longo da última década revela importantes avanços e desafios. Observou-se que, após uma retomada na detecção de casos novos nos últimos anos, houve pequena queda no número de casos novos identificados no ano de 2024, ainda que a taxa de detecção se mantenha com parâmetro de endemicidade "alto". Ademais, 2024 apresentou o menor percentual de casos novos em relação a outros modos de entrada, e o maior de recidivas identificados no período.

Um outro achado importante está relacionado aos casos novos identificados por meio do exame de contatos, nos quais 13,3% dos casos em 2024 foram detectados dessa forma, o maior percentual da década. Esse resultado pode estar associado ao fortalecimento de estratégias da vigilância dos contatos de hanseníase, incluindo a implantação do teste rápido, que pode ter mobilizado os serviços de saúde para a investigação. Essas ações são fundamentais para a identificação precoce da doença e quebra da cadeia de transmissão.

Embora o perfil epidemiológico dos casos novos de hanseníase tenha permanecido relativamente estável, foi observada queda na proporção de casos em menores de 15 anos. Em contrapartida, houve aumento na proporção de casos novos em indivíduos com 60 anos ou mais, o que pode estar relacionado a fatores como o padrão epidemiológico em situações de redução de carga da doença e a imunossenescência, que é o declínio natural do sistema imunológico que, com o envelhecimento, pode aumentar a suscetibilidade de pessoas idosas.

O importante fato que merece atenção é a carga de mais de 70% da doença na população negra (pretos e pardos). Isso se torna importante, uma vez que a hanseníase é uma doença determinada socialmente e as iniquidades em saúde influenciam diretamente em sua ocorrência, como as étnico-raciais. Nesse sentido, o Decreto Presidencial n.º 11.908, de 6 de fevereiro de 2024, institui o Programa Brasil Saudável, que, entre suas ações interministeriais, destaca-se a redução das iniquidades e ampliação dos direitos humanos e proteção social em populações e territórios prioritários⁴.

Além disso, a Portaria GM/MS n.º 2.198, de 6 de dezembro de 2023, institui as ações antirracistas que precisam ser incorporadas no processo de trabalho do Ministério da Saúde. A eliminação das desigualdades étnico-raciais na saúde pode se dar, por exemplo, por meio da transversalização da temática étnico-racial nas ações, programas e iniciativas promovidas ou apoiadas pelo Ministério da Saúde e da produção e do monitoramento de indicadores

étnico-raciais nas políticas do Ministério da Saúde e do SUS, com sistematização e publicização de seus impactos em equidade étnico-racial⁷.

Ademais, as Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste continuam a concentrar as maiores taxas de detecção, com estados do Mato Grosso e Tocantins apresentando parâmetros "hiperendêmicos" e Maranhão e Piauí com parâmetros "muito altos".

Outro dado preocupante é o aumento na proporção de casos diagnosticados com GIF 1 e GIF 2, sugerindo atrasos no diagnóstico e a necessidade de intensificar ações de rastreamento precoce. A OMS aponta que essa situação pode ocorrer devido a atrasos no diagnóstico decorrentes da baixa conscientização acerca da doença e a problemas de acessibilidade e sociais (estigma). Recomenda-se, por exemplo, a realização de avaliações neurológicas simplificadas, conforme recomendado pelo PCDT, com vistas a instituir condutas de prevenção de incapacidades e reabilitação. Outras estratégias imprescindíveis são ações de informação, educação e comunicação para a população e capacitações em hanseníase para profissionais de saúde⁸.

Destaca-se a redução na proporção de cura nas coortes, especialmente nas Regiões Sudeste e Sul. Esse declínio aponta que, embora as regiões apresentem o menor número de casos, pode haver fragilidades no acompanhamento dos casos e possíveis barreiras à adesão ao tratamento, que precisam ser abordadas para garantir que o controle da hanseníase seja efetivo e sustentável.

Outro aspecto relevante é o aumento da proporção de casos novos de hanseníase que abandonaram o tratamento no Brasil, nas regiões e nas UFs. Para enfrentar esse desafio, é essencial adotar estratégias eficazes que abranjam não apenas os aspectos clínicos da doença, mas também as barreiras sociais, econômicas e culturais que dificultam a adesão ao tratamento.

Além disso, observou-se pequeno decréscimo na proporção de casos novos de hanseníase com GIF avaliado na cura nos anos das coortes. A Região Sudeste foi a que apresentou maior queda desse indicador, mesmo assim permanecendo no parâmetro "regular". Essa queda demonstra que serviços de saúde necessitam intensificar ações no cuidado contínuo a pessoa com hanseníase.

Destaca-se também a importância do exame de contatos de casos de hanseníase. Observou-se um aumento nessa proporção nacionalmente, embora o parâmetro ainda seja classificado como "regular". A avaliação e o acompanhamento dos contatos são ações cruciais para

o controle da hanseníase, pois permitem a identificação precoce de casos novos e a interrupção da cadeia de transmissão.

A detecção de casos de hanseníase em menores de 15 anos indica transmissão recente da doença. Embora os resultados demonstrem redução na taxa de detecção, a presença de casos nessa faixa etária exige maior vigilância. A busca ativa e o monitoramento contínuo dos contatos de casos diagnosticados são medidas indispensáveis para garantir o diagnóstico precoce e o controle efetivo da infecção.

A recidiva é utilizada para monitorar a resistência antimicrobiana. Identificou-se que 2024 apresentou o maior percentual dos últimos dez anos. Esse achado pode estar relacionado com o aumento de abandonos do tratamento, o que pode indicar que os esquemas de PQT-U não foram administrados no período recomendado.

Por fim, ressalta-se uma lenta retomada do número de registros ativos e, conseqüentemente, da taxa de prevalência da hanseníase no pós-pandemia. A elevação da prevalência pode indicar que os casos permanecem em tratamento, podendo gerar impacto social com o estigma e o desenvolvimento de incapacidades físicas. Outro fator que pode colaborar com esse aumento é a atualização incipiente do Sinan, por meio do boletim de acompanhamento, em que os casos permanecem sem desfecho no sistema. Esse achado é um chamamento para ação dos serviços de saúde para o acompanhamento dos casos em tratamento, combinado com estratégias de vigilância e prevenção de incapacidades.

Embora expressos de forma numérica, os resultados aqui apresentados mostram a realidade de muitos indivíduos em um País ainda desigual. Cada número representa uma pessoa com a hanseníase e suas conseqüências. O enfrentamento à doença e a melhoria das condições de vida das pessoas afetadas são compromissos contínuos da CGHDE/DEDT/SVSA/MS, visando garantir um futuro inclusivo e equitativo para todos.

Referências

1. World Health Organization. Global leprosy (Hansen disease) update, 2024: beyond zero cases – what elimination of leprosy really means. *Wkly Epidemiol Rec.* 2025;100(37):365-385. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/who-wer10037-365-384>
2. United Nations. Agenda 2030 for Sustainable Development [Internet]. Brasília: United Nations; 2015. [citado em 5 jan. 2025]. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>
3. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Estratégia Nacional para Enfrentamento à Hanseníase 2024-2030 [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2024. 64p. [citado em 21 nov. 2025]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/hansenia/estrategia-nacional-para-enfrentamento-a-hansenia-2024-2030>
4. Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 11.908, de 6 de fevereiro de 2024. Institui o Programa Brasil Saudável – Unir para Cuidar, e altera o Decreto nº 11.494, de 17 de abril de 2023. *Diário Oficial da União* [Internet]. 2024. [citado em 20 nov. 2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/Decreto/D11908.htm#art8
5. Ministério da Saúde (BR). Painel de Monitoramento de Indicadores da Hanseníase no Brasil [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2025 [citado em 20 nov. 2025]. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojZjk4MGYwODctOGQxZC0tOMWJjLWl2ZTItOTMxZDVmMTUzMGIxliwidCI6IjIhN-TU0YWQzLWl1MmItNDg2Mi1hMzZmLTg0ZDg5MWU1YzcuNSJ9>
6. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Roteiro para uso do Sinan Net Hanseníase e manual para tabulação dos indicadores de hanseníase [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2022. [citado em 20 nov. 2025]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/hansenia/roteiro-para-uso-do-sinan-net-hansenia-e-manual-para-tabulacao-dos-indicadores-de-hansenia/view>
7. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 2.198, de 6 de dezembro de 2023. Institui a Estratégia Antirracista para a Saúde no âmbito do Ministério da Saúde. *Diário Oficial da União* [Internet]. [citado em 20 nov. 2025]. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-2.198-de-6-de-dezembro-de-2023-528577869>
8. World Health Organization. Estratégia global para hanseníase 2016-2020: guia para monitoramento e avaliação [Internet]. New Delhi: World Health Organization, Regional Office for South-East Asia; 2017 [citado em 20 nov. 2025]. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/node/64634>

Apêndices

TABELA 1 Número e proporção de casos de hanseníase, segundo modo de entrada. Brasil, 2015 a 2024

Modo de entrada	2015		2016		2017		2018		2019		2020		2021		2022		2023		2024		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	N	%
Caso novo	28.758	82,7	25.214	80,8	26.877	79,1	28.657	79,4	27.864	78,8	17.979	78,8	18.318	76,5	19.635	77,6	22.773	78,1	22.129	77,2	238.204	79,0
Recidiva	1.589	4,6	1.431	4,6	1.734	5,1	1.840	5,1	1.698	4,8	1.153	4,8	1.212	5,1	1.277	5,0	1.385	4,7	1.602	5,6	14.921	4,9
Outros reingressos	1.895	5,4	2.015	6,4	2.488	7,3	2.622	7,2	2.867	8,1	1.920	8,1	2.374	9,9	2.310	9,1	2.621	9,0	2.453	8,6	23.565	7,8
Transferências	2.471	7,1	2.483	8,0	2.771	8,2	2.921	8,1	2.805	8,0	1.861	8,0	1.993	8,3	1.995	7,9	2.299	7,9	2.384	8,3	23.983	8,0
Ignorado/Em branco	59	0,2	57	0,2	117	0,3	69	0,2	109	0,3	47	0,3	56	0,2	102	0,4	86	0,3	100	0,3	802	0,3
Total	34.772	100,0	31.200	100,0	33.987	100,0	36.109	100,0	35.343	100,0	22.960	100,0	23.953	100,0	25.319	100,0	29.164	100,0	28.668	100,0	301.475	100,0

Fonte: Sinan/SVSA-MS e e-SUS VS/ES.
Nota: as diferenças no total de casos observados entre as tabelas decorrem da exclusão de casos de estrangeiros e/ou de registros incluídos mesmo após o congelamento das bases de dados.

TABELA 2 Número e proporção de casos novos de hanseníase, segundo modo de detecção. Brasil, 2015 a 2024

Modo de detecção	2015		2016		2017		2018		2019		2020		2021		2022		2023		2024		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	N	%
Encaminhamento	12.977	45,1	11.615	46,1	12.310	45,8	12.658	44,2	12.086	43,4	7.918	44,0	8.810	48,1	9.052	46,1	9.736	42,8	9.333	42,2	106.495	44,7
Demanda espontânea	11.497	40,0	9.836	39,0	10.483	39,0	11.002	38,4	10.709	38,4	7.274	40,5	7.022	38,3	7.359	37,5	8.801	38,6	8.496	38,4	92.479	38,8
Exame de coletividade	1.448	5,0	1.093	4,3	1.046	3,9	1.279	4,5	1.176	4,2	543	3,0	362	2,0	622	3,2	829	3,6	686	3,1	9.084	3,8
Exame de contatos	2.085	7,3	1.947	7,7	2.240	8,3	2.805	9,8	2.995	10,8	1.593	8,9	1.500	8,2	1.893	9,6	2.656	11,7	2.950	13,3	22.664	9,5
Outros modos	473	1,6	458	1,8	538	2,0	552	1,9	582	2,1	347	1,9	326	1,8	379	1,9	418	1,8	392	1,8	4.465	1,9
Ignorado/Em branco	278	1,0	265	1,1	260	1,0	361	1,2	316	1,1	304	1,7	298	1,6	330	1,7	333	1,5	272	1,2	3.017	1,3
Total	28.758	100,0	25.214	100,0	26.877	100,0	28.657	100,0	27.864	100,0	17.979	100,0	18.318	100,0	19.635	100,0	22.773	100,0	22.129	100,0	238.204	100,0

Fonte: Sinan/SVSA-MS e e-SUS VS/ES.
Nota: as diferenças no total de casos observados entre as tabelas decorrem da exclusão de casos de estrangeiros e/ou de registros incluídos mesmo após o congelamento das bases de dados.

TABELA 3 Proporção de casos novos de hanseníase classificados como "exame de contatos" no modo de detecção, segundo região e unidade da Federação de residência. Brasil, 2015 a 2024

Região/UF de residência	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Brasil	7,2	7,7	8,3	9,8	10,7	8,9	8,0	9,6	11,7	13,3
Região Norte	7,5	9,7	10,2	12,6	15,7	10,5	8,9	11,9	12,7	13,4
Rondônia	9,6	8,4	10,5	11,3	15,3	11,1	10,5	17,5	18,0	16,7
Acre	38,0	35,3	20,0	33,8	34,5	25,3	40,4	45,9	38,8	36,6
Amazonas	6,3	8,7	9,8	6,8	7,1	6,7	9,6	11,2	8,7	6,0
Roraima	1,3	4,8	6,0	15,9	8,0	10,3	3,6	9,4	1,8	9,5
Pará	6,6	5,1	6,3	7,9	11,5	6,3	4,8	5,0	3,9	6,2
Amapá	10,1	3,3	16,8	11,0	10,3	12,7	0,0	1,7	4,2	12,5
Tocantins	5,2	17,6	17,2	19,8	24,6	17,9	13,0	17,9	22,8	21,7
Região Nordeste	4,0	4,2	5,2	4,6	6,2	4,7	4,3	5,7	6,5	7,4
Maranhão	2,7	3,4	4,7	3,8	5,9	4,0	4,5	6,5	5,0	5,5
Piauí	3,3	4,2	7,0	3,3	6,4	4,9	6,4	5,0	8,3	7,3
Ceará	2,1	2,1	1,9	3,1	2,7	1,6	1,1	3,0	2,2	3,4
Rio Grande do Norte	4,8	4,0	5,1	4,7	8,3	5,6	5,9	5,6	7,1	12,4
Paraíba	1,1	2,1	1,7	2,3	2,6	2,5	2,9	2,8	6,0	4,0
Pernambuco	3,9	3,7	7,0	5,8	7,7	7,2	5,1	7,4	11,7	13,6
Alagoas	4,5	3,7	3,6	5,6	8,5	6,9	5,3	12,9	10,3	10,4
Sergipe	4,1	2,3	4,4	2,8	3,4	4,4	2,7	1,2	4,9	6,9
Bahia	8,1	8,3	6,7	7,0	8,6	5,4	5,0	5,3	5,2	6,0
Região Sudeste	8,2	8,8	8,6	9,7	10,6	11,3	13,3	15,2	15,1	17,5
Minas Gerais	9,7	10,8	11,8	13,1	14,2	14,3	19,5	23,0	18,2	18,0
Espírito Santo	8,4	6,2	4,9	8,6	10,2	8,6	13,2	11,9	11,6	19,0
Rio de Janeiro	6,1	6,1	5,6	4,3	4,8	3,1	3,7	4,9	4,8	6,5
São Paulo	8,5	9,5	9,4	11,3	12,1	14,9	14,5	15,0	18,2	21,1

continua

conclusão

Região/UF de residência	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Região Sul	7,1	5,7	6,2	9,5	9,1	9,0	8,9	9,3	8,6	6,2
Paraná	5,6	3,9	3,2	6,3	5,6	5,9	5,4	5,6	8,0	4,4
Santa Catarina	8,2	10,9	7,1	16,4	16,8	19,8	14,0	11,1	9,8	10,9
Rio Grande do Sul	14,9	8,7	20,2	18,1	18,5	9,4	17,2	22,7	9,9	7,9
Região Centro-Oeste	13,7	13,4	13,5	16,6	15,1	14,0	11,3	12,3	17,4	20,0
Mato Grosso do Sul	22,4	8,8	11,4	10,2	9,7	7,2	6,4	6,9	10,2	9,5
Mato Grosso	17,5	20,2	17,8	21,6	19,2	18,7	15,6	16,7	20,7	24,0
Goiás	4,5	3,2	3,7	3,4	4,9	4,7	4,4	3,5	3,9	4,0
Distrito Federal	5,1	5,7	8,5	4,3	8,3	7,3	1,5	5,8	4,6	8,3

Fonte: Sinan/SVSA-MS e e-SUS VS/ES.
Nota: as diferenças no total de casos observados entre as tabelas decorrem da exclusão de casos de estrangeiros e/ou de registros incluídos mesmo após o congelamento das bases de dados.

TABELA 4 Número e proporção de casos novos de hanseníase, segundo sexo. Brasil, 2015 a 2024

Sexo	2015		2016		2017		2018		2019		2020		2021		2022		2023		2024		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	N	%
Masculino	16.053	55,8	14.056	55,8	14.895	55,4	15.578	54,4	15.393	55,2	10.235	56,9	10.503	57,3	11.158	56,8	12.617	55,4	11.904	53,8	132.391	55,6
Feminino	12.705	44,2	11.156	44,2	11.982	44,6	13.078	45,6	12.471	44,8	7.743	43,1	7.815	42,7	8.477	43,2	10.155	44,6	10.225	46,2	105.807	44,4
Ignorado	0	--	2		0	--	1	--	0	--	1		0	--	0	--	1	--	1	--	6	
Total	28.758	100,0	25.214	100,0	26.877	100,0	28.657	100,0	27.864	100,0	17.979	100,0	18.318	100,0	19.635	100,0	22.773	100,0	22.129	100,0	238.204	100,0
Razão de sexo	1,3		1,3		1,2		1,2		1,2		1,3		1,3		1,3		1,2		1,2		1,3	

Fonte: Sinan/SVSA-MS e e-SUS VS/ES.
Nota: as diferenças no total de casos observados entre as tabelas decorrem da exclusão de casos de estrangeiros e/ou de registros incluídos mesmo após o congelamento das bases de dados.

TABELA 5 Número e proporção de casos novos de hanseníase, segundo faixa etária. Brasil, 2015 a 2024

Faixa etária	2015		2016		2017		2018		2019		2020		2021		2022		2023		2024		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	N	%
Menor de 15 anos	2.115	7,4	1.696	6,7	1.716	6,4	1.705	6,0	1.546	5,6	878	4,9	761	4,2	836	4,3	958	4,2	921	4,1	13.132	5,5
15 a 29 anos	4.547	15,8	3.996	15,8	4.049	15,1	4.232	14,8	4.047	14,5	2.620	14,6	2.442	13,3	2.593	13,2	2.870	12,6	2.744	12,4	34.140	14,3
30 a 59 anos	15.510	53,9	13.674	54,2	14.466	53,8	15.774	55,0	15.275	54,8	9.603	53,4	9.785	53,4	10.433	53,1	12.199	53,6	11.901	53,8	128.620	54,0
60 anos ou mais	6.589	22,9	5.852	23,3	6.646	24,7	6.949	24,2	6.996	25,1	4.878	27,1	5.330	29,1	5.773	29,4	6.746	29,6	6.563	29,7	62.322	26,2
Total	28.761	100,0	25.218	100,0	26.877	100,0	28.660	100,0	27.864	100,0	17.979	100,0	18.318	100,0	19.635	100,0	22.773	100,0	22.129	100,0	238.204	100,0

Fonte: Sinan/SVSA-MS e e-SUS VS/ES.
Nota: as diferenças no total de casos observados entre as tabelas decorrem da exclusão de casos de estrangeiros e/ou de registros incluídos mesmo após o congelamento das bases de dados.

TABELA 6 Número e proporção de casos novos de hanseníase, segundo raça/cor. Brasil, 2015 a 2024

Raça/cor	2015		2016		2017		2018		2019		2020		2021		2022		2023		2024		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	N	%
Branca	7.173	24,9	6.187	24,5	6.511	24,2	6.705	23,4	6.751	24,2	4.369	24,3	4.397	24,0	4.382	22,3	5.242	23,0	5.170	23,4	56.887	23,9
Preta	3.440	12	3.028	12	3.332	12,4	3.455	12,1	3.398	12,2	2.057	11,4	2.178	11,9	2.475	12,6	2.915	12,8	2.811	12,7	29.089	12,2
Amarela	226	0,8	236	0,9	278	1,1	304	1,1	335	1,2	226	1,3	190	1,0	223	1,1	221	1,0	237	1,1	2.476	1,0
Parda	16.699	58,1	14.752	58,5	15.701	58,4	17.084	59,6	16.412	58,9	10.609	59,0	10.744	58,7	11.690	59,5	13.477	59,2	13.074	59,1	140.242	58,9
Indígena	129	0,4	92	0,4	170	0,6	128	0,4	152	0,5	68	0,4	85	0,5	108	0,6	120	0,5	206	0,9	1.258	0,5
Ign/Branco	1.094	3,8	923	3,7	885	3,3	984	3,4	816	2,9	650	3,6	724	3,9	757	3,9	798	3,5	631	2,8	8.262	3,5
Total	28.761	100,0	25.218	100,0	26.877	100,0	28.660	100,0	27.864	100,0	17.979	100,0	18.318	100,0	19.635	100,0	22.773	100,0	22.129	100,0	238.214	100,0

Fonte: Sinan/SVSA-MS e e-SUS VS/ES.
Nota: as diferenças no total de casos observados entre as tabelas decorrem da exclusão de casos de estrangeiros e/ou de registros incluídos mesmo após o congelamento das bases de dados.

TABELA 7 Número e proporção de casos novos de hanseníase, segundo escolaridade. Brasil, 2015 a 2024

Escolaridade	2015		2016		2017		2018		2019		2020		2021		2022		2023		2024		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Analfabeto	2.827	9,8	2.278	9,0	2.465	9,2	2.422	8,5	2.316	8,3	1.352	7,5	1.359	7,4	1.369	7,0	1.534	6,7	1.477	6,7	19.399	8,1
Ensino fundamental incompleto e completo	14.434	50,2	12.290	48,8	12.760	47,5	13.611	47,5	13.054	46,9	7.583	42,2	7.718	42,1	8.123	41,4	9.413	41,3	9.074	41,0	108.060	45,4
Ensino médio incompleto e completo	5.083	17,7	4.797	19,0	5.187	19,3	5.848	20,4	5.831	20,9	3.737	20,8	3.712	20,3	4.194	21,4	5.141	22,6	5.233	23,6	48.763	20,5
Ensino superior incompleto e completo	1.222	4,2	1.185	4,7	1.294	4,8	1.552	5,4	1.657	5,9	1.099	6,1	1.142	6,2	1.204	6,1	1.656	7,3	1.832	8,3	13.843	5,8
Não se aplica	231	0,8	221	0,9	210	0,8	186	0,6	162	0,6	115	0,6	86	0,5	85	0,4	103	0,5	114	0,5	1.513	0,6
Ign/Branco	4.964	17,3	4.447	17,6	4.966	18,5	5.041	17,6	4.844	17,4	4.093	22,8	4.301	23,5	4.660	23,7	4.926	21,6	4.399	19,9	46.641	19,6
Total	28.761	100,0	25.218	100,0	26.882	100,0	28.660	100,0	27.864	100,0	17.979	100,0	18.318	100,0	19.635	100,0	22.773	100,0	22.129	100,0	238.219	100,0

Fonte: Sinan/SVSA-MS e e-SUS VS/ES.
Nota: as diferenças no total de casos observados entre as tabelas decorrem da exclusão de casos de estrangeiros e/ou de registros incluídos mesmo após o congelamento das bases de dados.

TABELA 8 Número e taxa de detecção geral de casos novos de hanseníase (por 100 mil hab.), segundo região e unidade da Federação de residência. Brasil, 2015 a 2024

Região/UF de residência	2015		2016		2017		2018		2019		2020		2021		2022		2023		2024	
	n	tx.	n	tx.	n	tx.	n	tx.	n	tx.	n	tx.	n	tx.	n	tx.	n	tx.	n	tx.
Brasil	28.761	14,07	25.218	12,23	26.875	12,94	28.660	13,70	27.864	13,23	17.979	8,49	18.318	8,59	19.635	9,67	22.773	10,68	22.129	10,41
Região Norte	5.181	29,65	5.092	28,70	5.169	28,82	5.802	31,95	5.261	28,63	3.278	17,56	3.324	17,58	3.215	15,53	3.551	18,78	3.238	17,34
Rondônia	584	33,03	476	26,63	503	27,85	741	40,63	465	25,26	352	19,59	363	20,00	372	23,53	444	24,46	348	19,93
Acre	129	16,05	116	14,20	125	15,07	133	15,79	110	12,87	83	9,28	109	12,02	135	16,26	121	13,34	170	19,30
Amazonas	512	13,00	448	11,20	460	11,32	425	10,31	407	9,73	240	5,70	353	8,27	347	8,8	322	7,54	266	6,21
Roraima	78	15,43	84	16,34	133	25,45	107	20,16	87	16,14	39	6,18	56	8,43	53	8,33	55	8,43	42	5,86
Pará	2.889	35,34	2.527	30,43	2.598	31,05	2.574	30,44	2.548	29,82	1.643	18,91	1.634	18,62	1.479	18,22	1.546	17,61	1.461	16,86
Amapá	109	14,22	90	11,50	101	12,66	109	13,41	117	14,13	63	7,31	38	4,33	60	8,18	48	5,47	40	4,98
Tocantins	880	58,08	1.351	88,13	1.249	80,57	1.713	109,32	1.527	96,44	858	53,95	771	47,97	769	50,88	1.015	63,15	911	57,76

continua

conclusão

Região/UF de residência	2015		2016		2017		2018		2019		2020		2021		2022		2023		2024	
	n	tx.	n	tx.	n	tx.	n	tx.	n	tx.	n	tx.	n	tx.	n	tx.	n	tx.	n	tx.
Região Nordeste	12.848	22,72	10.984	19,30	11.783	20,58	11.725	20,36	11.561	19,97	7.631	13,30	8.012	13,89	8.879	16,25	9.145	15,86	8.596	15,05
Maranhão	3.540	51,27	3.298	47,43	3.115	44,50	3.165	44,94	3.189	45,02	1.891	26,58	1.941	27,13	2.349	34,67	2.377	33,23	1.987	28,34
Piauí	1.015	31,69	888	27,64	1.071	33,27	1.021	31,66	877	27,15	534	16,27	670	20,37	743	22,73	700	21,28	703	20,83
Ceará	1.838	20,64	1.698	18,94	1.555	17,24	1.691	18,63	1.575	17,25	1.149	12,51	1.209	13,08	1.142	12,99	1.262	13,66	1.228	13,30
Rio Grande do Norte	269	7,81	198	5,70	253	7,21	257	7,26	192	5,38	195	5,52	205	5,76	179	5,42	198	5,56	217	6,30
Paraíba	526	13,24	385	9,63	481	11,95	518	12,79	616	15,12	399	9,88	379	9,34	389	9,79	466	11,48	429	10,35
Pernambuco	2.395	25,63	1.856	19,72	2.410	25,44	2.263	23,73	2.517	26,24	1.591	16,54	1.547	15,99	1.849	20,41	1.774	18,34	1.711	17,94
Alagoas	353	10,57	273	8,13	306	9,06	357	10,53	282	8,28	218	6,50	264	7,84	279	8,92	380	11,29	318	9,88
Sergipe	364	16,23	311	13,73	367	16,04	322	13,94	323	13,85	249	10,74	260	11,12	258	11,68	308	13,17	321	14,01
Bahia	2.548	16,76	2.077	13,60	2.225	14,50	2.131	13,83	1.990	12,87	1.405	9,41	1.537	10,26	1.691	11,96	1.680	11,21	1.682	11,33
Região Sudeste	4.041	4,71	3.601	4,17	3.774	4,34	3.691	4,22	3.729	4,23	2.578	2,90	2.904	3,24	3.128	3,69	3.518	3,92	3.708	4,18
Minas Gerais	1.141	5,47	1.122	5,34	1.111	5,26	1.047	4,93	1.108	5,19	749	3,52	872	4,07	1.037	5,05	1.201	5,61	1.294	6,07
Espírito Santo	631	16,06	436	10,97	491	12,23	466	11,48	508	12,39	304	7,48	317	7,72	386	10,07	432	10,51	462	11,26
Rio de Janeiro	1.057	6,39	721	4,33	933	5,58	946	5,63	931	5,52	579	3,33	681	3,90	636	3,96	609	3,49	584	3,39
São Paulo	1.212	2,73	1.322	2,95	1.239	2,75	1.232	2,71	1.182	2,58	946	2,04	1.034	2,22	1.069	2,41	1.276	2,74	1.368	2,98
Região Sul	1.021	3,49	836	2,84	776	2,62	797	2,67	806	2,68	558	1,85	652	2,13	643	2,15	677	2,23	612	1,97
Paraná	729	6,53	585	5,20	554	4,89	559	4,91	571	4,98	388	3,37	423	3,62	393	3,43	463	3,99	407	3,44
Santa Catarina	171	2,51	147	2,13	113	1,61	122	1,72	143	1,99	106	1,46	136	1,85	162	2,13	143	1,95	129	1,60
Rio Grande do Sul	121	1,08	104	0,92	109	0,96	116	1,02	92	0,81	64	0,56	93	0,81	88	0,81	71	0,62	76	0,68
Região Centro-Oeste	5.667	44,30	4.701	30,02	5.373	33,84	6.642	41,29	6.506	39,93	3.934	23,84	3.426	20,50	3.770	23,15	5.882	35,21	5.975	35,00
Mato Grosso do Sul	711	26,82	408	15,21	387	14,26	352	12,83	493	17,78	265	9,43	264	9,30	247	8,96	274	9,65	326	11,23
Mato Grosso	3.037	93,00	2.665	80,62	3.452	103,21	4.678	138,30	4.424	129,38	2.519	71,44	2.096	58,76	2.422	66,2	4.625	129,65	4.674	121,83
Goiás	1.702	25,75	1.452	21,69	1.369	20,20	1.472	21,46	1.421	20,48	932	13,10	934	12,95	946	13,41	852	11,82	866	11,78
Distrito Federal	217	7,44	176	5,91	165	5,43	140	4,51	168	5,31	218	7,14	132	4,27	155	5,5	131	4,23	109	3,65

Fonte: Sinan/SVSA-MS e e-SUS VS/ES.
Nota: as diferenças no total de casos observados entre as tabelas decorrem da exclusão de casos de estrangeiros e/ou de registros incluídos mesmo após o congelamento das bases de dados.

TABELA 9 Proporção de casos novos de hanseníase avaliados no momento do diagnóstico quanto ao grau de incapacidade física, segundo região e unidade da Federação de residência. Brasil, 2015 a 2024

Região/UF de Residência	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Brasil	87,1	87,3	87,1	86,5	85,6	83,7	84,7	85,1	85,3	88,1
Região Norte	91,9	92,3	93,4	93,6	92,5	92,5	93,7	92,4	92,8	92,8
Rondônia	95,0	93,3	93,8	95,0	92,5	89,8	91,5	93,5	92,1	92,8
Acre	96,9	97,4	94,4	94,7	94,5	94,0	93,6	95,6	94,2	90,6
Amazonas	89,1	93,5	95,2	94,8	93,1	90,4	93,5	93,4	95,7	93,6
Roraima	70,5	73,8	87,2	80,4	74,7	69,2	89,1	75,5	85,5	88,1
Pará	93,6	94,0	94,0	93,6	92,9	93,4	93,9	93,2	93,7	92,8
Amapá	99,1	97,8	98,0	94,5	94,0	96,8	100,0	91,7	97,9	97,5
Tocantins	86,4	88,6	91,5	93,2	92,3	93,2	94,4	90,6	90,7	92,9
Região Nordeste	84,0	83,3	82,2	82,4	80,8	79,3	81,1	81,7	83,1	83,5
Maranhão	85,5	83,8	84,6	84,9	86,2	85,0	91,0	93,6	91,5	90,2
Piauí	85,7	89,0	89,8	89,1	87,9	85,2	87,2	85,3	86,0	84,9
Ceará	81,9	82,5	81,3	81,0	72,4	77,3	72,0	72,4	76,1	78,7
Rio Grande do Norte	75,8	67,7	53,0	81,3	69,8	73,8	76,1	72,6	68,7	62,2
Paraíba	83,7	83,6	84,8	81,5	72,6	60,4	77,8	74,8	77,7	82,8
Pernambuco	87,5	84,6	79,8	77,8	78,2	79,4	79,9	76,1	80,0	83,6
Alagoas	85,0	83,9	78,1	82,1	78,7	77,1	83,3	83,9	88,7	85,2
Sergipe	86,5	83,0	80,7	83,5	86,1	75,1	77,7	91,1	92,9	94,7
Bahia	79,9	81,2	82,2	81,6	81,9	78,2	75,9	76,5	78,9	78,7
Região Sudeste	91,1	92,1	90,8	89,5	86,9	87,4	86,5	88,2	89,2	90,0
Minas Gerais	92,1	92,4	89,7	90,4	88,3	86,6	88,4	90,8	92,5	95,4
Espírito Santo	94,8	93,1	95,5	93,3	86,8	100,0	84,5	89,1	89,4	91,6
Rio de Janeiro	90,5	90,0	90,1	85,1	81,4	83,9	85,2	85,5	86,5	88,0
São Paulo	88,7	92,6	90,3	90,6	90,0	86,2	86,5	86,8	87,3	85,3

continua

conclusão

Região/UF de Residência	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Região Sul	91,3	92,6	91,8	92,3	91,8	83,7	88,4	88,2	87,4	88,1
Paraná	94,0	94,5	94,9	95,5	93,7	84,8	87,9	88,8	89,0	88,0
Santa Catarina	90,6	91,2	82,3	79,5	89,5	82,1	89,0	88,9	83,9	86,8
Rio Grande do Sul	76,0	83,7	85,3	90,5	83,7	79,7	90,3	84,1	84,5	90,8
Região Centro-Oeste	86,3	86,7	88,5	85,1	87,0	82,3	82,3	83,8	81,5	91,0
Mato Grosso do Sul	83,1	74,0	82,4	76,4	77,5	78,5	78,4	73,7	72,3	79,4
Mato Grosso	82,5	83,6	87,1	83,2	86,0	78,5	79,3	81,7	79,5	91,4
Goiás	94,2	95,9	95,0	94,4	93,2	93,1	91,2	92,5	93,3	94,5
Distrito Federal	86,6	88,1	79,4	71,4	87,5	83,9	75,8	80,6	92,4	81,7

Fonte: Sinan/SVSA-MS e e-SUS VS/ES.

TABELA 10 Proporção de casos novos de hanseníase com GIF 2 no momento do diagnóstico, segundo região e unidade da Federação de residência. Brasil, 2015 a 2024

Região/UF de residência	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Brasil	7,5	7,9	8,3	8,5	9,9	10,0	11,2	11,5	11,2	11,5
Região Norte	6,7	7,3	8,4	8,7	9,7	8,8	12,2	11,5	10,2	9,1
Rondônia	8,5	5,6	7,2	9,4	7,9	9,5	13,9	9,2	5,9	5,3
Acre	1,6	1,8	7,6	13,5	9,9	9,0	14,7	14,0	6,1	18,8
Amazonas	8,6	11,0	11,0	9,2	12,4	13,8	15,2	9,6	18,8	9,2
Roraima	10,9	6,5	8,6	11,6	11,5	3,7	8,2	15,0	10,6	16,2
Pará	5,7	7,2	7,9	8,3	9,1	8,3	9,8	10,8	10,0	9,8
Amapá	15,7	6,8	6,1	7,8	7,3	9,8	21,1	10,9	8,5	7,7
Tocantins	7,2	7,3	9,5	8,3	10,6	8,1	14,6	14,3	10,1	7,2
Região Nordeste	7,2	6,7	7,9	8,3	8,8	8,7	9,7	9,6	9,4	10,3
Maranhão	7,9	6,9	7,3	7,7	8,3	8,0	9,6	8,5	8,0	7,4
Piauí	5,2	5,6	7,7	7,1	5,0	7,9	10,3	9,1	9,3	9,0
Ceará	9,1	8,1	8,5	10,7	11,5	9,1	11,0	12,1	11,8	12,4
Rio Grande do Norte	9,3	10,4	11,2	9,6	11,0	13,2	10,3	12,3	7,4	11,1
Paraíba	8,9	9,9	10,5	11,4	11,0	10,0	12,2	8,9	6,1	9,0
Pernambuco	4,8	5,2	5,8	7,2	9,2	8,2	9,1	10,3	9,6	12,5
Alagoas	11,0	9,6	9,6	8,5	8,7	10,7	10,9	15,0	13,4	12,5
Sergipe	8,6	7,0	12,8	8,9	10,1	9,1	8,9	6,4	11,9	11,2
Bahia	6,5	5,6	8,6	7,7	7,8	8,8	8,4	9,0	9,5	10,5

conclusão

Região/UF de residência	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Região Sudeste	10,2	13,1	11,9	11,7	14,6	15,0	15,0	16,1	13,6	12,0
Minas Gerais	12,4	13,9	12,0	11,8	15,3	15,1	18,9	19,0	14,0	12,5
Espírito Santo	4,8	8,9	5,8	4,8	6,6	6,6	10,8	15,7	13,2	14,9
Rio de Janeiro	11,2	12,8	13,2	10,8	14,6	13,8	13,3	10,7	11,4	11,7
São Paulo	10,2	14,1	13,5	15,0	17,6	18,9	13,9	16,4	14,5	10,5
Região Sul	9,9	11,5	12,4	14,5	15,4	12,4	14,1	15,2	14,0	14,5
Paraná	8,6	8,7	9,9	12,9	13,9	10,6	11,1	12,6	13,1	13,4
Santa Catarina	11,0	17,9	18,3	12,4	15,6	12,6	19,0	16,0	15,0	16,1
Rio Grande do Sul	17,4	19,5	20,4	24,8	25,8	23,5	20,2	25,7	18,3	17,4
Região Centro-Oeste	6,5	6,3	5,9	6,2	8,9	9,8	9,6	11,0	12,7	13,7
Mato Grosso do Sul	12,4	13,6	9,7	10,4	15,5	15,9	14,5	13,7	10,1	15,4
Mato Grosso	5,4	4,5	5,0	5,4	7,6	7,8	8,4	10,9	14,0	14,6
Goiás	5,9	6,4	6,5	7,3	10,9	9,3	9,2	10,9	7,4	8,6
Distrito Federal	8,0	16,8	13,7	8,0	8,6	25,7	25,0	11,2	12,4	15,7

Fonte: Sinan/SVSA-MS e e-SUS VS/ES.

TABELA 11 Número e proporção de casos novos de hanseníase multibacilares, segundo região e unidade da Federação de residência. Brasil, 2015 a 2024

Região/UF de residência	2015		2016		2017		2018		2019		2020		2021		2022		2023		2024	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Brasil	19.813	68,9	18.224	72,3	19.843	73,8	22.127	77,2	21.851	78,4	14.400	80,1	14.752	80,5	15.944	81,2	18.768	82,4	18.196	82,2
Região Norte	3.467	66,9	3.703	72,7	3.829	74,1	4.587	79,1	4.196	79,8	2.702	82,4	2.732	82,2	2.688	83,6	2.883	81,2	2.642	81,6
Rondônia	399	68,3	338	71,0	382	75,9	610	82,3	368	79,1	302	85,8	308	84,8	305	82,0	346	77,9	277	79,6
Acre	102	79,1	90	77,6	88	70,4	112	84,2	95	86,4	71	85,5	96	88,1	132	97,8	116	95,9	154	90,6
Amazonas	301	58,8	257	57,4	260	56,5	281	66,1	263	64,6	171	71,3	265	75,1	276	79,5	235	73,0	178	66,9
Roraima	65	83,3	60	71,4	103	77,4	81	75,7	67	77,0	30	76,9	46	81,8	44	83,0	50	90,9	32	76,2
Pará	1.958	67,8	1.817	71,9	1.904	73,3	1.927	74,9	1.983	77,8	1.334	81,2	1.311	80,2	1.210	81,8	1.211	78,3	1.156	79,1
Amapá	78	71,6	52	57,8	67	66,3	80	73,4	67	57,3	38	60,3	25	65,8	39	65,0	37	77,1	29	72,5
Tocantins	564	64,1	1.089	80,6	1.025	82,1	1.496	87,3	1.353	88,6	756	88,1	681	88,3	682	88,7	888	87,5	816	89,6

continua

conclusão

Região/UF de residência	2015		2016		2017		2018		2019		2020		2021		2022		2023		2024	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Região Nordeste	8.347	65,0	7.447	67,8	8.039	68,2	8.229	70,2	8.439	73,0	5.698	74,7	6.055	75,6	6.841	77,0	7.083	77,5	6.477	75,3
Maranhão	2.646	74,7	2.573	78,0	2.395	76,9	2.447	77,3	2.573	80,7	1.571	83,1	1.584	81,6	1.950	83,0	2.007	84,4	1.606	80,8
Piauí	614	60,5	566	63,7	728	68,0	744	72,9	649	74,0	413	77,3	522	77,9	590	79,4	551	78,7	541	77,0
Ceará	1.201	65,3	1.148	67,6	1.056	67,9	1.160	68,6	1.057	67,1	824	71,7	882	73,0	827	72,4	908	71,9	870	70,8
Rio Grande do Norte	164	61,0	123	62,1	166	65,6	160	62,3	124	64,6	143	73,3	133	64,9	114	63,7	120	60,6	135	62,2
Paraíba	309	58,7	238	61,8	290	60,3	327	63,1	421	68,3	281	70,4	271	71,5	256	65,8	317	68,0	282	65,7
Pernambuco	1.327	55,4	1.063	57,3	1.545	64,1	1.529	67,6	1.806	71,8	1.154	72,5	1.192	77,1	1.479	80,0	1.439	81,1	1.342	78,4
Alagoas	211	59,8	162	59,3	176	57,5	224	62,7	181	64,2	150	68,8	197	74,6	190	68,1	253	66,6	220	69,2
Sergipe	181	49,7	174	55,9	223	60,8	183	56,8	192	59,4	148	59,4	173	66,5	175	67,8	217	70,5	217	67,6
Bahia	1.694	66,5	1.400	67,4	1.460	65,6	1.455	68,3	1.436	72,2	1.014	72,2	1.101	71,6	1.260	74,5	1.271	75,7	1.264	75,1
Região Sudeste	2.628	65,0	2.518	69,9	2.734	72,4	2.636	71,4	2.688	72,1	1.924	74,6	2.264	78,0	2.439	78,0	2.770	78,7	2.947	79,5
Minas Gerais	832	72,9	834	74,3	852	76,7	789	75,4	794	71,7	542	72,4	691	79,2	824	79,5	923	76,9	1.056	81,6
Espírito Santo	308	48,8	230	52,8	300	61,1	280	60,1	329	64,8	183	60,2	241	76,0	279	72,3	283	65,5	322	69,7
Rio de Janeiro	653	61,8	464	64,4	626	67,1	621	65,6	632	67,9	416	71,8	469	68,9	452	71,1	442	72,6	400	68,5
São Paulo	835	68,9	990	74,9	956	77,2	946	76,8	933	78,9	783	82,8	863	83,5	884	82,7	1.122	87,9	1.169	85,5
Região Sul	815	79,8	676	80,9	638	82,2	673	84,4	658	81,6	468	83,9	548	84,0	543	84,4	564	83,3	510	83,3
Paraná	584	80,1	468	80,0	453	81,8	472	84,4	467	81,8	324	83,5	348	82,1	333	84,7	387	83,6	338	83,0
Santa Catarina	130	76,0	114	77,6	88	77,9	99	81,1	117	81,8	91	85,8	115	84,6	131	80,9	114	79,7	108	83,7
Rio Grande do Sul	101	83,5	94	90,4	97	89,0	102	87,9	74	80,4	53	82,8	85	91,4	79	89,8	63	88,7	64	84,2
Região Centro-Oeste	4.554	80,4	3.876	82,5	4.603	85,7	5.999	90,3	5.872	90,2	3.608	91,7	3.153	92,0	3.433	91,1	5.468	93,0	5.620	94,1
Mato Grosso do Sul	605	85,1	323	79,2	309	79,8	287	81,5	372	75,5	227	85,7	229	86,7	208	84,2	227	82,8	274	84,0
Mato Grosso	2.457	80,9	2.302	86,4	3.065	88,8	4.380	93,6	4.186	94,6	2.423	96,2	2.003	95,6	2.333	96,3	4.463	96,5	4.558	97,5
Goiás	1.312	77,1	1.114	76,7	1.092	79,8	1.209	82,1	1.180	83,0	761	81,7	804	86,1	767	81,1	679	79,7	710	82,0
Distrito Federal	180	82,9	137	77,8	137	83,0	123	87,9	134	79,8	197	90,4	117	88,6	125	80,6	99	75,6	78	71,6

Fonte: Sinan/SVSA-MS e e-SUS VS/ES.
Nota: as diferenças no total de casos observados entre as tabelas decorrem da exclusão de casos de estrangeiros e/ou de registros incluídos mesmo após o congelamento das bases de dados.

TABELA 12 Número e proporção de casos novos de hanseníase, segundo forma clínica. Brasil, 2015 a 2024

Forma clínica	2015		2016		2017		2018		2019		2020		2021		2022		2023		2024		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Indeterminada	4.188	14,6	3.392	13,5	3.537	13,2	3.390	11,8	3.220	11,5	1.957	10,9	1.894	10,3	2.080	10,6	2.413	10,6	2.392	10,8	28.463	11,9
Tuberculoide	4.807	16,7	3.692	14,6	3.749	13,9	3.505	12,2	3.165	11,4	2.008	11,2	2.135	11,7	2.181	11,1	2.247	9,9	2.151	9,7	29.640	12,4
Dimorfa	12.374	43,0	11.823	46,9	12.745	47,4	14.686	51,2	14.679	52,7	9.089	50,6	8.961	48,9	9.695	49,4	12.048	52,9	11.973	54,1	118.073	49,6
Virchowiana	4.783	16,6	4.034	16,0	4.197	15,6	4.396	15,4	4.234	15,2	3.040	16,9	3.330	18,2	3.478	17,7	3.500	15,3	3.099	14,0	38.091	16,0
Não classificado	1.481	5,2	1.388	5,5	1.653	6,2	1.567	5,5	1.481	5,3	1.140	6,3	1.191	6,5	1.380	7,0	1.705	7,5	1.739	7,9	14.725	6,2
Ignorado/ Em branco	1.128	3,9	889	3,5	996	3,7	1.116	3,9	1.085	3,9	745	4,1	807	4,4	821	4,2	860	3,8	775	3,5	9.222	3,9
Total	28.761	100,0	25.218	100,0	26.877	100,0	28.660	100,0	27.864	100,0	17.979	100,0	18.318	100,0	19.635	100,0	22.773	100,0	22.129	100,0	238.214	100,0

Fonte: Sinan/SVSA-MS e e-SUS VS/ES.
Nota: as diferenças no total de casos observados entre as tabelas decorrem da exclusão de casos de estrangeiros e/ou de registros incluídos mesmo após o congelamento das bases de dados.

TABELA 13 Número e proporção de casos de hanseníase, segundo baciloscopia. Brasil, 2015 a 2024

Baciloscopia	2015		2016		2017		2018		2019		2020		2021		2022		2023		2024		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	N	%
Positiva	6.895	24,0	6.072	24,1	6.389	23,8	6.470	22,6	6.343	22,8	4.719	26,2	5.138	28,0	5.460	27,8	5.799	25,5	5.255	23,8	58.540	24,6
Negativa	9.691	33,7	8.495	33,7	8.354	31,1	8.514	29,7	8.038	28,8	5.202	28,9	5.304	29,0	5.848	29,8	6.641	29,2	6.289	28,4	72.376	30,4
Não realizada	9.916	34,5	8.560	33,9	10.039	37,3	11.511	40,2	11.225	40,3	6.747	37,4	6.422	35,1	6.852	34,9	8.494	37,3	8.435	38,1	88.201	37,0
Ignorada/ Em branco	2.259	7,8	2.091	8,3	2.095	7,8	2.165	7,5	2.258	8,1	1.354	7,5	1.454	7,9	1.475	7,5	1.839	8,0	2.150	9,7	19.140	8,0
Total	28.761	100,0	25.218	100,0	26.877	100,0	28.660	100,0	27.864	100,0	18.022	100,0	18.318	100,0	19.635	100,0	22.773	100,0	22.129	100,0	238.257	100,0

Fonte: Sinan/SVSA-MS e e-SUS VS/ES.
Nota: as diferenças no total de casos observados entre as tabelas decorrem da exclusão de casos de estrangeiros e/ou de registros incluídos mesmo após o congelamento das bases de dados.

TABELA 14 Proporção de cura de casos novos de hanseníase nos anos das coortes, segundo região e unidade da Federação de residência. Brasil, 2015 a 2024

Região/UF de residência	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Brasil	83,5	81,8	81,2	80,6	79,4	81,1	77,2	74,6	78,5	78,0
Região Norte	82,9	81,1	80,8	79,7	79,7	80,9	77,2	75,6	78,5	78,6
Rondônia	89,8	91,0	90,3	87,7	85,4	86,8	88,5	83,9	85,3	88,4
Acre	91,3	91,7	90,1	96,9	91,4	86,8	86,3	85,9	92,1	84,7
Amazonas	85,5	88,5	89,0	89,4	92,2	91,7	91,5	93,9	90,3	86,3
Roraima	77,8	75,0	80,8	71,3	70,5	80,2	66,7	53,7	75,5	68,2
Pará	80,0	77,7	76,9	74,9	74,8	75,8	69,1	72,1	75,0	75,7
Amapá	83,5	77,3	72,2	79,5	81,5	73,2	81,3	70,0	87,5	91,3
Tocantins	85,8	81,8	83,3	81,8	83,5	83,9	84,1	73,8	75,4	75,1
Região Nordeste	82,0	80,3	80,3	78,8	78,7	80,0	76,4	75,3	78,2	77,7
Maranhão	84,3	81,8	80,5	74,8	82,3	82,8	80,1	78,5	80,9	80,1
Piauí	84,0	83,0	82,4	84,0	85,4	82,5	75,8	74,1	82,2	85,9
Ceará	84,3	83,2	83,4	83,1	75,8	80,8	77,6	78,7	78,1	76,5
Rio Grande do Norte	71,3	73,0	70,9	85,8	82,1	87,3	80,2	78,8	84,6	86,2
Paraíba	75,5	60,5	67,5	76,3	68,6	77,4	69,1	75,8	75,1	83,6
Pernambuco	80,4	78,6	79,8	80,5	78,7	76,3	73,5	70,7	73,9	65,8
Alagoas	78,3	79,9	85,4	77,6	78,3	76,5	73,0	69,5	77,6	85,6
Sergipe	88,6	84,6	83,7	83,5	89,0	88,4	91,3	91,6	91,9	92,0
Bahia	79,4	80,9	79,6	77,5	72,4	76,7	73,0	71,2	74,6	77,7
Região Sudeste	88,7	87,1	87,5	87,1	84,2	85,1	79,4	77,1	81,8	81,6
Minas Gerais	89,4	87,3	86,8	87,4	80,9	78,5	75,9	73,6	73,6	73,6
Espírito Santo	95,5	94,1	91,1	89,8	91,4	91,4	60,9	76,7	86,3	83,0
Rio de Janeiro	80,9	77,9	81,7	81,2	77,7	82,7	82,9	81,3	82,6	83,2
São Paulo	92,2	91,7	92,0	90,8	89,9	91,6	89,0	77,3	86,2	88,2
Região Sul	87,4	90,6	89,6	87,8	85,7	84,2	82,4	76,4	79,6	81,7
Paraná	89,2	92,1	91,2	91,3	90,9	87,3	86,1	78,8	82,1	82,2
Santa Catarina	89,8	91,2	91,8	86,5	81,7	82,5	76,0	75,2	81,8	81,6
Rio Grande do Sul	73,2	80,0	74,1	67,9	62,9	68,5	65,5	62,5	63,2	79,4

continua

conclusão

Região/UF de residência	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Região Centro-Oeste	82,6	80,5	78,1	79,8	76,1	80,7	76,8	70,4	76,5	74,7
Mato Grosso do Sul	80,0	71,8	72,8	77,9	74,6	76,5	72,9	75,3	81,1	71,7
Mato Grosso	79,9	78,5	76,3	77,8	71,9	78,9	75,5	66,8	69,7	69,5
Goiás	87,2	88,0	84,4	87,1	88,5	88,3	82,9	81,2	89,1	87,5
Distrito Federal	88,1	82,7	67,8	59,9	61,3	73,5	65,2	58,2	71,7	78,3

Fonte: Sinan/SVSA-MS e e-SUS VS/ES.

TABELA 15 Proporção casos novos de hanseníase com grau de incapacidade física avaliados na cura nos anos das coortes, segundo região e unidade da Federação de residência. Brasil, 2015 a 2024

Região/UF de residência	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Brasil	71,2	69,9	68,9	68,3	69,6	70,3	68,5	68,6	70,4	70,6
Região Norte	74,8	75,7	73,4	71,1	70,7	78,0	77,2	73,2	73,9	72,7
Rondônia	81,5	84,2	81,9	75,7	81,4	47,6	76,2	71,5	77,3	80,1
Acre	41,3	69,4	59,3	37,6	37,5	80,8	50,0	20,5	28,0	47,7
Amazonas	83,3	78,5	87,3	86,8	90,9	13,7	76,1	73,6	65,5	72,0
Roraima	14,3	28,2	30,2	29,8	24,1	69,3	22,9	45,5	86,5	76,7
Pará	74,2	74,5	71,4	70,5	67,2	74,4	73,5	74,1	75,0	71,2
Amapá	71,4	76,0	85,9	93,9	76,0	91,2	84,6	78,6	57,1	73,8
Tocantins	78,0	75,0	70,2	69,4	72,5	76,5	87,4	79,8	82,0	76,6
Região Nordeste	64,5	63,1	62,2	62,2	63,3	68,2	62,8	65,2	66,1	67,4
Maranhão	60,4	57,8	56,7	58,1	61,9	61,4	80,1	80,4	82,4	76,4
Piauí	67,9	67,3	60,9	63,2	60,5	62,6	59,6	59,8	59,3	63,2
Ceará	67,5	69,1	71,0	74,5	70,9	82,3	59,4	66,7	72,0	73,2
Rio Grande do Norte	66,7	80,4	74,5	77,5	72,3	39,8	76,1	78,1	66,2	78,0
Paraíba	58,9	48,2	57,8	52,2	42,4	58,4	42,5	45,7	43,2	56,6
Pernambuco	68,6	70,6	63,4	61,2	65,0	72,3	49,5	47,9	49,7	49,7
Alagoas	66,0	58,7	56,0	61,5	67,4	54,3	59,3	72,3	57,8	75,1
Sergipe	74,2	72,5	66,8	62,6	54,4	59,0	54,1	61,4	75,9	83,8
Bahia	61,6	56,9	63,0	59,1	64,0	62,1	58,3	63,4	61,9	64,5

continua

conclusão

Região/UF de residência	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Região Sudeste	85,3	84,3	80,8	78,5	81,0	69,5	75,1	77,5	77,8	75,5
Minas Gerais	75,4	74,1	76,4	71,1	71,4	81,5	62,6	67,9	74,7	72,3
Espírito Santo	94,2	93,0	88,0	92,1	90,6	83,9	-	73,3	71,1	64,6
Rio de Janeiro	86,2	83,9	78,6	73,5	85,6	78,5	84,1	85,9	85,2	89,5
São Paulo	88,5	88,8	83,6	84,0	81,7	77,8	78,9	79,9	77,6	74,5
Região Sul	76,4	75,8	80,4	85,1	85,5	83,4	78,0	77,7	79,4	80,0
Paraná	79,8	79,8	85,4	92,6	92,3	63,8	83,9	84,6	84,3	83,7
Santa Catarina	65,0	52,4	64,4	69,7	62,4	73,0	57,9	65,8	70,7	71,2
Rio Grande do Sul	65,6	82,5	69,8	52,7	67,9	79,7	65,8	46,7	67,4	77,8
Região Centro-Oeste	70,5	67,5	68,9	69,1	72,4	66,8	67,4	64,3	69,6	70,9
Mato Grosso do Sul	81,3	76,6	72,2	67,2	68,4	72,9	63,9	67,2	75,1	66,5
Mato Grosso	65,2	58,7	62,5	65,3	68,8	77,7	66,0	57,4	61,8	66,6
Goiás	72,9	74,5	75,5	75,5	79,9	86,6	71,3	78,0	78,9	80,9
Distrito Federal	77,9	80,2	89,5	81,3	81,6	74,0	76,7	68,0	84,8	65,7

Fonte: Sinan/SVSA-MS e e-SUS VS/ES.
Nota: o indicador não foi calculado para o Espírito Santo em 2021 devido necessidade de ajuste entre as duas bases de dados utilizadas.

TABELA 16 Proporção de contatos de casos novos de hanseníase examinados entre os registrados nos anos das coortes, segundo região e unidade da Federação de residência. Brasil, 2015 a 2024

Região/UF de residência	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Brasil	78,2	77,6	78,9	81,4	82,4	82,0	79,2	76,8	79,7	80,0
Região Norte	77,8	76,7	77,7	78,6	78,3	80,9	78,3	75,7	79,4	80,6
Rondônia	84,4	88,0	86,1	86,2	84,4	89,3	88,3	83,0	81,7	86,1
Acre	70,8	83,1	72,5	78,8	72,4	78,5	70,4	56,7	83,9	92,0
Amazonas	83,9	85,6	88,3	89,1	86,5	80,1	83,4	90,3	90,9	91,1
Roraima	51,9	73,1	69,6	80,7	77,7	82,0	61,9	62,3	77,9	81,4
Pará	74,5	72,8	71,5	70,1	70,1	73,0	70,0	68,8	71,0	72,7
Amapá	82,1	55,9	66,6	51,3	58,6	53,4	57,6	47,0	86,8	67,5
Tocantins	85,9	81,4	90,4	89,8	90,2	92,9	92,5	86,9	89,7	88,5

continua

conclusão

Região/UF de residência	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Região Nordeste	73,1	72,7	75,5	79,6	82,2	82,1	79,3	77,3	79,3	79,1
Maranhão	72,1	76,9	80,4	85,1	90,9	90,6	88,5	88,9	88,8	88,1
Piauí	72,9	76,3	76,9	75,8	76,7	75,7	72,8	58,9	73,4	67,4
Ceará	67,6	67,9	70,1	77,7	81,4	82,2	82,1	84,8	81,0	82,3
Rio Grande do Norte	63,0	58,4	54,9	68,2	63,0	72,2	62,6	63,0	67,8	69,3
Paraíba	63,8	48,8	60,4	66,0	65,7	75,7	63,6	68,2	78,9	84,8
Pernambuco	80,8	76,3	82,3	85,6	89,6	86,2	83,3	79,3	79,7	77,9
Alagoas	75,6	73,8	78,8	77,2	72,0	71,6	73,8	72,2	82,4	84,8
Sergipe	86,7	87,4	82,7	84,5	81,5	77,7	85,3	84,8	93,0	91,1
Bahia	71,5	68,4	69,2	72,2	70,8	72,1	66,3	63,6	63,8	65,9
Região Sudeste	88,4	88,1	87,3	86,4	82,0	81,9	80,2	78,2	79,0	77,5
Minas Gerais	94,3	94,4	93,6	87,6	82,5	78,1	78,9	72,0	71,4	68,2
Espírito Santo	93,3	92,5	91,4	94,1	93,7	90,3	-	91,3	78,1	78,6
Rio de Janeiro	77,6	73,9	73,8	74,6	69,5	74,4	74,3	77,5	79,6	84,5
São Paulo	91,1	92,7	91,1	92,5	86,7	87,5	85,4	81,0	85,1	82,2
Região Sul	92,0	91,1	89,1	86,8	90,0	89,9	84,0	84,1	90,7	87,4
Paraná	95,0	95,5	93,5	92,8	94,7	93,6	86,2	85,6	96,6	90,3
Santa Catarina	83,0	77,3	81,1	74,3	87,8	84,6	79,8	82,9	81,5	78,4
Rio Grande do Sul	81,0	79,7	70,1	71,6	67,3	73,7	75,6	75,2	78,0	85,1
Região Centro-Oeste	82,5	82,7	81,6	84,8	85,9	81,6	78,5	75,0	79,9	82,8
Mato Grosso do Sul	89,2	89,1	88,7	85,1	86,9	87,9	78,2	83,9	90,1	87,3
Mato Grosso	78,9	78,1	79,2	84,4	86,5	79,4	76,6	71,6	74,6	79,0
Goiás	85,8	88,5	85,6	87,7	85,5	88,4	83,1	85,4	89,7	91,2
Distrito Federal	79,3	76,8	66,0	67,3	68,3	76,5	84,9	63,2	69,3	82,6

Fonte: Sinan/SVSA-MS e e-SUS VS/ES.

Nota: o indicador não foi calculado para o Espírito Santo em 2021 devido necessidade de ajuste entre as duas bases de dados utilizadas.

TABELA 17 Número e taxa de detecção de casos novos de hanseníase em menores de 15 anos (por 100 mil hab.), segundo região e unidade da Federação de residência. Brasil, 2015 a 2024

Região/UF de residência	2015		2016		2017		2018		2019		2020		2021		2022		2023		2024	
	n	tx.	n	tx.	n	tx.	n	tx.	n	tx.	n	tx.	n	tx.	n	tx.	n	tx.	n	tx.
Brasil	2.113	4,46	1.696	3,63	1.718	3,72	1.705	3,75	1.545	3,44	878	1,99	761	1,73	836	1,90	958	2,18	921	2,19
Região Norte	527	10,11	461	8,92	413	8,07	490	9,67	388	7,74	226	4,60	195	3,99	183	3,74	200	4,09	187	4,10
Rondônia	36	7,91	23	5,13	25	5,67	30	6,91	14	3,27	13	3,15	15	3,63	12	2,91	15	3,63	4	1,03
Acre	12	4,55	11	4,19	10	3,83	12	4,63	0	0,00	6	2,33	8	3,14	3	1,18	4	1,57	10	4,41
Amazonas	61	4,94	46	3,74	34	2,78	51	4,19	37	3,07	19	1,57	39	3,22	37	3,06	19	1,57	9	0,79
Roraima	1	0,62	11	6,91	15	9,50	7	4,48	8	5,17	1	0,59	0	0,00	2	1,16	2	1,16	7	3,43
Pará	323	13,32	274	11,40	229	9,63	261	11,10	223	9,60	145	6,49	97	4,38	77	3,48	103	4,65	91	4,49
Amapá	13	5,20	6	2,42	7	2,84	7	2,87	6	2,48	5	2,07	1	0,41	5	2,07	0	0,00	4	1,86
Tocantins	81	19,27	90	21,67	93	22,67	122	30,13	100	25,03	37	9,66	35	9,19	47	12,34	57	14,97	62	17,22
Região Nordeste	1.121	7,64	836	5,78	881	6,19	802	5,73	739	5,37	420	3,29	344	2,73	432	3,42	413	3,27	395	3,36
Maranhão	375	17,56	320	15,15	320	15,36	312	15,21	274	13,59	170	9,29	141	7,82	188	10,43	172	9,54	124	7,62
Piauí	72	8,50	56	6,76	72	8,90	60	7,59	50	6,48	25	3,42	20	2,77	24	3,33	28	3,88	20	2,91
Ceará	102	4,53	93	4,20	61	2,80	65	3,04	63	2,99	41	2,07	30	1,53	33	1,68	44	2,24	40	2,14
Rio Grande do Norte	35	4,16	8	0,96	8	0,98	9	1,11	6	0,75	8	1,08	7	0,95	5	0,68	10	1,36	9	1,33
Paraíba	27	2,69	27	2,73	27	2,76	20	2,07	29	3,05	20	2,32	13	1,52	14	1,64	18	2,11	12	1,42
Pernambuco	241	10,25	175	7,56	196	8,60	152	6,77	163	7,38	81	3,82	73	3,47	92	4,37	77	3,66	108	5,49
Alagoas	25	2,66	18	1,95	27	2,97	28	3,14	14	1,60	13	1,64	10	1,28	13	1,66	23	2,94	12	1,67
Sergipe	18	3,10	23	4,02	21	3,73	29	5,23	21	3,84	10	1,92	4	0,77	9	1,74	7	1,35	9	1,88
Bahia	226	6,07	116	3,16	149	4,12	127	3,57	119	3,40	52	1,64	46	1,47	54	1,72	34	1,08	61	2,10
Região Sudeste	154	0,86	163	0,93	150	0,86	151	0,88	152	0,90	82	0,45	100	0,58	92	0,54	101	0,59	123	0,75
Minas Gerais	45	1,01	57	1,30	62	1,43	59	1,38	45	1,07	28	0,70	40	1,01	48	1,21	31	0,78	34	0,89
Espírito Santo	41	4,73	24	2,80	20	2,35	26	3,09	32	3,83	12	1,42	9	1,06	11	1,30	12	1,41	14	1,72
Rio de Janeiro	46	1,39	50	1,53	40	1,24	40	1,26	35	1,12	16	0,49	23	0,70	16	0,49	22	0,67	17	0,55
São Paulo	22	0,24	32	0,35	28	0,31	26	0,29	40	0,46	26	0,29	28	0,31	17	0,19	36	0,40	58	0,67

continua

conclusão

Região/UF de residência	2015		2016		2017		2018		2019		2020		2021		2022		2023		2024	
	n	tx.	n	tx.	n	tx.	n	tx.	n	tx.	n	tx.	n	tx.	n	tx.	n	tx.	n	tx.
Região Sul	12	0,20	6	0,10	18	0,31	11	0,19	16	0,28	10	0,17	10	0,17	12	0,21	9	0,16	8	0,14
Paraná	6	0,25	2	0,08	5	0,21	7	0,30	8	0,35	2	0,09	6	0,26	6	0,26	4	0,17	3	0,13
Santa Catarina	4	0,29	2	0,14	6	0,43	2	0,14	3	0,22	5	0,36	4	0,28	5	0,36	4	0,28	4	0,26
Rio Grande do Sul	2	0,09	2	0,09	7	0,33	2	0,10	5	0,24	3	0,14	0	0,00	1	0,05	1	0,05	1	0,05
Região Centro-Oeste	299	8,32	229	6,42	256	7,23	251	7,14	250	7,17	140	3,90	112	3,11	117	3,25	235	6,53	208	5,83
Mato Grosso do Sul	31	4,77	18	2,79	10	1,56	9	1,42	18	2,86	5	0,78	3	0,47	4	0,62	5	0,78	10	1,55
Mato Grosso	179	21,99	147	18,20	184	22,97	195	24,56	179	22,76	100	12,20	89	10,84	97	11,81	216	26,30	185	21,16
Goiás	82	5,43	58	3,88	56	3,79	44	3,01	46	3,18	28	1,83	19	1,23	13	0,84	11	0,71	13	0,89
Distrito Federal	7	1,13	6	0,97	6	0,96	3	0,48	7	1,12	7	1,16	1	0,17	3	0,50	3	0,50	0	0,00

Fonte: Sinan/SVSA-MS e e-SUS VS/ES.
Nota: as diferenças no total de casos observados entre as tabelas decorrem da exclusão de casos de estrangeiros e/ou de registros incluídos mesmo após o congelamento das bases de dados.

TABELA 18 Proporção de casos de recidiva entre os casos notificados de hanseníase, segundo região e Unidade de Federação de notificação. Brasil, 2015 a 2024

Região/UF de residência	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Brasil	4,6	4,6	5,1	5,1	4,8	5,0	5,1	5,0	4,7	5,6
Região Norte	4,5	4,3	4,1	4,5	5,6	4,9	5,5	6,7	5,7	6,4
Rondônia	2,9	4,4	5,6	1,7	5,5	2,0	3,3	3,7	2,7	1,6
Acre	1,4	6,9	11,3	5,3	10,1	10,5	12,8	12,7	16,3	9,9
Amazonas	6,0	7,7	5,5	7,1	7,7	11,8	8,2	7,4	6,8	8,6
Roraima	8,5	8,0	6,2	3,3	7,8	17,9	8,5	7,5	10,4	11,9
Pará	4,8	4,4	4,2	6,1	7,0	5,3	5,8	6,0	6,3	6,9
Amapá	1,9	0,8	0,7	3,7	3,6	4,2	13,3	7,8	3,2	9,8
Tocantins	4,1	2,8	2,4	2,5	2,4	2,2	2,8	8,0	3,9	5,8

continua

Região/UF de residência	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Região Nordeste	4,0	4,7	5,5	5,7	4,8	5,0	4,9	4,2	4,4	6,1
Maranhão	3,6	3,4	4,3	3,2	2,4	2,4	0,5	0,7	2,1	4,7
Piauí	3,4	2,8	4,5	4,8	3,3	5,2	4,6	4,5	4,5	6,0
Ceará	4,9	5,9	7,0	6,6	6,9	7,4	8,6	8,9	7,5	7,7
Rio Grande do Norte	3,7	6,2	4,7	3,3	4,8	2,2	3,8	3,9	4,4	2,7
Paraíba	3,6	4,8	2,9	5,5	4,3	4,3	5,6	3,5	4,7	3,7
Pernambuco	4,1	7,0	6,9	8,1	5,1	5,2	5,3	4,2	4,7	7,7
Alagoas	2,7	2,6	6,7	5,1	6,8	4,0	3,1	1,5	3,9	4,0
Sergipe	4,3	5,9	5,2	7,2	4,5	2,4	2,8	2,0	3,2	4,1
Bahia	4,6	4,3	6,0	6,6	7,3	7,9	8,3	6,9	5,4	6,9
Região Sudeste	6,2	5,0	6,1	7,1	6,3	6,4	6,1	5,1	5,1	5,0
Minas Gerais	3,9	2,8	4,8	6,6	5,0	6,6	5,1	4,3	4,5	3,7
Espírito Santo	2,0	2,6	4,6	5,0	3,9	7,7	7,2	4,9	5,0	5,4
Rio de Janeiro	6,7	4,9	6,1	6,5	5,1	4,8	5,4	5,4	5,8	8,2
São Paulo	9,6	7,6	7,9	8,8	9,4	6,8	7,0	5,8	5,3	4,8
Região Sul	9,0	8,7	9,6	8,9	5,6	8,9	7,9	9,2	9,5	9,1
Paraná	8,5	7,9	9,8	8,4	4,1	7,6	8,2	10,5	10,8	9,7
Santa Catarina	5,7	8,3	6,3	9,0	9,3	12,1	5,5	6,0	8,5	8,1
Rio Grande do Sul	15,3	13,2	11,4	10,7	7,8	10,7	9,8	9,0	3,4	7,9
Região Centro-Oeste	3,8	3,6	3,8	2,9	3,2	3,6	3,7	4,7	4,0	4,3
Mato Grosso do Sul	7,0	8,4	6,7	3,9	2,5	3,3	6,8	8,2	3,9	5,7
Mato Grosso	4,5	3,7	3,8	3,2	3,3	3,6	3,9	5,1	4,3	4,4
Goiás	1,1	1,8	2,0	1,4	1,7	2,8	1,1	1,0	1,6	2,3
Distrito Federal	3,8	4,1	8,0	5,8	11,4	7,8	8,6	10,8	7,7	9,7

Fonte: Sinan/SVSA-MS e e-SUS VS/ES.

Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde
bvsm.s.saude.gov.br



MINISTÉRIO DA
SAÚDE

Governo
Federal